



UDESC

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE UNIDADES DE INFORMAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA O
USO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO
GOVERNO FEDERAL: Requisito para um
efetivo controle social das despesas públicas
no Brasil.**

ORLANDO VIEIRA DE CASTRO JUNIOR

FLORIANÓPOLIS 2018

ORLANDO VIEIRA DE CASTRO JUNIOR

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA O USO DO PORTAL DA
TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL: REQUISITO PARA UM EFETIVO
CONTROLE SOCIAL DAS DESPESAS PÚBLICAS NO BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Unidades de Informação, na linha de pesquisa: Informação, Memória e Sociedade.

Orientadora: Professora Doutora Elisa Cristina Delfini Corrêa.

**FLORIANÓPOLIS/SC
2018**

C355c Castro Júnior, Orlando Vieira de
Competência em informação para o uso do Portal da Transparência do
Governo Federal no Brasil/ Orlando Vieira de Castro Júnior. - 2018.
189 p. il.; 29 cm

Orientadora: Elisa Cristina Delfini Corrêa

Bibliografia: p. 159-170

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em
Gestão da Informação, Florianópolis, 2018.

1. Gestão da informação - Administração. 2. Competência em informação.
3. Cidadania. 4. Controle social. 5. Administração pública - Brasil. I. Corrêa,
Elisa Cristina Delfini. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Gestão da Informação. III. Título.

CDD: 658.4038 - 20.ed.

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Alice de A. B. Vazquez CRB14/865
Biblioteca Central da UDESC

Orlando Vieira de Castro Junior

COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO PARA O USO DO PORTAL DA
TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL: REQUISITO PARA UM EFETIVO
CONTROLE SOCIAL DAS DESPESAS PÚBLICAS NO BRASIL.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), do Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão de Unidades de Informação, na linha de pesquisa: Informação, Memória e Sociedade.

Banca Examinadora:

Presidente: _____
Elisa Cristina Delfini Corrêa, Dra.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros: _____
Daniela Fernanda Assis de Oliveira
Spudeit, Ms.
Universidade do Estado de Santa Catarina

Elizete Vieira Vitorino, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 30 de julho de 2018.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que contribuíram para que esta pesquisa fosse concluída. Mas, acredito que, antes mesmo que eu sonhasse em iniciá-la, Deus já havia planejado tudo. Em todos os momentos, Ele esteve ao meu lado e me ajudou por meio de pessoas ou circunstâncias. A Ele meu primeiro agradecimento.

Agradeço à minha esposa, Alessandra, pelo carinho, incentivo, compreensão, paciência e parceria em todas as etapas dessa empreitada. Ao meu filho Daniel, que também foi privado do convívio paterno em vários momentos, bem como os meus filhos que vivem em Fortaleza: Larissa, Marina e Guilherme.

Meus pais também merecem uma menção carinhosa pelo esforço que sempre empenharam na educação de seus filhos.

Com a maestria de quem se dedicou tanto ao estudo da competência em informação, a Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa conseguiu lapidar as ideias iniciais do anteprojeto de pesquisa, me orientando durante todo este trabalho e me conduzindo por caminhos seguros. Agradeço imensamente sua generosidade em doar muito do seu tempo e esforço para esta pesquisa.

Durante as etapas de qualificação e de defesa, tive a honra de contar com duas grandes referências acerca do tema desta dissertação: Prof. Ms. Daniela Fernanda Assis de Oliveira Spudeit e Prof. Dra. Elizete Vieira Vitorino. Agradeço a valiosa contribuição que elas deram, corrigindo e sugerindo melhorias no projeto de pesquisa. Poucos pesquisadores têm o privilégio de ter seu trabalho submetido à avaliação por parte dos autores que o fundamentaram teoricamente. Foi extremamente desafiador submeter as versões iniciais deste trabalho a pessoas que tanto tem contribuído para o desenvolvimento da pesquisa sobre CoInfo em nosso país.

Minha gratidão ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação pelo empenho e dedicação para com o Programa. Cada professora e professor que compartilhou conhecimentos com os alunos o fez de maneira extremamente zelosa e profissional. Mas, tão importante quanto o profissionalismo, foram exemplos de cordialidade e boa convivência que deixaram boas recordações depois que as aulas terminaram. Agradeço, também, à toda a equipe de coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação.

Tenho uma grande dívida de gratidão com os amigos Rodrigo De Bona e Kilpatrick Campelo que me ajudaram na revisão do texto com sugestões sempre pertinentes. Obrigado pela disponibilidade para contribuir com este trabalho.

Agradeço, ainda, aos meus colegas pelos momentos tão especiais juntos. São pessoas incríveis que conseguiram fazer com que a jornada do mestrado fosse mais leve e repleta de bom humor.

Registro, por fim, o meu agradecimento ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), na pessoa do ministro Wagner de Campos Rosário, que tem investido maciçamente na qualificação de seus servidores.

RESUMO

CASTRO JUNIOR, Orlando Vieira de. **Competência em informação para o uso do Portal da Transparência do Governo Federal**: requisito para um efetivo controle social das despesas públicas no Brasil. 2018, 156f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidades de Informação) – Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

A presente pesquisa teve como questão norteadora a identificação dos conhecimentos e habilidades necessárias para o acesso e uso dos dados do Portal da Transparência do Governo Federal brasileiro no controle social das despesas públicas. Nesse sentido, e considerando a necessidade de um recorte que delimitasse o escopo da pesquisa, foi estabelecido como objetivo principal analisar as competências necessárias ao acesso e uso dos dados do Portal da Transparência do Governo Federal brasileiro para o controle das despesas públicas por alunos do ensino superior, mais especificamente uma turma de alunos da 5ª fase do curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). A pesquisa aprofundou a discussão relacionada à competência em informação (CoInfo), à competência digital, aos modelos e padrões de desenvolvimento da CoInfo e fez uma análise comparativa das dimensões técnica, estética, ética e política da CoInfo (VITORINO; PIANTOLA, 2011) com as sete faces da competência em informação propostas por Bruce (2003). Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa descritiva que usou a estratégia de estudo de caso. Foram empregadas diferentes formas de coleta de evidências: análise documental, análise do Portal da Transparência como fonte de informação e aplicação de questionários junto ao grupo de alunos. Os dados obtidos foram organizados e categorizados por meio de análise qualitativa de vertente interpretativa, com o auxílio da técnica de Análise de Conteúdo. Dentre os resultados, foram apontadas diversas oportunidades de melhoria do Portal da Transparência do Governo Federal, bem como foram identificados os conhecimentos e as habilidades necessárias ao seu uso por alunos do ensino superior. A análise dos dados obtidos por meio de uma oficina realizada com os alunos permitiu verificar que os alunos demonstram uma significativa competência em informação, sobretudo em sua dimensão técnica. O grupo de alunos demonstrou, todavia, uma lacuna a ser preenchida no que diz respeito às dimensões ética, estética e política da competência em informação. Como produto final, foi produzida uma série de tutoriais em vídeo abordando temas essenciais para o uso eficaz do Portal da Transparência. Os vídeos foram disponibilizados na Internet em um canal no YouTube.

Palavras-chave: Competência em informação. Controle social. Cidadania. Transparência pública. Gestão pública.

ABSTRACT

The present research had as a guiding question the identification of the knowledge and skills necessary for the access and use of data from the Transparency Portal of the Brazilian Federal Government in the social control of public expenditures. In this sense and considering the need for a cut that delimited the scope of the research, it was established as a main objective to analyze the competences needed to access and use data from the Transparency Portal of the Brazilian Federal Government for the control of public expenditure by a group of students from the 5th phase of the Librarianship course of the State University of Santa Catarina (UDESC). The research focused on information literacy (IL), digital literacy, IL models and development standards, and made a comparative analysis of information literacy technical, aesthetic, ethical and political dimensions (VITORINO; PIANTOLA, 2011) and the seven faces of information literacy proposed by Bruce (2003). As for the methodological procedures, it is a descriptive research that used the case study strategy. Different forms of evidence collection were used: documentary analysis, analysis of the Transparency Portal as a source of information and application of questionnaires to the group of students. The data obtained were organized and categorized through a qualitative analysis of the interpretive slope, with the aid of the Content Analysis technique. Among the results, several opportunities for improvement of the Transparency Portal of the Federal Government were pointed out and the knowledge and skills necessary for its use by students of higher education were identified. The analysis of the data obtained through a workshop carried out with the students allowed to verify that the students demonstrate a significant competence in information, mainly in its technical dimension. The group of students, however, has shown a gap to be filled regarding the ethical, aesthetic and political dimensions of information competence. As a final product, video tutorials were produced on key issues for the effective use of the Transparency Portal. The videos were made available on the Internet on my YouTube channel.

Keywords: Information literacy. Social control. Citizenship. Public transparency. Public administration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Visão geral da pesquisa	29
Figura 2 – Página inicial do Portal da Transparência do Governo Federal Brasileiro na Internet.	50
Figura 3 – Página inicial do e-SIC na Internet.	51
Figura 4 – Página inicial do e-OUV na Internet.	52
Figura 5 – Página inicial do Portal Brasileiro de Dados Abertos na Internet.	52
Figura 6 – Página inicial do Portal de Compras do Governo Federal.	53
Figura 7 – Página inicial do Portal de Serviços do Governo Federal na Internet.....	54
Figura 8 – Número de publicações onde o termo Information Literacy aparece no período de 1998 a 2016.	60
Figura 9 – Ciclo de desenvolvimento da CoInfo.	92
Figura 10 – Página inicial do Portal da Transparência do Governo Federal na Internet.	105
Figura 11 – Média mensal de visitas ao Portal da Transparência na Internet.	107
Figura 12 – Construção de filtros para consultas no Portal da Transparência.	124
Figura 13 – Tela inicial do Portal da Transparência vista em um telefone celular.	125
Figura 14 – Exemplo de página de tutorial disponibilizado na seção de perguntas frequentes.	129
Figura 15 – Gráfico dos resultados das autoavaliações relacionadas às categorias 1 e 2	134
Figura 16 – Percentuais de alunos que demonstraram indícios por categoria/subcategoria da CoInfo	138
Figura 17 – Tela inicial do novo Portal da Transparência do Governo Federal.....	152

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características da nova administração pública.....	42
Quadro 2 – Diferenças entre as abordagens da competência em informação no contexto dos paradigmas Cognitivista e Domínio-Analítico.....	75
Quadro 3 – Estágios do <i>Information Search Process</i> (ISP).....	78
Quadro 4 – Relação entre os Estágios do <i>Information Search Process</i> (ISP) e os Sete Pilares da Competência em Informação.	82
Quadro 5 – Correlação entre as Dimensões da Competência em Informação segundo Vitorino e Piantola (2011) e as categorias de concepções da Competência em Informação propostas por Bruce (2003).....	88
Quadro 6 – Dimensões e Concepções da CoInfo.	90
Quadro 7 – Apresentação das técnicas de coleta e análise de evidências empregadas na pesquisa.	109
Quadro 8 – Parâmetros de avaliação para fontes de informação na Internet	110
Quadro 9 – Correspondência entre as dimensões/categorias da CoInfo e as partes do instrumento de coleta de dados	116
Quadro 10 – Aplicação dos parâmetros de avaliação para fontes de informação na Internet ao Portal de Transparência do Governo Federal.....	122
Quadro 11 – Avaliação da usabilidade do Portal da Transparência do Governo Federal	127
Quadro 12 – Questões para autoavaliação relacionadas às categorias 1 e 2.....	133
Quadro 13 – Sugestões de melhorias com base na avaliação do Portal de Transparência do Governo Federal como fonte de informação na Internet	149

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Resultados esperados do problema proposto aos alunos	132
Tabela 2 – Resultados das autoavaliação relacionadas às categorias 1 e 2.....	134
Tabela 3 – Quantidade de alunos que apresentaram indícios das competências relacionados às categorias 3 a 7	138
Tabela 4 – Percentuais de alunos que apresentaram indícios dos conhecimentos e habilidades relacionados às quatro dimensões da CoInfo	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASL	<i>American Association of School Librarians</i>
ACRL	<i>Association of College and Research Libraries</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
CEPSH	Comitê de Ética Envolvendo Pesquisas em Seres Humanos
CGU	Controladoria Geral da União
CoInfo	Competência em Informação
eGOV	Programa do Governo Eletrônico
eMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico do Governo Brasileiro
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBL	<i>Inquiry Based Learning</i>
ISP	<i>Information Search Process</i>
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LISA	<i>Library and Information Science Abstracts</i>
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
OITP	<i>Office for Information Technology Policy</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
SCONUL	<i>Society of College, National and University Libraries</i>
SDI	<i>Student Driven Inquiry</i>
Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>

W3C

World Wide Web Consortium

WCAG

Web Content Accessibility Guidelines

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	25
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	29
1.2	OBJETIVOS	30
1.2.1	Objetivo Geral	30
1.2.2	Objetivos Específicos	30
1.3	JUSTIFICATIVA.....	30
1.3.1	Justificativa pessoal	31
1.3.1	Justificativa social.....	32
1.3.3	Justificativa científica.....	33
2	REVISÃO DE LITERATURA	35
2.1	CIDADANIA, TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ACESSO À INFORMAÇÃO	35
2.1.1	Cidadania e controle social.....	36
2.1.2	A gestão pública no Brasil: do Estado burocrático ao Estado gerencial e ao Novo Serviço Público	40
2.1.3	Fundamentos legais da transparência pública e acesso à informação	44
2.1.4	O governo eletrônico e o exercício da cidadania	48
2.2	COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	57
2.2.1	Uma breve revisão histórica	57
2.2.2	Competência em informação e competência digital	64
2.2.3	Aspectos epistemológicos da competência em informação.....	71
2.2.4	Modelos e padrões para o desenvolvimento da competência em informação	76
2.2.5	Análise comparativa das dimensões da competência em informação.....	85
2.2.6	O papel das representações sociais no desenvolvimento da CoInfo.....	89
2.2.7	A dimensão política da competência em informação como pré-requisito para o controle social	93
2.2.8	Competência em informação na educação superior.....	95

3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	103
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	103
3.1.1	Unidade de análise: O Portal da Transparência do Governo Federal	104
3.2	TÉCNICAS DE PESQUISA EMPREGADAS PARA COLETA DE EVIDÊNCIAS	108
3.2.1	Análise documental	109
3.2.2	Análise do Portal da Transparência do Governo Federal Brasileiro como fonte de informação	110
3.2.3	Coleta de evidências junto aos alunos do curso de graduação em Biblioteconomia da UDESC	114
3.3	ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS	118
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	121
4.1	AVALIAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO COMO FONTE DE INFORMAÇÃO NA INTERNET	121
4.2	AVALIAÇÃO DA COINFO DE UMA TURMA DE ALUNOS DA QUINTA FASE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA UDESC	131
4.2.1	Evidências de competências relacionadas às categorias 1 e 2	133
4.2.2	Evidências de competências relacionadas às categorias 3 a 7	136
<i>4.2.2.1</i>	<i>Categoria 3 - Informação como um processo</i>	<i>139</i>
<i>4.2.2.2</i>	<i>Categoria 4 - Controle da informação</i>	<i>140</i>
<i>4.2.2.3</i>	<i>Categoria 5 - Construção do conhecimento</i>	<i>140</i>
<i>4.2.2.4</i>	<i>Categoria 6 - Extensão do conhecimento</i>	<i>143</i>
<i>4.2.2.5</i>	<i>Categoria 7 - Sabedoria</i>	<i>144</i>
4.2.3	As quatro dimensões da competência em informação	146
4.3	PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	149
4.4	TUTORIAIS PARA BUSCA DE INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS PÚBLICAS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	153
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	155

REFERÊNCIAS.....	159
APÊNDICE A – PLANEJAMENTO DA OFICINA COM OS ALUNOS	171
APÊNDICE B – MODELO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	173
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	175
APÊNDICE D – ROTEIROS DOS TUTORIAIS EM VÍDEOS	176

1 INTRODUÇÃO

A publicidade é um dos princípios fundamentais da Administração Pública brasileira, conforme dispõe o *caput* do artigo 37 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). De acordo com esse princípio, o gestor público deve dar publicidade a todos os seus atos e, em estrita observância aos ditames normativos, de prestar contas de sua gestão aos cidadãos e de obedecer a preceitos éticos no trato com o bem público. Assim, o princípio da publicidade assegura a transparência administrativa e permite a verificação da lisura dos atos de gestão pública praticados.

Dentre a legislação nacional que regulamenta o direito à transparência pública e ao acesso à informação, merecem destaque a Lei Complementar n.º 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a Lei Complementar n.º 131/2009, que ampliou a transparência prevista na LRF, e a Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, popularizada como Lei de Acesso à Informação (LAI). Esta última, em especial, estabelece duas formas de acesso à informação pública: a transparência passiva, em que qualquer interessado pode solicitar acesso à informação aos órgãos e entidades do governo federal brasileiro, bem como a transparência ativa, segundo a qual todos os dados sobre a aplicação dos recursos públicos devem obrigatoriamente ser divulgados por quem os utiliza, seja um ente público ou privado, independentemente de qualquer solicitação prévia. O parâmetro para a classificação da espécie de transparência como passiva ou ativa, portanto, é a atuação do poder público.

Essas informações devem ser disponibilizadas por meio de portais de transparência pública, como o Portal da Transparência do Governo Federal Brasileiro (www.transparencia.gov.br), dos Serviços de Informação ao Cidadão (SIC) existentes em todos os órgãos ou entidades públicas, ou ainda por meio de um SIC eletrônico (*software* e-SIC), acessível nos portais da LAI na Internet (no Poder Executivo Federal: www.acessoainformacao.gov.br). A LAI estabelece, em seu artigo 4º, a obrigatoriedade de uso de linguagem de fácil compreensão.

Dessa forma, a disponibilização de informações sobre os atos de gestão deveria possibilitar à população compreender e acompanhar a execução financeira e orçamentária da Administração Pública, na execução das políticas públicas. De posse dessas informações, o cidadão, individualmente ou por meio das diversas instâncias de controle social, poderia exercer efetivo controle sobre a gestão pública. Cabe frisar que o termo **controle social**, no contexto deste trabalho, refere-se ao controle exercido pela sociedade sobre a atuação dos gestores

governamentais (SCHOMMER; MORAES, 2010) e, mais especificamente, sobre os gastos realizados com os recursos do orçamento público.

Entretanto, para que as informações disponibilizadas por meio dos esforços de transparência pública produzam efeitos positivos em termos de controle social, é necessário que os cidadãos disponham de **competência em informação** (CoInfo). Para que uma pessoa exerça sua cidadania de forma efetiva, é preciso que ela disponha de um conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos que envolvem o acesso e uso da informação de forma inteligente, tendo em vista a necessidade da construção do conhecimento e a intervenção na realidade social (BELLUZZO; KOBAYASHI; FERES, 2004).

Vitorino e Piantola (2009) definem competência como sendo um conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões. As autoras defendem que a competência em informação é multifacetada e composta por quatro dimensões que se complementam: técnica, estética, ética e política.

A competência em informação é pré-requisito para que uma pessoa saiba recuperar, interpretar, questionar um estoque de informações e consiga utilizá-lo em benefício próprio e da sociedade. Assim, num contexto de informação para a cidadania, as pessoas competentes em informação se encontram em melhor condição para exercer o controle social. Trata-se de uma qualificação essencial ao desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil, sendo necessário mobilizar os órgãos governamentais e a sociedade civil organizada com vistas a integrá-la às ações de democracia (BELLUZZO, 2017). Para a autora, o desenvolvimento da competência em informação deve ser priorizado

[...]para grupos/comunidades considerados marginalizados (mulheres, crianças, idosos, portadores de deficiências etc.) entendidos como sendo aquelas que se encontram em situações de discriminação, intolerância e fragilidade e que estão em desigualdade e desvantagem na sociedade atual, principalmente, em relação às questões que envolvem o acesso e uso da informação para a construção de conhecimento, identidade e autonomia a fim de permitir a sua efetiva inclusão social (BELLUZZO, 2017, p. 69).

Essa concepção ressalta o papel da competência em informação como fator de inclusão social. Gera-se, assim, um ciclo virtuoso que habilita o cidadão a compreender as práticas administrativas do poder público e cobrar o cumprimento de normas, assim como efetividade de resultados. Esse ciclo virtuoso possibilitará a redução de diferenças socioeconômicas, na medida em que o controle social da gestão pública produzirá políticas públicas efetivamente voltadas para a satisfação do interesse público. O papel do poder público e da sociedade civil

organizada é promover o desenvolvimento da competência em informação por meio de ações que visem à redução das desigualdades econômicas, culturais e sociais.

Um dos reflexos da exclusão social no Brasil é a desigualdade no acesso à educação superior por parte dos grupos considerados em situação de desvantagem econômica, étnica ou de gênero. O reconhecimento de que a educação superior possui um impacto significativo na vida dos estudantes tem levado o poder público a investir em políticas de inclusão. Assim, o acesso à educação superior “[...] passou a tema político central, com a instituição de políticas afirmativas para grupos desfavorecidos, economicamente ou em relação a cor/raça” (PEDROSA, 2013, p. 2).

Tais políticas afirmativas têm sido implementadas especialmente em instituições públicas de ensino superior. Com isso, espera-se reduzir as barreiras no acesso à educação superior para as populações desfavorecidas. Assim, as universidades públicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão social, pois essas instituições asseguram a oportunidade de uma formação de qualidade “[...] como fator essencial para a formação pessoal, preparando para o acesso pleno à cidadania e a oportunidades profissionais” (PEDROSA, 2013, p. 1).

A evolução das diversas tecnologias da informação e comunicação (TIC), em especial as que dão suporte às iniciativas de transparência pública, tem possibilitado a disponibilização de fontes de informações tais como os portais de transparência, os portais de dados abertos, os sistemas corporativos governamentais e outros. Todavia, frequentemente, a linguagem utilizada nesses mecanismos de informação ainda é técnica, baseada em termos contábeis e jurídicos, dificultando a compreensão dos dados pelo cidadão que, via de regra, não tem qualificação técnica acerca desses temas. Em decorrência desse fato, surge a necessidade de se conhecer qual a competência necessária ao cidadão para que ele se aproprie desse conjunto de informações, a fim de que disponha de instrumental para exercer seu papel transformador da realidade por meio do controle social sobre a gestão pública.

Santos e Casarin (2014), ao analisar instrumentos de avaliação da competência em informação em estudantes do ensino superior, detectaram que tais instrumentos têm foco principalmente em aspectos técnicos da CoInfo. Tais instrumentos, segundo as autoras, abordam de maneira superficial os parâmetros que avaliam se os estudantes compreendem problemas e questões econômicas, legais e sociais que rodeiam o uso da informação, e se acessam e utilizam a informação de forma ética e legal.

De igual maneira, os modelos de desenvolvimento da CoInfo que deram suporte à presente pesquisa apresentam um enfoque essencialmente processual, voltado à construção de conhecimentos e habilidades, sendo aplicáveis apenas subsidiariamente às atitudes e comportamentos. Tal constatação é melhor explicada na seção 2 que trata da revisão de literatura, em especial a subseção que aborda os modelos e padrões para desenvolvimento da CoInfo.

Diante dessa restrição imposta pelos modelos e padrões estudados, optou-se por limitar o escopo da pesquisa à identificação do conjunto de **conhecimentos e habilidades** que formam a competência em informação. Esta última, juntamente com a competência digital, é necessária para que ocorra um adequado uso dos dados relativos à transparência ativa, divulgados por meio do Portal da Transparência do Governo Federal, para a solução de questões relacionadas ao controle social das despesas públicas. Dessa forma, não faz parte do escopo deste trabalho a avaliação de aspectos comportamentais ou atitudinais da CoInfo.

Em uma segunda delimitação do escopo, este estudo é um recorte do uso do Portal da Transparência do Governo Federal por alunos do ensino superior, com base na observação de uma turma de alunos do curso de graduação em Biblioteconomia. Por meio da análise do desempenho desse grupo de interagentes, buscou-se identificar indícios da competência em informação necessária ao uso dos dados disponíveis no Portal da Transparência.

Tal delimitação se justifica, primeiramente, pela impossibilidade de se investigar o universo de cidadãos que acessam o Portal da Transparência do Governo Federal e, em segundo lugar, porque, mesmo que o desenvolvimento da competência em informação se dê ao longo da vida dos indivíduos (BELLUZZO, 2017), de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), entre os objetivos explícitos da educação superior, destacam-se a reflexão crítica acerca da participação do cidadão na sociedade e o desenvolvimento de autonomia no aprendizado.

O presente relatório de pesquisa de mestrado está dividido em quatro seções. A primeira seção é constituída da introdução; apresentação do problema de pesquisa; apresentação dos objetivos; exposição das justificativas da relevância deste estudo.

A segunda seção trata da revisão de literatura, com a evidenciação dos aspectos teóricos e conceituais acerca dos temas **controle social, cidadania, transparência pública e acesso à informação**, destacando a competência em informação como condição essencial para o exercício do controle social das despesas públicas. Apresenta, ainda, um breve resumo dos estudos acerca da evolução do conceito de competência em informação, bem como aprofunda

a discussão sobre modelos de programas de competência em informação, com ênfase naqueles aplicáveis ao ensino superior.

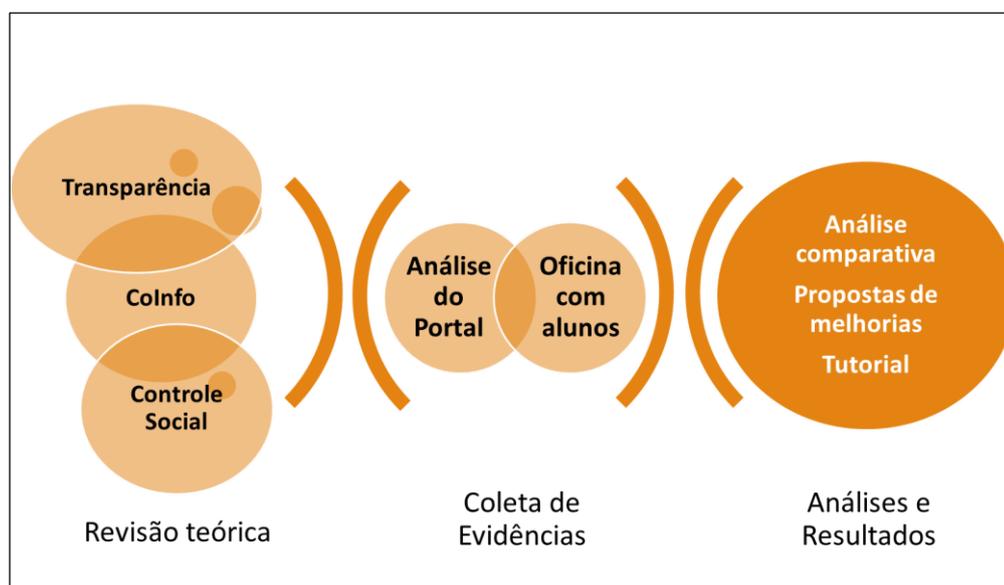
A terceira seção discute os procedimentos metodológicos, as teorias a que esses se vinculam, a escolha do ambiente, dos sujeitos, bem como delinea as técnicas empregadas para coleta de evidências. A pesquisa utiliza a estratégia do estudo de caso para atingimento de seus objetivos.

A quarta seção dispõe sobre os resultados da pesquisa, na qual é apresentada a avaliação do Portal da Transparência do Governo Federal como fonte de informação na Internet, os indícios de competência em informação identificados em uma turma de alunos do curso de graduação em Biblioteconomia da UDESC e a proposta de tutorial de uso do Portal da Transparência.

A seção final é dedicada às conclusões e às considerações finais onde são abordadas as restrições e limitações identificadas durante a pesquisa, bem como são sugeridos eventuais desdobramentos dela decorrentes.

A Figura 1 apresenta uma visão geral da pesquisa, ilustrando suas principais etapas.

Figura 1 – Visão geral da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Por meio desta pesquisa se espera responder à seguinte questão:

Qual a competência em informação necessária para o acesso e uso dos dados do Portal da Transparência do Governo Federal brasileiro no controle social das despesas públicas?

1.2 OBJETIVOS

Com vistas a responder à questão de pesquisa, a seguir são apresentados os seus objetivos geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a competências em informação necessária para o acesso e uso dos dados do Portal da Transparência do Governo Federal brasileiro para o controle das despesas públicas por alunos do ensino superior.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atingimento do objetivo geral da pesquisa, fez-se necessário definir alguns objetivos específicos relacionados às etapas do processo de investigação:

- a) Avaliar qualitativamente o Portal da Transparência como fonte de informação;
- b) Analisar, à luz da literatura específica sobre competência em informação, os conhecimentos e as habilidades necessárias para o acesso e utilização dos dados disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal;
- c) Avaliar, com base nos nas dimensões, concepções e padrões identificados na literatura, a competência em informação de uma turma de alunos do ensino superior para o uso do Portal da Transparência Federal;
- d) Coletar subsídios para propor melhorias relativas à usabilidade do Portal da Transparência;
- e) Elaborar um tutorial para busca de informações sobre despesas públicas no Portal da Transparência baseado em modelos de desenvolvimento de competência em informação.

1.3 JUSTIFICATIVA

Toda pesquisa é um processo investigação com o propósito de sanar lacunas de conhecimento, por meio de indagações para as quais ainda não há, na comunidade acadêmica interessada, demonstrações cientificamente qualificadas. Mas, a rigor, dificilmente há uma única justificativa para que alguém se disponha a investir tempo e esforço em uma pesquisa acadêmica. Neste caso, é possível relacionar motivações pessoais, anseios sociais e interesses científicos.

1.3.1 Justificativa pessoal

A presente pesquisa nasceu da inquietação do autor com a percepção de que, apesar de todo o esforço despendido para colocar um grande volume de dados à disposição das pessoas, por meio do Portal da Transparência do Governo Federal Brasileiro, tais informações permanecem pouco utilizadas para fins de monitoramento e controle das despesas públicas.

Trabalhando como Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União há mais de dez anos, o autor identificou aspectos relacionados ao uso do Portal da Transparência do Governo Federal que demandam análise dentro do tema proposto:

- a linguagem das informações contidas em portais de transparência, tanto do governo federal como das gestões estaduais e municipais, normalmente, não é de fácil compreensão pela maioria da população;

- a usabilidade do Portal da Transparência é um fator que precisa ser continuamente reavaliado de modo a possibilitar que este se torne, gradativamente, um ambiente mais inteligível e útil sob o ponto de vista da governança pública efetivamente compartilhada;

- a identificação das habilidades inerentes à competência em informação é necessária para o proveito da transparência ativa disponível nos portais de transparência; e

- a criação de alternativas para o desenvolvimento da competência em informação das pessoas e grupos sociais é fundamental, visando à superação das diversas formas de exclusão ocasionadas pelas diferenças socioeconômicas.

Assim, esta pesquisa foi motivada pela busca do autor por encontrar um ponto de equilíbrio entre a competência em informação dos indivíduos e a complexidade de uso dos dados do Portal da Transparência. Em resumo, argumenta-se que deve existir um conjunto de conhecimentos e habilidades que diferencia os indivíduos bem-sucedidos no manuseio dos dados do Portal da Transparência daqueles que não o são, assim como há condições de

usabilidade dessa página governamental que precisam ser incrementadas a fim de que essa se consolide como fonte de informação para o controle social efetivo das despesas públicas.

1.3.1 Justificativa social

A transparência pública e o acesso à informação, quando utilizados para o controle social, são elementos indispensáveis ao exercício pleno da cidadania e ao combate à corrupção. O aumento das exigências legais relativas à transparência pública, associadas à aplicação de penalidades, visam a dificultar que maus gestores públicos cometam abusos e ilegalidades em seus atos de gestão.

Todavia, o fato de os dados estarem disponíveis e acessíveis não implica necessariamente sua efetiva utilização pelo cidadão¹. Tal percepção é reforçada pelo entendimento de Vitorino e Piantola (2011, p. 101) de que “[...] a cidadania não se constrói apenas a partir do acesso material à informação, mas deve compreender também a capacidade de interpretação da realidade e de construção de significados pelos indivíduos”.

O Brasil é um país de grandes deficiências educacionais, diferenças sociais, culturais e econômicas. Diante deste contexto, Dudziak (2008, p. 42) destaca importância da competência em informação “[...] como elemento essencial à construção e fortalecimento das identidades locais, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável das nações”.

Assim, esta pesquisa se justifica pela necessidade de identificar, com base na análise do Portal da Transparência do Governo Federal como fonte de informação, o conjunto de conhecimentos e habilidades que integram a competência em informação, bem como as competências digitais necessárias para que se consiga, primeiramente, acessar a informação; secundamente, aprender a utilizá-la; e, por fim, gerar conhecimento que permita a solução de problemas relacionados ao controle das despesas públicas e ao livre exercício da cidadania.

Trata-se, em síntese, de demonstrar a importância da competência em informação, sobretudo em sua dimensão política, como condição necessária para o exercício pleno da cidadania e fortalecimento da democracia. De fato, um cidadão competente em informação é capaz de fazer uso consciente da informação como instrumento de acompanhamento e

¹ Durante palestra proferida na 10ª Conferência da LILAC, em abril de 2014, Paul Zurkowski defendeu que a competência em informação pode dar aos cidadãos comuns a capacidade de navegar em meio a um grande volume de informações, com base nas quais podem se habilitar a encontrar soluções acerca de questões essenciais para suas vidas e suas comunidades. Para o autor, a competência em informação possibilitará que as forças democráticas lidem com a corrupção e combatam o enfraquecimento das democracias (ZURKOWSKI, 2014).

reivindicação de políticas públicas orientadas para a satisfação das necessidades da comunidade em que se encontra inserido.

1.3.3 Justificativa científica

De acordo com Vitorino e Piantola (2009), as pesquisas sobre competência em informação, no Brasil, ganharam espaço nos meios acadêmicos apenas a partir do início da primeira década deste século. As autoras destacam que essas primeiras pesquisas se voltaram para tópicos relativos a “definições da competência informacional, históricos e revisões de literatura”, bem como à “competência informacional relacionada à educação, competência informacional relacionada a bibliotecas e ao profissional bibliotecário e práticas e modelos para o desenvolvimento da competência informacional” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 131).

Dessa forma, percebe-se que tais pesquisa foram voltadas principalmente às questões de ensino e aprendizagem em âmbito escolar e universitário, persistindo uma lacuna a ser preenchida no que diz respeito a estudos aplicados a organizações, empresas e, em especial, à gestão pública. Sundin (2008) afirma que as perspectivas e abordagens teóricas sobre a competência em informação não tratam suficientemente da busca por informação como prática social e, portanto, precisam ser complementadas.

De fato, há um vasto território a ser explorado quando considerada a necessidade do desenvolvimento de competência em informação com vistas a um efetivo controle das despesas públicas pelos cidadãos brasileiros. É nesse sentido que o autor recorre aos resultados de pesquisas anteriores da professora e bibliotecária catarinense Vitorino (2007; 2009; 2011; 2015) relacionadas às dimensões da competência em informação, com destaque para a dimensão política, que se demonstra essencial para o exercício da cidadania.

No que diz respeito aos modelos e padrões para desenvolvimento da competência em informação, acredita-se que com base nos modelos existentes e nos resultados desta pesquisa, seja possível elaborar um tutorial para orientar os interagentes do Portal da Transparência do Governo Federal a realizar uma busca mais eficiente por informações.

Trata-se de um tema relevante, pois discute a competência em informação como necessária a todo e qualquer processo de aprendizado, investigação, criação, resolução de problemas e tomada de decisão (DUDZIAK, 2008). No caso em estudo, trata-se de uma condição fundamental para a ação transformadora da realidade pelo cidadão, por meio do controle das despesas públicas com base nas informações do Portal da Transparência.

Diante do exposto, esta pesquisa se justifica pela necessidade de contribuir para o entendimento do processo de formação da competência em informação requerida para o pleno exercício do controle social da gestão pública. Em que pesem as limitações de escopo desta pesquisa, tal entendimento será útil para qualificar uma discussão acerca da possibilidade de se criar condições para o desenvolvimento dessas competências em interagentes² com o Portal da Transparência pertencentes a diversos grupos sociais, tais como conselheiros de políticas públicas, lideranças comunitárias, agentes políticos, membros de organizações não governamentais, observatórios sociais etc.

² Neste estudo, optou-se por adotar o termo **interagente** para se referir ao cidadão que busca informações por meio do Portal da Transparência do Governo Federal. O termo, proposto por Corrêa (2014), apresenta-se como mais adequado uma vez que, para os objetivos desta pesquisa, o cidadão é visto como parte fundamental de um processo social interativo, e não como mero usuário das informações disponibilizadas pelo Portal.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, são apresentados os aspectos teóricos que fundamentam a pesquisa. Para melhor entendimento, o assunto foi dividido em duas subseções, em que são abordados os temas **Transparência Pública e Controle Social e Competência em Informação**.

A subseção 2.1 aborda a evolução da gestão pública e das normas nacionais sobre transparência pública e acesso à informação que dão suporte ao Portal de Transparência do Governo Federal, bem como aspectos relacionados ao exercício da cidadania e ao controle social.

A subseção 2.2 trata da competência em informação, apresentando desde a evolução histórica desse conceito até a sua importância como fator de participação política e cidadania, passando pela importância do desenvolvimento da competência em informação, em especial no ensino superior.

Buscou-se, assim, por meio da configuração estimada do nível de interesse das pessoas na gestão pública e da importância da participação cidadã no controle das despesas governamentais, demonstrar que tal participação somente se materializa por meio de uma atuação consciente e competente no uso das informações colocadas à sua disposição.

2.1 CIDADANIA, TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E ACESSO À INFORMAÇÃO

No Brasil, a transparência pública e o acesso à informação são princípios estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Nesta subseção serão apresentados os conceitos relacionados à transparência pública, ao controle social e à cidadania. Em seguida, apresenta-se um breve relato da evolução do modelo de gestão pública brasileiro, com realce para a importância da participação do cidadão nas diversas etapas do processo de gestão pública.

Por fim, são expostos os fundamentos legais dos princípios de transparência pública e de acesso à informação, que dão suporte ao Portal de Transparência do Governo Federal, com a apresentação de instrumentos para o exercício do controle social da gestão e, em especial, da execução das despesas públicas.

2.1.1 Cidadania e controle social

O termo **controle social** pode ter diferentes significados, a depender do país, dos períodos históricos e do sistema jurídico. Ao longo do tempo a expressão assumiu inclusive algumas conotações divergentes (DE BONA, 2016). Nos Estados Unidos, é comum associar a expressão ao controle de condutas ilícitas como, por exemplo, o uso de drogas ou delinquência. Em alguns países da América Latina o termo remete à atividade de fiscalização. Na França, à época da revolução Francesa, o controle social era vinculado à ideia de funcionamento racional da sociedade em um sentido jurídico. Todavia, em sua origem, o controle social se referia à capacidade de a sociedade se autorregular para um determinado fim sem a necessidade do uso da força (STRECK; ADAMS, 2006).

Controle pressupõe ação. Dessa forma, cabe destacar que o termo **controle social** é utilizado no presente trabalho como sinônimo de participação da sociedade. Por esse motivo, alinha-se com a concepção de Streck e Adams:

É uma tarefa do sujeito coletivo que assume o desafio de trabalhar em conjunto, muito distante, portanto, do denunciamento interesseiro. Ao mesmo tempo, reconhece a conflitividade como parte necessária e importante do processo social. Pessoas e grupos têm interesses diferentes, muitas vezes contraditórios, e o controle social permite explicitar e encaminhar soluções que tenham como horizonte o bem comum (STRECK; ADAMS, 2006, p. 105).

Assim, o **controle social** é parte integrante do processo social de definição, execução e avaliação de políticas públicas e tem por finalidade conciliar interesses diferentes em busca do bem comum. Trata-se de um controle que pode ser exercido ou pela sociedade de forma conjunta, por meio de suas entidades representativas, ou individualmente, pelos cidadãos.

Além disso, com a redemocratização do Estado Brasileiro, diversos instrumentos de participação da sociedade foram institucionalizados visando a permitir um acompanhamento e fiscalização mais próximos da Administração Pública. Ademais, a adoção do modelo gerencial, desde a década de 1990, com o controle por resultados, o foco no cidadão e com a delegação de serviços públicos a organizações sociais para a execução de serviços públicos, faz com que apenas o controle governamental instituído não seja suficiente para identificar questões relativas a todos os componentes da sociedade, assim como para controlar a execução das políticas governamentais (BRASIL, 1995).

Surgiu, então, um novo modelo de gestão, em que os cidadãos participam ativamente tanto do desenvolvimento e da gestão de políticas públicas quanto do provimento dos serviços

públicos. Como entes partícipes, cabe a esses também exercer, seja diretamente, seja por meio da sociedade civil organizada, o controle sobre a Administração Pública, auxiliando a estrutura de controle governamental (ROCHA, 2011).

O controle da Administração Pública passou a ser exercido em dois âmbitos distintos e complementares: o controle governamental ou estatal, provindo de órgãos e instituições da estrutura estatal, e o controle social, exercido por estruturas da sociedade civil, sejam essas de forma isolada, sejam associadas a órgãos governamentais (BRAGA, 2010).

A Constituição de 1988 descentralizou o controle da Administração Pública, tendo criado o ambiente institucional e político para a implantação de conselhos setoriais, com a participação popular, nas três esferas de governo. Nesse cenário, os conselhos surgiram para permitir a participação do cidadão por meio de canais institucionalizados, com identidades e atribuições legais formalmente definidas.

Assim, os conselhos passaram a integrar as relações entre Estado e sociedade, instituindo uma nova modalidade de controle público sobre a ação governamental. Os conselhos são corresponsáveis pelo desenho, monitoramento e avaliação de políticas públicas, atuando como canais de participação da sociedade no acompanhamento do desempenho do governo e no controle de seus atos (CARNEIRO, 2010).

Os conselhos não são, todavia, a única forma de participação social. Streck e Adams (2006) relacionam outros instrumentos de movimentação da sociedade que podem servir ao controle social:

- a) O voto direto: instrumento principal das democracias representativas e diretas. Além da participação no período eleitoral, o cidadão pode participar por meio de consultas populares características da democracia direta como plebiscitos e referendos, ainda que raros no Brasil, e por iniciativa popular³;
- b) Manifestações públicas: aglomerações por pressão que servem para demonstrar os anseios populares e podem ser um poderoso instrumento de mudanças;
- c) Movimentos sociais: grupos de interesse que se caracterizam por evocar a solidariedade, explicitar um conflito e representar uma ruptura nos limites de compatibilidade do sistema em que opera;

³ Há, a esse respeito, uma norma infraconstitucional regulamentadora do exercício desses instrumentos de democracia direta, com a sua conceituação e definição de rito de processamento. Trata-se da Lei n.º 9.709/1998.

- d) Associações: entidades formais que representam determinados segmentos da sociedade. Um movimento social pode ser representado por uma ou mais associações;
- e) As Redes: espaços de atuação social, impulsionado pelas TIC e caracterizadas pela rapidez na comunicação e pela organização horizontal;
- f) Os Fóruns da sociedade civil: espaços reconhecidos e estimulados pelo poder público e contam com a participação de pessoas representativas de organizações da sociedade civil para discutir direitos e políticas sociais;
- g) Câmaras setoriais: órgãos criados para discutir temas de interesse de setores como, por exemplo, habitação, turismo e mobilidade urbana;
- h) Gestão participativa: concepção e metodologia de gerenciamento e execução de políticas públicas cuja implementação leva em consideração a participação do cidadão na elaboração do seu orçamento. Essa iniciativa abre espaço para que as pessoas participem das decisões relativas à aplicação dos recursos públicos;
- i) Conferências: forma de participação popular muito ligada à atuação dos conselhos, as conferências servem de fórum de discussão e de proposição de alterações ou de criação de novas políticas públicas.

A evolução das tecnologias de informação e comunicação, em especial a Internet e as redes de comunicação sem fio, criaram o que Castells (2013) denomina de **Sociedade em Rede**. Nesse novo contexto, os movimentos sociais passam a ser impulsionados pela velocidade dos meios de comunicação e pela disponibilidade de informações na Internet.

Nesses movimentos sociais, os indivíduos são conectados em rede de múltiplas formas: aplicativos para celulares, redes sociais na Internet, mensagens de texto etc. (CASTELLS, 2013). Este tipo de exercício da cidadania demanda conhecimentos e habilidades específicas para o correto manuseio dessas tecnologias, mas é necessário também saber como utilizar as informações de forma consciente e ética.

Permitir a participação dos cidadãos na vida social, econômica e comunitária é considerado um dos princípios determinantes de uma sociedade inclusiva (LLOYD; LIPU; KENNAN, 2010). Um aspecto fundamental deste princípio é a capacidade de desenvolver nos indivíduos a habilidade de estabelecer conexões e de se envolver com a tomada de decisões para o bem-estar e a prosperidade das comunidades em que vivem.

A inclusão social requer uma abordagem colaborativa na qual comunidades e prestadores de serviços atuem em parceria. De acordo com Lloyd, Lipu e Kennan:

Para participar de maneiras informadas e produtivas, as pessoas precisam de acesso às informações e às tecnologias usadas para acessar, disseminar e usar tais informações. Exige-se também acesso a treinamento que os motivarão e capacitarão a desenvolver o entendimento de como a informação é produzida, como ela é disseminada e como ela pode ser acessada por meio de suas comunidades e da sociedade em geral. Para alcançar essa colaboração, os provedores de serviços precisam desenvolver uma compreensão clara da gama de práticas de informação empregadas por vários grupos dentro de sua comunidade, para assegurar que a informação seja efetivamente comunicada para reduzir o risco de exclusão (LLOYD; LIPU; KENNAN, 2010, p. 43, tradução nossa).

Assim, a atuação conjunta do Poder Público e da sociedade cria as condições para o desenvolvimento das competências necessárias ao exercício da cidadania. Esse processo poderia ser facilitado pela disseminação de práticas informacionais e competências tecnológicas no âmbito de programas de competência em informação para o cidadão (LLOYD; LIPU; KENNAN, 2010). Outra medida importante seria o aumento da percepção das necessidades e requisitos de informação demandados pelos diferentes grupos de cidadãos pelos prestadores de serviços e governo.

A participação do cidadão em todas as etapas do processo de gestão pública é uma das perspectivas do atual modelo de gestão do Estado. Colocado no centro da gestão pública como a principal parte interessada nos resultados da atuação estatal, o cidadão passou a ser um dos principais atores na definição e controle dos resultados da gestão pública.

Zurkowski (2014) alerta para o fato de que quem detém o controle da informação também pode usá-la como instrumento de desinformação, manipulação e opressão. O autor defende a competência em informação como uma forma de empoderamento das pessoas diante dessa ameaça. A história recente do país demonstra que as preocupações de Zurkowski (2014) são pertinentes. Em 2016, por exemplo, assistiu-se ao uso da informação como instrumento de manipulação da opinião pública com vistas à criação de uma crise política que, ao final, serviu apenas para que grupos interessados em manter seus privilégios tivessem acesso mais direto ao poder.

Este tipo de uso da informação pode ser minimizado por meio do desenvolvimento da competência em informação. Ao desenvolver um senso crítico diante da informação, as pessoas ganham autonomia, avaliam a informação recebida, verificam suas fontes e buscam confirmação por outras fontes. Dessa forma, quaisquer esforços de desinformação com objetivo de manipular as opiniões das pessoas sobre as alternativas políticas terão seus efeitos reduzidos. Os cidadãos não seriam enganados para votar ou apoiar propostas políticas que contrariassem seus melhores interesses (ZURKOWSKI, 2014).

A próxima subseção resume o processo de evolução da gestão pública no Brasil que, partindo de uma administração patrimonialista na época do império, evoluiu para uma administração gerencial e de governança pública, que colocam o cidadão como cliente das políticas públicas. Mais recentemente surge o denominado Novo Serviço Público, que se caracteriza por ser centrado no serviço ao cidadão, em vez de apenas dirigir ou controlar (DENHARDT; DENHARDT, 2003) e que se diferencia por propor a ampliação dos espaços públicos e de valorização dos princípios republicanos.

2.1.2 A gestão pública no Brasil: do Estado burocrático ao Estado gerencial e ao Novo Serviço Público

Bresser Pereira (1996) relata que, na época do império, o Brasil dispunha de uma administração pública monárquica absolutista e, por consequência, patrimonialista. Nesse período, era comum a contratação de parentes no serviço público, prática conhecida como nepotismo, e a concessão de postos de trabalho públicos em troca de favores de toda ordem.

A partir de 1936, Maurício Nabuco e Luís Simões Lopes tentaram introduzir no Brasil uma alternativa superior ao formato então vigente. Deu-se início, à primeira reforma administrativa da República, inspirada no modelo burocrático clássico adotado pelo exército prussiano. Tal reforma no Brasil ocorreu mediante a criação, em 1936, do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Buscava-se implantar no País princípios como os da eficiência, do mérito profissional e da separação entre o público e o privado (BRESSER PEREIRA, 1996).

De acordo com o autor, a criação do DASP denota um estágio embrionário da administração gerencial. Visava-se a um processo de descentralização de poder e de fuga de alguns dos requisitos burocráticos. Foram os anos precursores da formação da indústria de base no Brasil.

Secchi (2009) menciona que o modelo burocrático clássico adotado no Brasil era conhecido, também como weberiano, uma vez que Max Weber foi quem resumiu suas principais características. Também chamado de *Progressive Public Administration* (PPA), esse modelo foi mundialmente disseminado nos séculos XIX e XX. Ainda assim, importa destacar que, desde o século XVI, era uma doutrina já utilizada nas administrações públicas, organizações religiosas e militares europeias.

Segundo Secchi (2009), as bases teóricas da burocracia foram estabelecidas em 1922, por Max Weber, com o livro *Wirtschaft und Gesellschaft, Grundriss der verstehenden*

Soziologie (Economia e Sociedade, Fundamentos da Sociologia Compreensiva), que estabeleceu as três principais premissas da administração burocrática: a formalidade, a impessoalidade e o profissionalismo. Outras características mencionadas por esse autor são a separação entre o público e o privado, a separação entre planejamento (entendendo-se o ato de estabelecer objetivos com sendo um ato político) e a execução (entendida como administração pública a transformação de decisões em ações concretas), a equidade, o provimento de produtos e serviços padronizados aos destinatários e a desconfiança em relação à índole humana.

Ainda assim, a administração burocrática no Brasil mostrou-se “lenta, cara, auto referida, pouco ou nada orientada para o atendimento das demandas do cidadão” (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 5). O autor entende que uma das causas desse problema era o conjunto de mudanças pelas quais o país vinha passando: tratava-se de um pequeno Estado liberal, que dispunha somente de quatro ministérios (da Justiça, da Defesa, da Fazenda e das Relações Exteriores) que se transformou em um grande Estado social com novos papéis, tais como o de prestar serviços sociais, bem como o de regular o sistema econômico interno e as relações econômicas internacionais. Nesse ambiente, o Estado Brasileiro cresceu não somente pela diferenciação das estruturas e complexidade da pauta, mas principalmente em função da própria burocracia de matérias de interesse público. Em termos jurídicos, pode-se dizer que cresceu para atender tanto os interesses públicos primários – os interesses do administrado – quanto os secundários – os interesses da administração pública.

Com o fim da II Grande Guerra, os valores burocráticos ganharam força mais uma vez. No entanto, novas ideias advindas da administração de empresas, tais como a descentralização e a flexibilização, começam a ter influência sobre a administração pública. Em 1967, as ideias de Hélio Beltrão inspiraram a publicação do Decreto-Lei nº 200/1967, que dispunha de aspectos embrionários da administração gerencial, como a descentralização de poder, conforme se observa a seguir:

O decreto-lei promoveu a transferência das atividades de produção de bens e serviços para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática. Instituíram-se como princípios de racionalidade administrativa o planejamento e o orçamento, a descentralização e o controle dos resultados. (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 07)

O autor menciona aspectos negativos em relação ao Decreto Lei nº 200/1967 e à tentativa fracassada da reforma administrativa. Atribui-se tal insucesso ao fato de que, na administração indireta, havia possibilidade de contratação sem concurso, o que ensejou a contratação direta de pessoal para o alto escalão de um crescente número de empresas estatais

e de fundações. Enquanto isso, na administração direta, a burocracia era vista como algo negativo. Passou-se a evitar a realização de concursos e, portanto, não houve o desenvolvimento de carreiras de Estado.

Na década de 1970, instalou-se a indústria de bens de capital e desenvolveu-se a infraestrutura do País. A partir de 1979 até 1983, Beltrão, na posição de ministro, deu início ao Programa Nacional de Desburocratização.

Bresser Pereira (1996) menciona que o estopim para essa reforma tem relação com a crise vivenciada entre os anos de 1979 a 1994, com o segundo choque do petróleo. Tal crise, segundo o autor, conjugava problemas nas áreas administrativa, política, fiscal e no modo de intervenção do Estado.

Essa crise foi ocasionada, principalmente, pela globalização da economia tornando necessárias mudanças na administração pública brasileira. Afinal, a globalização fez integrar mercados e sistemas produtivos, o que dificultou ao Estado a ação de proteger a economia da competição internacional. Segundo Bresser Pereira (1996), o Estado passou a perseguir um novo papel: o de facilitador, de forma que economia nacional se tornasse internacionalmente competitiva.

No cenário mundial, os anos da década de 1980 são marcados pela intensa transformação no setor público que buscava implantar a administração com foco gerencial (BRESSER PEREIRA, 1996). Naquela década, a administração pública no Brasil buscava a adequação aos modelos internacionais de gestão pública, em especial aos modelos australiano e inglês. Essas novas premissas se refletiam na tentativa de adotar um formato gerencial, quais sejam:

Quadro 1 – Características da nova administração pública

CONTORNOS DA NOVA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		
Poder	Descentralização Política	Transferência de recursos e de atribuições para outros níveis políticos regionais e locais
	Descentralização Administrativa	Delegação de autoridade para representantes de outras instâncias do poder central, autonomia
Estrutura organizacional	Redução dos níveis hierárquicos	Redução dos níveis hierárquicos da estrutura de poder, abandono do modelo piramidal
Distribuição de atribuições	Confiança limitada	Buscava-se a confiança com caráter limitado, em vez de o pressuposto de desconfiança total
Controle	Resultados	Abandono do controle rígido dos processos e procedimentos administrativos para focar em resultados
Público-alvo	Cidadão	A estrutura da administração deve ser um reflexo das demandas da sociedade. Anteriormente, era autorreferida.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bresser Pereira (1996).

No início da década de 1990, realizou-se um estudo pelo Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) para a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que diagnosticou diversas insuficiências da administração pública brasileira. Dentre essas, foram constatadas a baixa capacidade de formulação, informação, planejamento, implementação e controle das políticas públicas, assim como um sistema contaminado de patrimonialismo, com servidores desprovidos de profissionalismo, carente de padrões que regulassem a ética e a eficácia (BRESSER PEREIRA, 1996). Todavia, novamente, objetivou-se por meio desse estudo consolidar a administração pública burocrática clássica, em vez de se buscar a modernização da gestão pública para adequá-la ao mundo globalizado.

Em oposição à ordem então vigente, nas últimas três décadas surgiu um modelo organizacional pós-burocrático, doutrinário/filosófico, “[...] baseado em valores (também justificativas, ou argumentos) de eficiência, eficácia e competitividade” (SECCHI, 2009, p. 354). Esses modelos foram denominados **administração gerencial e governança pública** e têm como premissas o aumento da produtividade, a orientação ao serviço, a descentralização administrativa, a eficiência na prestação de serviços, emprego de ações de *marketing* e adequada prestação de contas ao cidadão (SECCHI, 2009).

A transparência pública na prestação de contas e o acesso pleno às informações públicas são premissas desse novo modelo de administração pública que tem no cidadão o seu principal foco de atenção.

Secchi (2009) relata que, no livro *Reinventing Government: How The Entrepreneurial Spirit Is Transforming The Public Sector*, publicado em 1992, os autores David Osborne e Ted Gaebler definem dez mandamentos para que o governo seja racional e eficaz, a saber: catalisador, pertencente à comunidade, competitivo, orientado por missões, de resultados, orientado ao cliente, empreendedor, preventivo, descentralizado e orientado para o mercado.

Nesse contexto, surge o termo **governança** que, no campo das ciências políticas e da administração pública, compreende-se como um modelo gerencial em que as políticas públicas são elaboradas mediante relações que acontecem de forma horizontal entre os atores públicos e privados (SECHI, 2009).

Assim, o modelo de gestão pública brasileiro tem evoluído para um paradigma de gestão baseado em princípios de governança, que visam ao empoderamento de diversos atores da sociedade para o atingimento de objetivos e metas, e tem no cidadão o seu principal cliente.

Trata-se, nesse sentido, de um modelo de gestão que demanda a participação do cidadão em todo o ciclo de gestão, desde a identificação de problemas, a elaboração das políticas públicas até o acompanhamento dos seus resultados por meio das informações disponibilizadas pelo governo.

Para dar suporte a esse modelo de gestão, é essencial um arcabouço legal que regulamente como devem ser a transparência pública e o acesso à informação, definindo abrangência, responsabilidades, sanções e instâncias de controle. Esse é o assunto abordado na próxima subseção.

2.1.3 Fundamentos legais da transparência pública e acesso à informação

A primeira lei de acesso a informações de que se tem notícia no mundo foi promulgada pela Suécia há mais de 200 anos. Trata-se da Lei de Imprensa Sueca que, em 1766, já tratava da importância da transparência e do acesso às informações da administração pública. Essa lei serviu de inspiração para a Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, promulgada após a Revolução Francesa, que, no seu Artigo 15º, instituía o direito de pedir a todo agente público que prestasse contas de sua administração (VIEGAS, 2004).

Nos dias atuais, o Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos garante a todos “a liberdade de ter opiniões e de procurar, receber e transferir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras” (ONU, 1948, p. 10). Esse é um direito reconhecido pelos principais tratados internacionais e, por isso, deve ser assegurado por todos os países signatários por meio de sua legislação interna.

A partir da Constituição de 1988, a transparência e a publicidade se tornaram princípios que devem nortear a relação do Estado com a população. Se durante o regime militar, valia a regra de que toda informação deveria ser resguardada, porque seria imprescindível à segurança nacional, a partir da Constituição de 1988, passou a valer a regra de que toda informação é pública, a não ser que seja considerada restrita em casos bem definidos por lei (PAES, 2011). Apesar de permanecer por décadas pendente de regulamentação por lei, tal forma de entender a questão do sigilo foi assegurada no Art. 5º, Inc. XXXIII, que estabeleceu que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. (BRASIL, 1988).

O Art. 216 da Constituição Federal, em seu §2º, atribuiu à administração pública, na forma da lei, a responsabilidade pela gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem (BRASIL, 1988). Esse acesso à documentação governamental é o principal elemento facilitador do controle social nos termos do Art. 37, § 3º, Inciso II, que garante o direito ao acesso pelo povo a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, assim como a participação na administração pública.

A Lei Complementar nº 101/2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) (BRASIL, 2000), com as modificações introduzidas pela Lei Complementar nº 131/2009, determina a ampla divulgação em meios eletrônicos das peças orçamentárias, além de prever a participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos. As informações de realização de receitas e despesas devem ser disponibilizadas, por meio da Internet, em tempo real e em nível de detalhamento pormenorizado.

As exigências da LRF serviram para fortalecer o controle social das finanças públicas e contribuíram para o surgimento de uma nova ordem em termos de gestão pública participativa no Brasil.

A LRF tem como pilares a responsabilidade na gestão fiscal e a transparência (LRF, art. 1º, parágrafo 1º). A transparência na gestão pública é especificamente tratada no capítulo IX, da Seção I (Da Transparência da Gestão Fiscal), por meio do Artigo 48, que determinou a liberação em tempo real, de dados sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, de forma a garantir o conhecimento e acompanhamento dessas informações pela sociedade.

No que tange à transparência, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe às administrações públicas a adoção das seguintes providências:

- a) divulgação anual das contas: os municípios devem consolidar as suas contas e enviá-las à União e aos Estados até 30 de abril; os Estados têm prazo até 31 de maio para enviar as suas contas para a União e esta tem até 30 de junho para divulgar as contas consolidadas de todos os entes da Federação;
- b) emissão do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, bimestralmente, indicando a apuração da RCL (Receita Corrente Líquida), receitas e despesas previdenciárias, restos a pagar, projeções atuariais, variação patrimonial, dentre outros;

- c) emissão de Relatório de Gestão Fiscal, quadrimestral, contendo quadro comparativo da execução com os limites de pessoal, de dívida, operações de crédito, antecipação de receita orçamentária e garantias, demonstrativo de disponibilidade de caixa e de restos a pagar;
- d) estímulo ao Controle Social, por meio da disponibilização, em meio eletrônico, de relatórios e documentos afins, participação popular na elaboração dos orçamentos, audiência pública para avaliação do cumprimento das metas fiscais pelo Poder Executivo e divulgação, em meio eletrônico, pelo Ministério da Fazenda, dos entes que ultrapassaram os limites para a dívida.

Todavia, embora a LRF determine que seja colocada ao dispor da população uma grande quantidade de informações atualizadas em tempo real, não se preocupa em detalhar a qualidade e a forma como esses dados deveriam ser publicados. Com isso, passaram a ser divulgadas informações contábeis que demandam conhecimento técnico especializado de difícil entendimento para o cidadão comum.

Com a edição da Lei 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), a transparência deixou de se limitar às informações orçamentárias e financeiras, passando a abranger a gestão pública de forma global, envolvendo processos administrativos, a gestão de pessoal, de documentos, a eficácia e a eficiência no atingimento das metas pelos órgãos públicos, bem como o uso de recursos públicos por entidades de direito privado sem fins lucrativos. A LAI estabeleceu o marco regulatório, no Brasil, do princípio da transparência e acesso à informação previsto desde 1988 no Art. 5º, Inc. XXXIII da Constituição, mas que até então era pouco efetivo dada a falta de regulamentação.

Com a LAI, todos os órgãos e entidades públicos ficaram obrigados a manter Serviços de Informação ao Cidadão (SIC), no qual deverão estar disponíveis as seguintes informações:

- a) Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;
- b) Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;
- c) Registros das despesas;
- d) Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;
- e) Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e
- f) Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Essas informações também devem ser disponibilizadas pelos municípios em sítio próprio na Internet, ficando dispensados aqueles cuja população não ultrapasse 10 mil habitantes. A LAI traz alguns dispositivos sobre os SICs, mas sua regulamentação, no âmbito das Administrações Públicas Municipais, ficou a cargo de cada gestor municipal.

Outra inovação da trazida pela LAI foi a **transparência sob demanda** ou **passiva**, que confere ao administrado o direito de se dirigir a administração pública para requerer informação de seu interesse ou geral, desde que não fira o disposto no art. 5º, em especial o inciso X que assegura o sigilo de informações relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas. Regulamentou-se, também, a obrigatoriedade de o ente público apresentar sua resposta por escrito, com justificativa no caso da negativa de acesso, e de estabelecer instâncias recursais.

Os SIC também estão incumbidos de receber os pedidos de acesso a informações, que seguirão um trâmite detalhado previsto na LAI. Os órgãos e entidades têm o prazo de 20 dias, prorrogável por mais 10, para responder ao pedido de acesso, quando seu atendimento imediato não for possível. No caso de indeferimento ou negativa, o interessado poderá, no prazo de 10 dias, interpor recurso à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão. Entretanto, o trâmite dos pedidos de informação, os responsáveis envolvidos, as instâncias recursais e outras disposições de caráter prático, necessitam de regulamentação própria dos estados e municípios.

A Lei de Acesso à Informação brasileira foi elaborada com base em parâmetros reconhecidos mundialmente no que diz respeito ao direito de acesso à informação, incorporando “novos conceitos, que ampliam o entendimento comum sobre o princípio da publicidade, chamam a atenção para o princípio da transparência e já apontam para a adoção do princípio da máxima transparência” (PAES, 2012, p. 242). De fato, a LAI considera que a transparência deve ser a regra e só excepcionalmente o sigilo pode ser imposto.

Atualmente, por força de acordos internacionais e, ainda, em função das mudanças de paradigma de gestão pública burocrática para uma gestão centrada em princípios de boa governança, o Estado tem buscado dar transparência aos seus atos e incentivar a participação popular. Entende-se por participação popular quando o cidadão representa os interesses de um segmento e atua em prol dessa coletividade (PAES, 2012). Exige-se dos entes vinculados à administração pública o estabelecimento de critérios e prazos para a implantação de mecanismos de acesso a registros, instâncias de solicitação de informações e de recursos.

A transparência governamental tem, portanto, o papel de fomentar a participação popular no processo de elaboração dos planos de governo, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos públicos, assim como de verificação dos resultados da ação governamental. Essa prática, se feita de forma adequada, fortalece a democracia, prestigia e desenvolve noções de cidadania. No entanto, somente expor num portal dados sobre as contas públicas não torna a organização transparente. É preciso evitar que a pesquisa seja complexa e que os dados sejam ininteligíveis, e a LAI se encarregou de estabelecer essa obrigação.

Braga (2010) destaca o caráter processual da transparência, afirmando que se trata de uma construção que deve considerar, além do emissor, o receptor, o meio e a própria mensagem. Ainda a esse respeito, Carneiro (2010, p. 23) afirma: “A informação ocorre quando há comunicação e o receptor entende a mensagem”. Caso não ocorra dessa forma, o dado acessível não poderá ser processado, portanto a transparência pública não cumprirá o papel de informar.

O papel do Estado como provedor de informações confiáveis e tempestivas para a sociedade tem sido objeto de discussão no âmbito das iniciativas de Governo Eletrônico ou Governança Digital. Tais iniciativas, possibilitadas pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), em especial a Internet, têm como principal objetivo estimular a participação do cidadão nas decisões relativas às políticas e aos serviços públicos. Esse assunto será aprofundado na próxima subseção.

2.1.4 O governo eletrônico e o exercício da cidadania

Atualmente, vigora uma nova forma de sociedade que Castells (1999) denominou de Sociedade em Rede. O autor afirma que essa nova sociedade é decorrente de mudanças estruturais nas relações de poder, de produção e de experiência. Tais mudanças decorrem de três fatores: a evolução das TIC, a crise do capitalismo e o apogeu dos movimentos sociais.

A evolução das tecnologias de informação e de comunicação permitiu o surgimento de redes de computadores e tecnologias de comunicação sem fio que facilitam a formação de redes e o processamento de dados em alta velocidade. Na sociedade da informação, a geração de riqueza e o exercício do poder passam a depender da capacidade tecnológica da sociedade e dos indivíduos (CASTELLS, 1999).

Durante a crise do capitalismo e do estatismo, com o fim da guerra fria e da polaridade entre o modelo estatista soviético e o capitalismo norte-americano, criaram-se as condições para a globalização da economia. Nesse novo cenário, surge o **capitalismo informacional**

[...] que conta com a produtividade promovida pela inovação e a competitividade voltada para a globalização a fim de gerar riqueza e apropriá-la de forma seletiva. Está, mais do que nunca, inserido na cultura e é equipado pela tecnologia. Mas, desta vez, **tanto a cultura como a tecnologia dependem da capacidade de conhecimentos e informação para agirem sobre conhecimentos e informação em uma rede recorrente de intercâmbios conectados em âmbito global.** (CASTELLS, 1999, p. 414, grifo nosso)

A produção de informação e de conhecimento, e conseqüentemente das novas tecnologias, é produto da interação de redes interconectadas em nível global. No entanto, a má distribuição da capacidade tecnológica entre as sociedades e entre os indivíduos resulta na exclusão digital. Assim, os excluídos digitalmente ficam à margem do desenvolvimento econômico, uma vez que o acesso às TIC é o motor do capitalismo informacional.

Por fim, **os movimentos sociais** desempenham um papel de destaque no surgimento da sociedade em rede. Diante da crise do capitalismo, esses movimentos ganharam força e se articularam com o uso das TIC, em especial a Internet e as mídias sociais, formando redes sociais que causam impactos na economia, na política e nos processos culturais (CASTELLS, 1999).

É nesse contexto de uma sociedade em rede e de constante evolução das TIC que se inserem as iniciativas do **Governo Eletrônico** ou **Governo Digital**. Trata-se de uma estratégia por meio da qual o Estado se utiliza das tecnologias como, por exemplo, a Internet e os sistemas móveis de comunicação, para disponibilizar à sociedade melhores condições de acesso à informação para a sociedade, e ampliar a oferta de serviços governamentais, e de novas oportunidades de participação do cidadão nos processos democráticos (ARAÚJO *et al*, 2013).

O Governo Eletrônico, também chamado de e-Government ou e-Gov⁴, consiste na utilização da Internet pelo Estado para prestação de serviços e informações à sociedade por meio de portais. No caso do Governo Federal Brasileiro, em 2000, foi criado o Programa do Governo Eletrônico (eGOV) que tem como objetivo “[...] ampliar o debate e a participação popular na construção das políticas públicas, como também aprimorar a qualidade dos serviços e informações públicas prestadas” (BRASIL, 2015a, não paginado).

A política do eGOV segue um conjunto de diretrizes com vistas a promover a participação cidadã, melhorar as rotinas administrativas do próprio do governo e a integrar parceiros e fornecedores do Governo Federal. Nesse sentido, as ações do eGOV não se restringem aos aspectos tecnológicos, mas buscam a melhoria da gestão pública por meio do

⁴ e-Government e e-Gov são resultados, respectivamente, da formação de sigloides da expressão nominal em inglês *electronic government*.

aperfeiçoamento dos seus processos internos, desenvolvimento de sistemas corporativos interligados, fortalecimento das relações com fornecedores e parceiros mediante integração de sistemas de compras governamentais, além de promover novas formas de participação da sociedade.

No âmbito da participação cidadã, área de atuação do eGOV que guarda relação mais direta com os objetivos desta pesquisa, a iniciativa tem por finalidade permitir que o cidadão conheça “[...] instrumentos e políticas de governo eletrônico para melhorar a relação e o diálogo com o cidadão, para a eliminação de barreiras na *Web*, o aumento da transparência, o controle social das ações e a promoção da cidadania” (BRASIL, 2015a, não paginado).

Com foco nesse objetivo, o Governo Federal tem presença na *Web* por meio de portais destinados a disponibilizar informações ao cidadão como, por exemplo, o Portal da Transparência (www.transparencia.gov.br), apresentado em maiores detalhes nesta pesquisa e visualizável na Figura 2:

Figura 2 – Página inicial do Portal da Transparência do Governo Federal Brasileiro na Internet.



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal (BRASIL, 2017d).

Os pedidos de acesso às informações públicas mantidas pelo Governo Federal podem ser feitos presencialmente ou por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao

Cidadão (e-SIC), disponível em <https://esic.cgu.gov.br/>. No sítio eletrônico, o interagente pode registrar e acompanhar os seus pedidos de informações, além de ter à sua disposição estatísticas de solicitações de informações. A Figura 3 apresenta a tela inicial do e-SIC:

Figura 3 – Página inicial do e-SIC na Internet.



Fonte: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) (BRASIL, 2017e).

O canal de entrada para as denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios ao Governo Federal, na Internet, é o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV). Mantido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), o e-OUV (Figura 4) é acessível por meio do endereço <https://sistema.ouvidorias.gov.br/>.

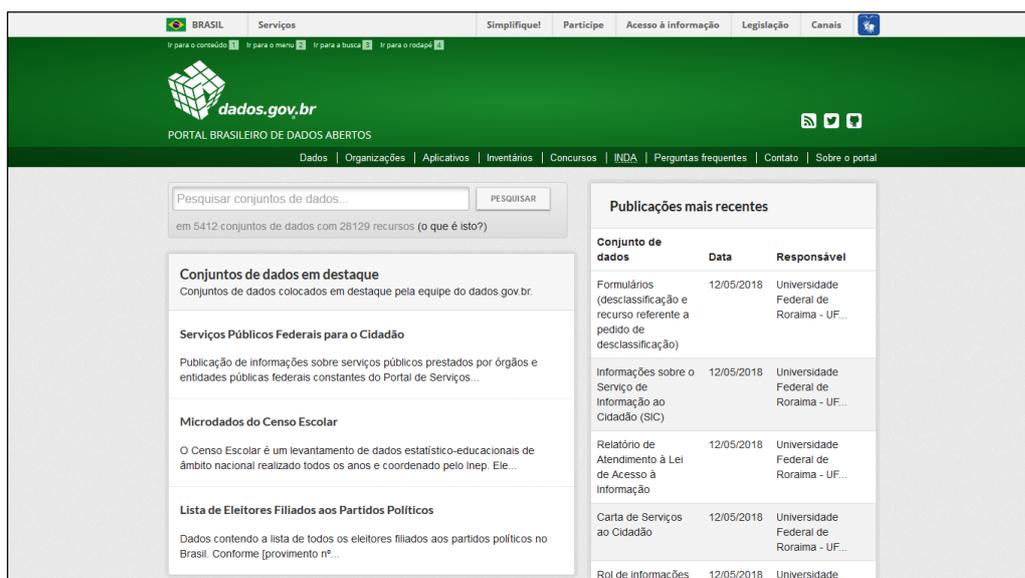
Figura 4 – Página inicial do e-OUV na Internet.



Fonte: Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV) (BRASIL, 2017f).

Por meio do Portal Brasileiro de Dados Abertos, acessível no endereço <http://dados.gov.br/>, é possível ter acesso a diversas bases de dados mantidos por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, tais como dados do Censo Escolar, eleitores filiados a partidos políticos, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) etc.

Figura 5 – Página inicial do Portal Brasileiro de Dados Abertos na Internet.



Fonte: Portal Brasileiro de Dados Abertos (BRASIL, 2017a).

O Portal de Compras do Governo Federal é disponibilizado por meio do *link* <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> e centraliza as informações e orientações acerca dos processos de compras governamentais. O Portal é configurado por áreas de interesse, com segregação de conteúdo direcionado para gestores públicos, fornecedores e uma área de transparência, na qual são disponibilizados, em formatos abertos, dados relativos às compras do Governo Federal, preços praticados e licitações em andamento. A Figura 6 ilustra a página inicial do Portal de Compras.

Figura 6 – Página inicial do Portal de Compras do Governo Federal.



Fonte: Portal de Compras do Governo Federal (BRASIL, 2017c).

Além desses, o Governo Federal oferece um Portal de Serviços (www.servicos.gov.br), ilustrado na Figura 7, no qual são encontrados *links* para diversos serviços tais como inscrição no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), serviços de Previdência Social, consultas e emissão de certidões pela Receita Federal do Brasil.

Figura 7 – Página inicial do Portal de Serviços do Governo Federal na Internet.

The screenshot shows the homepage of the Government Federal Services Portal. At the top, there is a navigation bar with links for 'Serviços', 'Empregos', 'Participar', 'Assessores e Informação', 'Legislação', and 'Canais'. Below this is a search bar with the text 'Do que você precisa?' and a search icon. The main content area is divided into several sections:

- Serviços em destaque:** A grid of service cards including:
 - PREVIDÊNCIA SOCIAL:** Aposentar-se por idade (trabalhador urbano), Obter Salário-Maternidade.
 - EDUCAÇÃO:** Obter financiamento do FIES.
 - FOMENTO AO TRABALHO:** Fazer o Exame Nacional do Ensino Médio.
 - PREVIDÊNCIA:** Emitir Extrato de Pagamento de Benefício.
 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA:** Aderir ao Programa Empresa Cidadã.
 - TRABALHO:** Obter a Carteira de Trabalho e Previdência Social.
 - DEFESA NACIONAL:** Alistar-se no Serviço Militar Obrigatório.
- Desempenho dos Serviços:** A section showing performance metrics:
 - 1661 Serviços no portal
 - 40% Serviços Digitais
 - 58 dias Tempo médio de espera
 - 69% Avaliações positivas
- REDES SOCIAIS:** A section with social media icons for Facebook, Google+, Twitter, and WhatsApp.
- Footer:** A section with links for 'BUSCAR SERVIÇOS POR', 'BUSCAR SERVIÇOS PARA', 'DESEMPENHO DOS SERVIÇOS', 'FALE CONOSCO', 'INFORMAÇÕES', 'NAVEGAÇÃO', and 'EDITOR DE SERVIÇOS'.

Fonte: Portal de Serviços do Governo Federal (BRASIL, 2017b).

O eGOV também promove a padronização visual das páginas de todos os órgãos e entidades do Governo Federal na Internet e mantém canais de comunicação com os cidadãos por meio de redes sociais na Internet.

Em 2014, a *Organisation for Economic Co-operation and Development* (OECD) publicou o documento intitulado “*Recommendation of the Council on Digital Government Strategies*” (OECD, 2014), por meio do qual recomendou aos governos que desenvolvessem e implementassem estratégias de governo digital que:

- a) assegurem maior transparência, abertura e inclusão dos processos governamentais e operações;
- b) incentivem envolvimento e participação de partes interessadas públicas, privadas e da sociedade civil na elaboração de políticas públicas e no desenho e implementação de serviços públicos;
- c) criem uma cultura orientada a dados no setor público;
- d) reflitam uma abordagem de gerenciamento de risco para lidar com as questões de segurança e privacidade digital; e
- e) incluam a adoção de medidas eficazes e adequadas de segurança, para aumentar a confiança nos serviços governamentais.

A OECD ressalta, dessa forma, o papel central da transparência pública e do acesso à informação e do estímulo à participação da sociedade civil na elaboração das políticas públicas. As estratégias de governo digital também têm o objetivo de promover o aumento da confiança nos serviços públicos. Assim, uma estratégia de e-Gov deve considerar o cidadão como principal parte interessada e incentivar o seu protagonismo nas decisões que afetam a sociedade.

No Brasil, em atendimento às recomendações da OECD, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão publicou, em 2016, a **Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal**, um documento em que “[...] define conceitos, desafios, oportunidades, objetivos estratégicos, as metas, os indicadores e as iniciativas para implementar a Política de Governança Digital” (BRASIL, 2016, p. 7). Nesse documento, a expressão **Governo Eletrônico** foi substituída por **Governança Digital** que é definida como sendo a:

[...] utilização, pelo setor público, de tecnologias da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, **incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão** e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz. (BRASIL, 2016, p. 10, grifo nosso)

Assim, a governança digital se configura como parte integrante da governança pública cujos princípios norteiam os modelos de administração pública gerencial modernos. Trata-se do uso das TIC como instrumento de empoderamento dos diversos atores que representam a sociedade, dando condições para que esses participem ativamente dos processos democráticos em defesa dos interesses da sociedade.

Um dos princípios que deve orientar as atividades da governança digital é a **participação e controle social**. As ações de governança digital devem:

[...] possibilitar a colaboração dos cidadãos em todas as fases do ciclo das políticas públicas e na criação e melhoria dos serviços públicos. Órgãos e entidades públicas devem ser **transparentes e dar publicidade à aplicação dos recursos públicos** nos programas e serviços do Governo Federal, fornecendo informação de forma **tempestiva, confiável e acurada para que o cidadão possa supervisionar a atuação do governo**. (BRASIL, 2016, p. 14, grifos nossos).

Nesse sentido, o Portal da Transparência do Governo Federal, objeto de estudo desta pesquisa, é uma das principais iniciativas de governança digital e representa uma importante fonte de informações sobre a aplicação dos recursos públicos nos programas do Governo Federal. Em atendimento ao princípio da participação e controle social, as informações disponibilizadas por meio do Portal devem ser tempestivas, confiáveis e acuradas.

Nesse sentido, a LAI considera como qualidades essenciais da informação a serem garantidas pelos órgãos e entidades públicas (BRASIL, 2011):

- a) disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- b) autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
- c) integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
- d) primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Entretanto, para que ocorra a efetiva participação do cidadão na gestão pública, além do acesso às informações por meio das iniciativas de transparência e de governança digital, faz-se necessário que haja capacidade de utilização das informações disponibilizadas, o que se dá por meio da reflexão crítica e da tomada de decisões esclarecidas. Para tanto, é necessário o desenvolvimento da competência em informação, objeto de análise na próxima subseção.

2.2 COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Esta subseção aprofunda a discussão sobre o conceito de competência em informação e da competência digital, fazendo uma análise comparativa entre modelos de desenvolvimento da CoInfo e discutindo sua importância para o ensino superior⁵. Tais aspectos são relevantes porque fornecem subsídios para a análise comparativa das dimensões da competência em informação, com destaque para a dimensão política e seu papel no contexto do exercício da cidadania e do controle social sobre a gestão pública.

De modo a demonstrar algumas limitações dos padrões e modelos de desenvolvimento de competência em informação, em relação aos aspectos atitudinais, a subseção discute o papel das representações sociais na construção desses componentes da CoInfo. Os aspectos relacionados ao comportamento e às atitudes da pessoa são desenvolvidos socialmente e, no que diz respeito ao exercício da cidadania, são fortemente influenciados pelas suas experiências em comunidade. Assim, considerou-se essa discussão necessária para que se entenda melhor a delimitação do escopo da pesquisa, que se restringiu a aspectos relacionados aos conhecimentos e habilidades para o uso do Portal da Transparência do Governo Federal, componentes da CoInfo passíveis de avaliação e desenvolvimento com auxílio dos padrões e modelos estudados.

2.2.1 Uma breve revisão histórica

Para que os dados disponibilizados pelos canais transparência pública cumpram o papel social a que se destinam, é necessário que sejam utilizados por pessoas capazes de transformá-los em conhecimento que lhes sirva de instrumento de mudança da realidade em que vivem. Tal condição pode ser alcançada por meio do desenvolvimento da competência em informação. Nesta seção, apresenta-se um breve histórico da evolução do campo de estudos da competência em informação, com realce para os principais avanços verificados nos anos recentes.

Belluzzo (2007, p. 7) entende a competência como sendo:

[...] um composto de duas dimensões distintas: a primeira, um domínio de saberes e habilidades de diversas naturezas que permite a intervenção prática na realidade, e a

⁵ Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), a educação brasileira é dividida em dois níveis: a educação básica e educação superior. O art. 43 da LDB relaciona as finalidades da educação superior elencando um conjunto de características que são intimamente ligados à competência em informação, tais como, “o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional” (BRASIL, 1996) e “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (BRASIL, 1996).

segunda, uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas que emergem e caracterizam o atual contexto social.

Essas duas dimensões propostas por Belluzzo (2007), apesar de distintas, são complementares, uma vez que o domínio de saberes e habilidades possui caráter instrumental. Somente a visão crítica poderá determinar quais são os saberes e habilidades mais adequados para a resolução de problemas dentro de um determinado contexto social.

Ao sintetizar a evolução histórica da competência em informação, Trein e Vitorino (2015) relatam que o termo *Information Literacy* foi utilizado na literatura pela primeira vez, em 1974, por Paul G. Zurkowsky, um advogado norte-americano, à época presidente da *Information Industry Association*, no bojo de um trabalho por ele coordenado, com vistas a propor procedimentos para um programa nacional que estabelecesse políticas para a *Information Literacy*.

Zurkowsky (1974) utilizou o termo para descrever as técnicas e habilidades aprendidas por pessoas que ele classificou como *information literate*. Para o autor, tais pessoas seriam capazes de utilizar uma ampla gama de ferramentas, bem como fontes primárias de informação, para modelar soluções informacionais para os seus problemas (ZURKOWSKY, 1974). Dessa forma, Zurkowsky (1974) estabeleceu uma separação entre *information literates* e *information illiterates* e alertou para o fato de que, na época, enquanto a população dos Estados Unidos era quase totalmente alfabetizada, “[...] apenas uma pequena parcela – talvez um sexto – poderia ser caracterizada como *information literate*” (ZURKOWSKY, 1974, p. 4, tradução nossa).

Desde a formulação de seu conceito inicial por Zurkowsky, a *Information Literacy* sempre vinculou fortemente a capacidade de leitura e interpretação da informação à sua utilização prática com vistas a solucionar problemas. Por sua vez, Kuhlthau (1987) associou a *Information Literacy* à alfabetização funcional:

[...] que envolve a habilidade da leitura e o uso de informações essenciais ao cotidiano. Envolve também reconhecer uma necessidade e buscar informação para tomar decisões informadas. Competência em informação requer a habilidade para lidar com volumes complexos de informações geradas por computadores e pela mídia de massa, e aprender ao longo da vida na medida em que as mudanças tecnológicas e sociais demandam novas habilidade e conhecimentos (KUHALTHAU, 1987, p. 8, tradução nossa).

Kuhlthau (1987) atenta, assim, para o fato de que tanto a sociedade como o conhecimento estão em constantes mudanças e, por isso, a competência em informação deve envolver a capacidade de aprender ao longo da vida para fazer face a essas mudanças.

Coneglian, Santos e Casarin (2010) empreenderam uma interessante análise das tentativas de se traduzir para o português brasileiro o termo *Information Literacy*. Os autores esclarecem acerca da inadequação do uso das palavras **alfabetização** ou **letramento** aplicados à informação ponderando que são palavras que:

[...] estão intrinsecamente relacionadas aos processos e fazeres pedagógicos, aos primeiros anos de escolarização, sendo a primeira entendida como o ato de ensinar a ler e escrever (o alfabeto) e a segunda, condição daquele indivíduo ou grupo que faz uso social competente da leitura e da escrita”. (CONEGLIAN; SANTOS; CASARIN, 2010, p. 256)

Dessa forma, o uso do termo **competência** facilita a compreensão do significado de *Information Literacy* ao não o vincular estritamente à concepção educacional de alfabetização ou letramento. De fato, o uso da leitura e da escrita deve fazer parte das habilidades que compõem a competência em informação servindo de suporte para o desenvolvimento de outras habilidades, atitudes e conhecimentos.

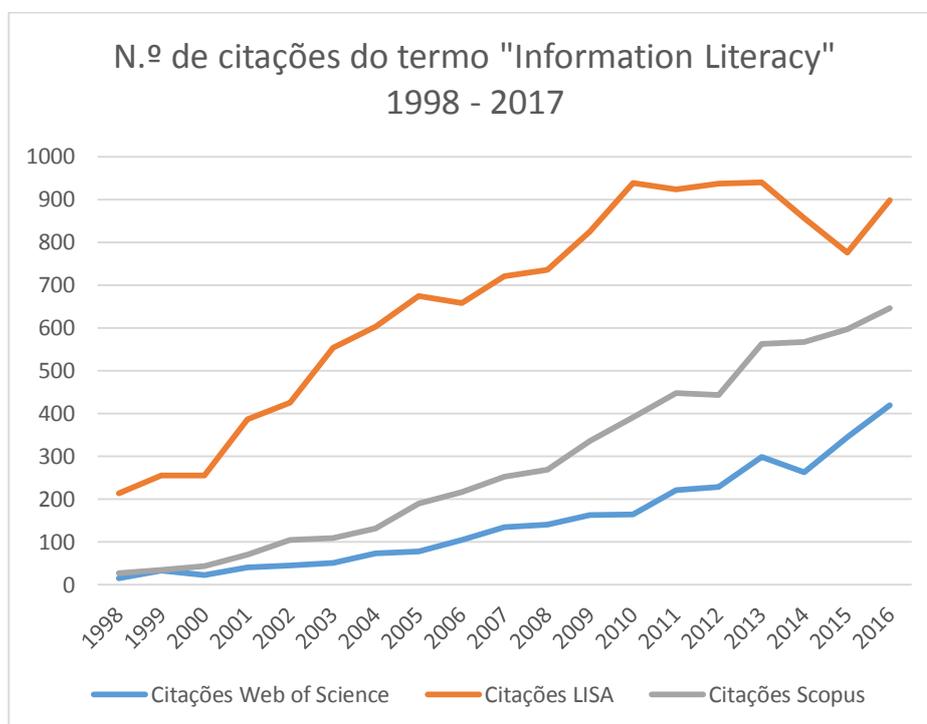
Os autores também defendem a competência em informação como sendo um conjunto de habilidades, atitudes, valores e conhecimentos que devem ser desenvolvidos ao longo da vida:

Os indivíduos podem desenvolver habilidades relativas ao manuseio dos diversos recursos informacionais, conhecimentos sobre as diversas fontes de informações existentes, valores que permitem que o indivíduo reconheça suas necessidades informacionais e saibam acessar, avaliar e apropriar as informações recuperadas e atitudes para pensar criticamente diante do universo informacional. (CONEGLIAN; SANTOS; CASARIN, 2010, p. 260)

É necessário pensar criticamente diante de um ambiente social onde coexistem informações conflitantes. O indivíduo competente em informação pauta a sua participação social na habilidade de refletir criticamente sobre as informações disponíveis com vistas a uma utilização mais proveitosa.

Com o passar dos anos, o tema **competência em informação** foi se tornando objeto de crescente interesse tanto nos meios acadêmicos como por parte de governos e entidades internacionais. A realização de buscas simples pelo termo *information literacy* nas bases *Web of Science*, *Scopus* e *Library and Information Science Abstracts (LISA)* demonstram o crescente número de citações de textos publicados sobre o tema no período de 1998, quando o termo passou a ser indexado, até 2016, conforme a Figura 8:

Figura 8 – Número de publicações onde o termo *Information Literacy* aparece no período de 1998 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados das bases *Web of Science*, *Scopus* e *Library and Information Science Abstracts (LISA)*. Acesso em: 22 jul. 2017.

Em 2000, a *Association of College and Research Libraries (ACRL)*, uma divisão da *American Library Association (ALA)*, publicou um documento intitulado “*Information Literacy Competency Standards for Higher Education*”, que definiu a competência em informação como sendo “[...] o conjunto de habilidades requeridas dos indivíduos para reconhecer quando uma informação é necessária e ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente essa informação” (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2000, p.2, tradução nossa).

O documento da ACRL/ALA (2000) oferece um *framework* que estabelece critérios para avaliação da competência em informação de alunos da educação superior, definindo padrões, indicadores e resultados de desempenho esperados de um estudante competente em informação. De acordo com esse *framework*, um indivíduo competente em informação é capaz de:

- a) Determinar a extensão da informação necessária;
- b) Acessar a informação necessária efetiva e eficientemente;
- c) Avaliar a informação e sua fonte criticamente;
- d) Incorporar a informação selecionada em sua base de conhecimentos;

- e) Usar a informação efetivamente para atingir um propósito específico;
- f) Entender o contexto econômico, legal e social do uso da informação, e acessar e usar a informação ética e legalmente.

Um exame do *framework* proposto pela ACRL/ALA revela que os indicadores e resultados de desempenho, nesse modelo, ainda são prioritariamente voltados para questões relacionadas ao reconhecimento da necessidade de informação, sua recuperação e uso. Ou seja, trata-se de um modelo ainda centrado na informação como objeto e que tem por finalidade **ensinar** e **avaliar** competência em informação para os alunos do ensino superior.

No entanto, ao destacar a importância do entendimento do contexto econômico, legal e social do uso da informação, o documento da ACRL/ALA dá um decisivo passo rumo ao reconhecimento das dimensões social e política da competência em informação.

Com base nesse *framework*, Dudziak (2003, p. 28) ampliou a definição de competência em informação como sendo:

[...] o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida (DUDZIAK, 2003, p. 28).

A definição proposta por Dudziak, ao enfatizar a continuidade do processo de desenvolvimento da competência em informação, reflete uma preocupação com a contextualização social do uso da informação que, assim como a própria sociedade, é objeto de constantes mudanças demandando, assim, atualização e aprendizado ao longo da vida.

Ao longo dos anos, diversos documentos, tais como a Declaração de Praga (2003), Declaração de Alexandria (2005) e, no Brasil, a Declaração de Maceió (2011), o Manifesto de Florianópolis (2013) e a Carta de Marília (2014), têm reforçado a importância da competência em informação como um direito humano básico e pré-requisito para que os indivíduos participem efetivamente na “Sociedade da Informação”.

O Manifesto de Florianópolis (2013) reforça a crença de que a competência em informação é:

[...] um fator crítico e condicionante ao desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil na contemporaneidade e, portanto, merece a atenção primária no que tange à mobilização da sociedade civil organizada e dos Órgãos Governamentais para a sua integração às ações de democracia e exercício pleno da cidadania. (FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2013, p. 1)

O Manifesto de Florianópolis registra o consenso de que o exercício pleno da cidadania está fortemente associado ao manuseio eficiente da competência em informação e, dessa forma, deve ser objeto de políticas públicas com vistas a criar condições para o seu afloramento e o seu desenvolvimento.

Em 2013, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) publicou o documento intitulado “*Overview of Information Literacy Resources Worldwide*” em que Horton Jr. (2013) compilou referências, em 42 línguas, sobre o tema. Trata-se de uma valorosa tentativa de resumir, em uma única obra, um conjunto de textos relevantes que servissem de base para discussões por parte de pesquisadores e profissionais da área. Na seção dedicada ao Brasil, elaborada pela professora Elizabeth Adriana Dudziak, o termo *Information Literacy* foi traduzido como **competência em informação**, pacificando, pelo menos diante da comunidade internacional, as discussões acerca de qual seria a tradução mais adequada para o português brasileiro.

Em janeiro de 2016, a ACRL/ALA publicou uma nova versão do “*Framework for Information Literacy for Higher Education*” com base nas ideias sobre “*threshold concepts*” de Meyer e Land (2005). Em síntese, os autores defendem que, em qualquer campo de conhecimento ou atuação profissional, existem conceitos que são ideias e processos centrais que definem as formas de pensar e agir profissionalmente em uma determinada área ou disciplina. Esses conceitos basilares, uma vez compreendidos durante o processo de aprendizagem, mudam a forma como o aprendiz enxerga a disciplina e o aproxima da forma de pensar de um profissional.

No que diz respeito à competência em informação, o novo *framework* apresenta seis conceitos basilares (*threshold concepts*) que devem ser aprendidos pelos futuros profissionais de Biblioteconomia (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2016):

a) *Autoridade é construída e contextual*, ou seja, todo recurso informacional reflete a expertise e credibilidade de quem o criou e é avaliado com base na necessidade da informação e no contexto em que a informação será usada. A autoridade é reconhecida por uma comunidade com esteio na avaliação das suas necessidades de informação.

b) *A geração de informação é um processo* interativo de pesquisa, de criação, de revisão e de disseminação que apresenta variações, e os produtos resultantes desse processo refletem essas diferenças.

c) *Informação tem várias dimensões de valor*. Ela pode ser considerada uma espécie de *commodity*, um meio para a educação, um meio de influência, e um meio de negociação e

entendimento do mundo. Os interesses legais e socioeconômicos influenciam a produção e disseminação da informação.

d) *Toda pesquisa é uma busca por informação.* Pesquisas são atividades interativas e consistem em fazer questionamentos mais complexos ou levantar novas questões, cujas respostas levam a questões adicionais ou a novas linhas de investigação em qualquer campo.

e) *Aprendizagem acadêmica como conversação.* As comunidades de alunos, pesquisadores ou profissionais se dedicam a manter discussões com novas visões e descobertas que ocorrem ao longo do tempo como resultado de várias perspectivas e interpretações.

f) *Pesquisa como exploração estratégica.* A busca por informação é frequentemente não linear e interativa, requerendo a avaliação de uma gama de fontes de informações e flexibilidade de pensamento para seguir por vias alternativas, na medida em que novos entendimentos são desenvolvidos.

O *framework* em referência apresenta como um especialista da Biblioteconomia e Ciência da Informação entende cada um dos conceitos basilares (*threshold concepts*). Em seguida, são relacionados os conhecimentos e habilidades (*Knowledge Practices*) e as atitudes (*Dispositions*) que devem fazer parte da competência em informação do aluno como resultado do processo de aprendizagem.

O *framework* proposto pela ACRL/ALA é decorrente do amadurecimento das discussões sobre o tema ao longo dos anos e, conseqüentemente, reflete uma evolução histórica das concepções acerca da competência em informação e da própria Ciência da Informação. Em sua atual versão, tal *framework* adota uma visão mais social da competência em informação ao reconhecer a importância das interações no seio da comunidade em que os aprendizes se desenvolvem.

Ao longo dos anos, o conceito de competência em informação foi ampliado para incorporar aspectos importantes relacionados ao uso da informação. Assim, partindo-se de uma concepção baseada no uso instrumental da informação, esse conceito evoluiu e, atualmente, reconhece a importância da reflexão crítica e da participação na sociedade como elementos determinantes do desenvolvimento da competência em informação.

A concepção atual de competência em informação preconiza, como habilidades e atitudes a serem desenvolvidas, o uso ético da informação, a reflexão crítica, a contextualização social, econômica e política, e a busca pelo aprendizado contínuo ao longo da vida.

Assim, a competência em informação (CoInfo) passou a ser vista como um processo que se desenvolve socialmente e demanda a constante adaptação aos avanços tecnológicos e

novas formas de acesso e uso da informação. No contexto desta pesquisa, a CoInfo se demonstra essencial para a participação dos cidadãos na vida em sociedade e no exercício da cidadania por meio do controle social da gestão pública, em especial no controle pelo cidadão das despesas governamentais.

Um dos aspectos relevantes da dimensão técnica da competência em informação para fins da presente pesquisa, diz respeito à competência digital. De fato, esse conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes diante da informação em meio digital é essencial para que o cidadão consiga acessar informações disponíveis, sobretudo, na Internet. A competência digital é discutida na subseção seguinte.

2.2.2 Competência em informação e competência digital

Com a rápida disseminação das tecnologias de informação e comunicação, surgiram as preocupações com a necessidade de competência digital. Um dos principais autores que tratam da relação da competência digital como a competência em informação, é o professor da *City's University of London*, David Bawden (2001). Para o autor:

[...] o conceito inicial de competência, que vai consideravelmente além da simples habilidade de ler e escrever, tem sido complementado nas décadas recentes por competências baseadas em habilidades, conceitos desenvolvidos para lidar com a crescente complexidade da informação e o desenvolvimento tecnológico (BAWDEN, 2001, p. 223, tradução nossa).

Assim, o conceito de competência digital evoluiu ao longo dos anos. Inicialmente, limitava-se a um enfoque pragmático baseado em habilidades. Bawden (2001) exemplifica essa concepção com o programa de formação em *computer literacy* da *Royal Society of Arts*, na Grã-Bretanha, que definia como seu objetivo o desenvolvimento de habilidades para operar um conjunto de aplicativos para computadores junto com algumas habilidades gerais próprias da TI, tais como gravar dados em disquetes ou produzir cópias impressas. Esse estágio inicial do conceito de competência digital é normalmente associado à habilidade necessária para o uso de computadores pessoais e outras tecnologias.

Com a evolução das TIC, o conceito de *computer literacy* foi ampliado para abranger outros aspectos, em especial aqueles ligados aos papéis profissionais, dada a sua ênfase nas necessidades econômicas relacionadas ao uso crescente de computadores no mercado de trabalho. Tucket (1989, apud Bawden, 2001) acrescentou um novo componente ao conceito

inicial: a demonstração de autoconfiança no uso do computador. Assim, uma pessoa competente é capaz de usar o computador em suas tarefas rotineiras de forma autônoma.

Bawden (2001) cita o trabalho de Shapiro e Hughes (1996) que descreveram um currículo de *computer literacy* baseado em sete dimensões, também chamadas de competências:

- a) **competência em ferramentas de Tecnologia da Informação (TI)**, incluindo *hardware*, *software* e multimídia;
- b) **competência em fontes**: compreensão das formas e métodos de acesso às fontes de informação, especialmente fontes em rede;
- c) **competência social e estrutural**: compreensão do contexto social da produção de informação;
- d) **competência em pesquisa**: relacionada ao uso das ferramentas de TI para pesquisas;
- e) **competência em publicação**: habilidade de comunicar e publicar informação;
- f) **competência em tecnologias emergentes**: habilidade para compreender as inovações em TI e tomar decisões inteligentes sobre novas tecnologias;
- g) **competência crítica**: habilidade para avaliar criticamente os benefícios e os custos das tecnologias de informação.

As dimensões apresentam, contudo, uma conotação mais instrumental e voltada para a habilidade no uso de computadores (*computer literacy*). Belshaw (2011) relata que o termo *computer literacy* começou a perder credibilidade na medida em que os computadores passaram a ser usados também para comunicação. Surge então a expressão *Information Communications Technology literacy*, ou *ICT literacy*, para designar a competência em tecnologias de informação e comunicação (TIC).

A **competência em TIC**, segundo Belshaw (2011), é desenvolvida em um processo formado por três estágios. Inicia-se com o simples uso das TIC (planilhas, processadores de textos, aplicativos de celulares ou *tablets* etc.), seguido pela participação em comunidades online, redes sociais, navegação na Internet, troca de mensagens por *e-mail* ou aplicativos de celular. Por fim, o processo culmina com o engajamento no *e-learning* a partir da capacidade de aprender usando qualquer sistema disponível.

A definição de competência em TIC vai além do conceito de competência baseado no uso de ferramentas, pois é aplicável para qualquer tipo de tecnologia. A pessoa competente em TIC demonstra possuir conhecimento e habilidade para resolver problemas informacionais utilizando qualquer tecnologia de informação e comunicação.

Paul Gilster deu um novo impulso às discussões com a publicação de seu livro *Digital Literacy*, em 1997. O autor definiu **competência digital** como “a habilidade para compreender e usar informação em múltiplos formatos a partir de uma ampla gama de fontes quando apresentadas por meio de computadores” (GILSTER, 1997, p. 1, tradução nossa). Para Gilster, a competência digital é mais que a habilidade de usar efetivamente fontes digitais de informação. Trata-se de uma atitude mental ou forma de pensar que leva a pessoa a complementar as fontes digitais de informação com outras fontes, tais como obras de referência, jornais, revistas, rádio ou televisão.

Bawden (2001, p. 246) ressalta que o termo *digital literacy* tem sido empregado desde a década de 1990, para se referir à “[...] habilidade de ler e compreender textos em forma de hipertexto e multimídia”. O autor sugere, ainda, que há quatro habilidades centrais da competência digital, que independem das mudanças tecnológicas: **montagem do conhecimento**: capacidade de construir informação confiável baseada em diversas fontes de informação; **busca na Internet**: saber usar mecanismos de busca, como o Google e Yahoo!; **navegação em hipertexto**: capacidade de leitura e compreensão em um ambiente de hipertexto dinâmico e não sequencial; e **avaliação de conteúdo**: habilidade de formar juízos informados acerca do que é encontrado *on-line*.

Com arrimo nas ideias de Gilster, Bawden (2008) sintetizou uma lista de habilidades que podem ser associadas à competência digital:

- a) Construção do conhecimento, que significa construir um acervo de informações confiáveis e com apoio em diversas fontes;
- b) Habilidades para recuperação de informação, com uso do pensamento crítico para fazer julgamentos sobre as informações recuperadas, o que implica certificar-se acerca da validade e integridade das fontes na Internet;
- c) Ler e compreender material não sequencial e dinâmico;
- d) Ser consciente do valor do uso das ferramentas tradicionais em conjunto com outras mídias e redes de comunicação;
- e) Ter consciência das ‘redes de pessoas’ como fontes de aconselhamento e ajuda;
- f) Usar filtros e agentes para gerenciar a entrada de informações;
- g) Sentir-se capaz de publicar e comunicar informações, bem como acessá-las.

Como visto, a competência digital vai além das habilidades no uso de recursos de TIC. Pressupõe, também, o desenvolvimento de uma atitude consciente diante das diversas fontes de informação em meio digital. Enseja uma postura crítica com relação à confiabilidade dessas

fontes, com vistas à obtenção de julgamentos informados e à construção de um acervo de informações confiáveis.

O conceito de competência digital também foi importante no âmbito do Projeto DigEuLit⁶, que teve por objetivo desenvolver um *framework* europeu para a competência digital. Martin e Grudziecki (2006) apresentam a definição elaborada pelo grupo de trabalho do Projeto DigEuLit como sendo:

[...] a consciência, atitude e habilidade dos indivíduos no uso apropriado de ferramentas e recursos digitais para identificar, acessar, gerenciar, integrar, avaliar, analisar e sintetizar recursos digitais, construir novos conhecimentos, criar expressões de mídia e se comunicar com os outros, no contexto de situações específicas da vida, a fim de possibilitar uma ação social construtiva; e refletir sobre esse processo (MARTIN; GRUDZIECKI, 2006, p. 255, tradução nossa).

A definição de competência digital proposta pelo Projeto DigEuLit reforça, dessa maneira, o uso social da informação em meio digital, considerando a participação dos interagentes em ambientes sociais e o papel reflexivo na avaliação das fontes de informação, construção e disseminação do conhecimento em ambientes digitais.

Em 2011, a Unesco publicou o documento “*Digital Literacy in Education*” que definiu a competência digital como:

[...] um conjunto de habilidades que incluem o uso e a produção de mídias digitais, processamento e recuperação de informação, participação em redes sociais para criação de compartilhamento de conhecimento, e uma ampla gama de habilidades profissionais em computação. A competência digital melhora a empregabilidade porque é uma competência de entrada, exigida por muitos empregadores quando avaliam inicialmente um pedido de emprego. Ela também funciona como um catalisador porque permite a aquisição de outras importantes habilidades para a vida (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, 2011, p. 1, tradução nossa).

Para a Unesco (2011), a competência digital é um conceito amplo que se vincula intimamente a, pelo menos, outras três competências:

- a) **Competência em Tecnologias de Informação e Comunicação:** diz respeito ao conjunto de habilidades que permitem uma participação ativa em uma sociedade na

⁶ O Projeto DigEuLit trabalhou para desenvolver o *European Framework for Digital Literacy* (EFDL). Tratava-se de uma estrutura genérica que definiria competência digital e estabeleceria um conjunto de ferramentas que permitiriam aos educadores, instrutores e aprendizes compartilhar uma compreensão sobre o que constitui a competência digital e como ela poderia ser inserida nas práticas educacionais na Europa. O projeto foi descontinuado e substituído, em 2013, pelo *The European Digital Competence Framework for Citizens*, também conhecido como DigComp, uma iniciativa da *European Commission*, órgão executivo da União Europeia. A página do DigComp pode ser acessada em: <https://ec.europa.eu/jrc/en/digcomp>.

qual os serviços e a oferta cultural são suportados por computador e distribuídos por meio da Internet;

- b) **Competência Tecnológica** (anteriormente chamada de competência em computador): implica um entendimento profundo da tecnologia digital e compreende tanto habilidades dos interagentes como dos técnicos em computação; e
- c) **Competência em Informação**: foca em um dos aspectos-chave da nossa Sociedade de Informação: a habilidade de localizar, identificar, recuperar, processar e usar a informação digital eficientemente.

Em setembro de 2015, os países integrantes da Organização das Nações Unidas (ONU) assinaram um compromisso de adotar um conjunto de 17 objetivos para **acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar prosperidade para todos**. Os assim chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (*Sustainable Development Goals*) devem ser atingidos até 2030 e se consubstanciam por meio de 169 metas específicas.

O quarto objetivo do desenvolvimento sustentável é assegurar educação inclusiva de qualidade para todos e promover o aprendizado ao longo da vida. Uma das metas estabelecidas (meta 4.4) com vistas a atingir esse objetivo até 2030 é:

[...] aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que possuem habilidades relevantes, incluindo habilidades técnicas e vocacionais, que possibilitem a obtenção de empregos e trabalhos decentes e o empreendedorismo (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, [2015], tradução nossa).

A meta 4.4 guarda estreita relação com a competência digital. Entretanto, surge a questão de como avaliar e comparar os resultados do atingimento da meta, considerando os diferentes contextos e realidades de todos os países que se comprometeram com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Com vistas a possibilitar essa avaliação, a Unesco trabalha na elaboração de um *framework*, denominado *Digital Literacy Global Framework*, que tem como objetivo monitorar e avaliar a competência digital em populações adultas (ANTONINIS; MONTROYA, 2018). A versão preliminar do *framework*, publicada em março de 2018 e ainda em discussão no âmbito do grupo de trabalho, define competência digital como sendo:

[...] a capacidade de acessar, gerenciar, compreender, integrar, comunicar, avaliar e criar informações de maneira segura e apropriada por meio de dispositivos digitais e tecnologias em rede para participação na vida econômica e social. Inclui competências que são várias vezes referidas como competência em computadores, competência em

TIC, competência em informação e competência mediática. (ANTONINIS; MONTOYA, 2018, sem paginação, tradução nossa)

O *framework* da Unesco avalia sete áreas da competência digital:

- a) **Fundamentos de *hardware* e *software*.** Refere-se a conhecimentos essenciais acerca do funcionamento de equipamentos e uso básico de *softwares* e aplicativos.
- b) **Competência em dados e informação em meios digitais.** Diz respeito ao acesso, à avaliação, ao gerenciamento e ao uso de dados e informações em meio digital.
- c) **Comunicação e colaboração.** Refere-se à capacidade de interação com uso de tecnologias digitais. Inclui aspectos como exercício da cidadania em ambientes digitais, colaboração por meio de tecnologias digitais e de *netiqueta*.
- d) **Criação de conteúdos digitais.** Trata da capacidade de integrar, reelaborar ou desenvolver novos conteúdos digitais, programar computadores, compreender e respeitar direitos autorais e licenças.
- e) **Segurança.** Aborda questões relativas à proteção de dispositivos, de dados pessoais, de privacidade, de saúde, de bem-estar e do meio ambiente.
- f) **Solução de problemas.** Diz respeito à habilidade para solucionar problemas técnicos, identificar necessidades e usar criativamente as tecnologias digitais.
- g) **Competências relacionadas ao trabalho.** Refere-se aos conhecimentos e às habilidades requeridas para operar *hardwares* e/ou *softwares* específicos de determinadas áreas de atuação como, por exemplo, uso de *software* para projetos de engenharia ou programação de equipamentos de automação industrial.

Analisando as definições de competência digital propostas pela Unesco, em 2011 e 2018, é possível perceber a ênfase dada ao papel da competência digital como garantidora do acesso ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, à participação na vida econômica. De fato, esse viés da competência digital também está presente no próprio enunciado da meta 4.4, que busca aumentar as habilidades relevantes com vistas a inserção no mercado de trabalho, seja por meio da empregabilidade, seja pelo empreendedorismo.

Demonstrando-se absolutamente alheio a toda essa preocupação mundial, o Grupo de Trabalho Interministerial⁷ criado pelo Governo Brasileiro para subsidiar a participação dos negociadores brasileiros junto à ONU nos debates sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, publicou um documento intitulado “Elementos Orientadores da Posição

⁷ O Grupo de Trabalho Interministerial foi coordenado por representantes dos ministérios das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, da Fazenda, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e Secretaria Geral da Presidência da República.

Brasileira”, no qual nenhuma menção é feita à competência digital ou à competência em informação (BRASIL, 2015b). Tal situação demonstra a urgência da disseminação da importância de políticas públicas para o desenvolvimento das competências em informação e digital junto aos altos escalões do Governo Federal.

A ALA, por sua vez, publicou o relatório intitulado “*Digital Literacy, Libraries, and Public Policy*”, resultado do trabalho de uma força tarefa do *Office for Information Technology Policy* (OITP), que definiu competência digital como:

[...]a habilidade no uso das tecnologias de informação e comunicação para encontrar, compreender, avaliar, criar e comunicar informação digital, uma habilidade que requer tanto habilidades cognitivas quanto técnicas (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2013, p. 2, tradução nossa).

As formas digitais de informação e comunicação estão transformando os significados das palavras trabalho, estudo, pesquisa e, até mesmo, a nossa forma de pensar (LITTLEJOHN; BEETHAM; MCGILL, 2012). Para os autores, uma série de tendências sociais refletem essas mudanças:

- a) os locais de trabalho estão se transformando de tal forma que as atividades e a produção são cada vez mais dependentes do conhecimento;
- b) os problemas no trabalho estão se tornando mais complexos, exigindo que as pessoas construam continuamente novos conhecimentos adequados à natureza dos novos problemas; as pessoas estão regularmente e repetidamente desempenhando novas funções e carreiras, necessitando de aprendizado ao longo da vida;
- c) os conhecimentos especializados estão sendo mais distribuídos, criando a necessidade de aprender em diferentes lugares, e
- d) a aprendizagem em si está crescentemente sendo mediada e redefinida pela tecnologia.

Nesse contexto, a competência digital desempenha um papel central, pois, em última análise, servirá de alicerce para que o indivíduo adquira habilidades para o uso das TIC com vistas a resolver seus problemas de informação.

No que diz respeito ao exercício da cidadania e ao controle social das despesas públicas, a competência digital, associada à dimensão técnica da competência em informação, pode conferir aos cidadãos as habilidades necessárias para localizar, acessar e usar as informações disponibilizadas pelos governos federal, estaduais e municipais por meio dos portais de transparência.

Em uma sociedade cada vez mais dependente das tecnologias da informação e comunicação, o desenvolvimento da competência digital é um requisito para que o cidadão consiga participar ativamente da gestão pública e das decisões que afetam sua vida em comunidade.

Para Castells (2003), a educação e o aprendizado permanente são essenciais para que o acesso à informação proporcione tanto desenvolvimento no trabalho quanto crescimento pessoal. Não se trata meramente de saber utilizar as novas tecnologias de informação, mas de desenvolver a capacidade de aprendizado contínuo numa sociedade e numa economia cada vez mais baseada nessas tecnologias. Nas palavras do autor:

A questão crítica é mudar do aprendizado para o aprendizado-do-aprender, uma vez que a maior parte da informação está on-line e o que é realmente necessário é a habilidade para decidir o que procurar, como obter isso, como processá-lo e como usá-lo para a tarefa específica que provocou a busca de informação. Em outras palavras, o novo aprendizado é orientado para o desenvolvimento da capacidade educacional de transformar em informação e conhecimento em ação (CASTELLS, 2003, p. 212).

Dessa forma, a competência digital tem um papel instrumental para que um indivíduo consiga acessar informações disponíveis *on-line*, como é o caso das informações do Portal da Transparência do Governo Federal. No entanto, há que se desenvolver a capacidade de processar tais informações e usá-las com vistas a solução dos problemas informacionais. Para tanto, é necessário aprender a aprender.

A próxima subseção discute como a evolução do entendimento do processo de aprendizado humano, partindo das teorias cognitivistas para as teorias de cunho mais sociais, influenciou o conceito de competência em informação. A discussão é relevante porque, com base nesse entendimento, é possível compreender as vantagens e limitações dos modelos e padrões de desenvolvimento da CoInfo abordados nesta pesquisa.

Busca-se, ainda, demonstrar o vínculo entre a evolução do conceito de CoInfo e a própria Ciência da Informação sob o ponto de vista das teorias que explicam o desenvolvimento das pessoas como resultado de diversos fatores com destaque para os aspectos socioculturais.

2.2.3 Aspectos epistemológicos da competência em informação

Todos os tipos de pesquisas são determinados por diferentes tipos de pressupostos, conhecimentos de fundo, teorias etc. (HJØRLAND, 2002). Na realidade, segundo afirma o autor, todos os tipos de comportamentos são baseados em nossos pressupostos, em nossas

convicções, em nossas **teorias**. Dessa forma, busca-se nesta subseção delinear os principais pressupostos epistemológicos que determinaram o domínio da competência em informação ao longo do tempo.

Do ponto de vista epistemológico, o estudo da competência em informação tem acompanhado a transição histórica, pela qual vem passando a própria Ciência da Informação, de uma abordagem mais centrada no indivíduo, com foco nos processos de aprendizagem e com base nas teorias cognitivistas, para uma abordagem mais sociológica, com bases teóricas fundadas no pragmatismo e construtivismo social. Essa evolução epistemológica verificada na Ciência da Informação tem sido registrada por pesquisadores como o brasileiro Gustavo Saldanha (2010) e os dinamarqueses Hjørland e Albrechtsen (1995).

Saldanha (2010), no contexto mais geral da Ciência da Informação, ilustra essa mudança de abordagem, daquela centrada no indivíduo concebido como um usuário que possui necessidades informacionais sem, no entanto, considerar o seu contexto sociocultural, para uma visão mais integral do homem, considerado como um ser de múltiplas relações com o meio. Para o autor, a Biblioteconomia se subdivide em duas grandes tradições:

a) Tradição Representacionista: em que o foco está no reconhecimento, identificação e representação objetiva do conhecimento que é visto como uma tentativa de representar a realidade. Nesta tradição, a Ciência da Informação se ocupa do desenvolvimento de teorias e métodos de representação, tendo a linguagem formal como estrutura de suas investigações (SALDANHA, 2010).

b) Tradição Pragmática ou Pragmatista ou Humanista: em que o homem é colocado no centro da atenção do bibliotecário, preocupando-se com a análise crítica e a transmissão dos significados dos artefatos culturais. Nesta tradição, o conhecimento é “[...] a compreensão compartilhada na realidade específica de comunhão de significados e os estudos voltados para organizar os saberes, sediados historicamente” (SALDANHA, 2010, p. 311).

O estudo da competência em informação encontra solo fértil no ambiente da tradição humanista, na medida em que explora as dimensões do homem e sua relação com o mundo mediante a informação. O desenvolvimento da competência em informação diz respeito a geração de conhecimentos, habilidades e atitudes que somente fazem sentido às pessoas no contexto das relações sociais, culturais, afetivas, econômicas, dentre outras. Essa perspectiva teórica, de acordo com Vivas, Chacón e Peña (2015):

[...] recebe influência do pensamento de Vygotsky (meados da década de 1980) e introduz o conceito de competência em informação como prática com dimensão social e cultural; enfatiza a relação entre seu desenvolvimento e a formação de um sujeito

social capaz de assumir com consciência tanto crítica como ética a diversidade e complexidade de fatores culturais que mediam o acesso à informação e a própria informação. A atividade humana é entendida como situada na interação com ou outros, como mediadora da construção de conhecimento e as diferenças culturais e contextuais como configuradoras de crenças e práticas cotidianas. (VIVAS; CHACÓN; PEÑA, 2015, p. 44, tradução nossa).

A teoria sociocultural de Vygotsky enfatizou a importância da interação social no desenvolvimento cognitivo humano, ressaltando que as habilidades mentais emergem primeiro no nível social e, depois, no nível individual (WANG; BRUCE; HUGHES, 2011). Inicialmente tais habilidades surgem da relação entre as pessoas (interpsicológicas) e depois dentro do aprendiz (intrapicológica).

Hjørland e Albrechtsen (1995) analisam as diferenças fundamentais entre a abordagem baseada nas *teorias cognitivistas*, de cunho mais positivista, e a abordagem *sociocultural baseada em domínios específicos*, como uma perspectiva sociocultural.

a) Abordagem cognitivista: a prioridade é dada para o entendimento das necessidades de informação do indivíduo de forma isolada. Enfocam-se os aspectos psicológicos que explicam o processo da aprendizagem. Nessa abordagem, estão implícitos os princípios teóricos do empirismo e racionalismo, pois, o conhecimento é formado com base em evidências verificáveis segundo o método científico clássico.

b) Abordagem sociocultural baseada em domínios específicos: parte-se de uma perspectiva sociocultural para entender as necessidades de informação dos indivíduos. O processo cognitivo, neste ponto de vista, é explicado por teorias da psicologia que enfatizam a interação entre atitudes e estratégias. Trata-se de uma abordagem explicitamente baseada em teorias cognitivas socioculturais, pragmáticas e realistas.

Assim, a abordagem domínio analítica de Hjørland tem base nas teorias socioculturais, constituindo-se em uma alternativa ao cognitivismo e privilegiando as interações sociais em comunidades discursivas como elemento indispensável à construção do conhecimento. Tal construção se dá coletivamente e considera a influência dos contextos social, econômico, cultural e afetivo.

A competência em informação, como um dos objetos de estudo da Ciência da Informação, possui elementos que caracterizam um domínio, por exemplo, um conjunto de conhecimentos sistematizados sobre o campo; uma comunidade discursiva com conceitos, significados e estruturas informacionais em comum; necessidades de organização do conhecimento (sistematização, consolidação, transmissão e recuperação) (HJØRLAND, 2002).

À luz das diferenças epistemológicas defendidas por Saldanha e Hjørland, é possível comparar o conceito de competência em informação em dois momentos históricos bem distintos. Para fins dessa comparação, considerou-se a definição original proposta por Zurkowsky, em 1974, e a definição proposta pela ACRL/ALA em seu *Framework for Information Literacy for Higher Education (Framework)*, publicado em 2016.

Para Zurkowsky (1974, p. 6, tradução nossa):

Pessoas treinadas para a utilização de fontes de informação em seu trabalho, podem ser chamadas de “competentes em informação” (*information literates*). Elas aprenderam técnicas e habilidades para lidarem com um grande número de ferramentas informacionais, bem como com fontes primárias, para encontrarem informação visando a solução de seus problemas.

A definição apresentada por Zurkowsky denota, todavia, que tal preocupação tinha um foco eminentemente instrumental, voltado para a solução de problemas no ambiente produtivo. Hatschbach (2003) percebe que a primeira preocupação com a competência em informação, formulada por Zurkowsky, surgiu no contexto da atividade industrial, quando a informação passou a ser percebida como um recurso-chave para a economia da chamada “Sociedade da Informação”.

No entanto, a visão de competência em informação como um mero conjunto de técnicas e habilidades, que podem ser ensinadas e aprendidas de forma instrumental, limita o entendimento do conceito de competência, desprezando o aspecto comportamental e as atitudes individuais que integram suas competências.

Nos dias atuais, o *framework* proposto pela ACRL/ALA, deixa clara a importância de aspectos sociais, culturais, econômicos e comportamentais na formação da competência em informação dos futuros profissionais de nível superior. Como decorrência desse entendimento, a definição de competência em informação defendida pela ACRL/ALA foi expandida para cobrir também objetivos de aprendizagem social:

Competência em informação é o conjunto de habilidades integradas que abrangem a descoberta reflexiva da informação, a compreensão de como a informação é produzida e valorizada, e o uso da informação na criação de novos conhecimentos e participação de forma ética em comunidades de aprendizagem. (ACRL/ALA, 2016, p.3, tradução nossa)

A definição apresentada pela ACRL/ALA ressalta o caráter reflexivo da descoberta da informação, a construção do conhecimento como um processo interativo, e a preocupação com

a ética no contexto das comunidades de aprendizagem. Tal definição traz consigo, portanto, forte influência de um paradigma social.

Com base nas diferenças entre o paradigma cognitivista e o ponto de vista de domínio específico, relacionadas por Hjørland e Albrechtsen (1995), é possível estabelecer uma comparação entre as duas definições de competência em informação, situando-as de acordo com as características de cada paradigma, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Diferenças entre as abordagens da competência em informação no contexto dos paradigmas Cognitivista e Domínio-Analítico.

Cognitivismo (Definição de Zurkowsky)	Visão de Domínio Específico (Definição ACRL/ALA)
<p>Prioridade para o entendimento isolado das necessidades do usuário.</p> <p>O indivíduo é competente em informação quando desenvolve habilidades para resolver os “seus” problemas de informação.</p>	<p>Prioridade para o entendimento das necessidades do interagente de uma perspectiva social.</p> <p>O indivíduo é estimulado a desenvolver sua competência, considerando sua participação em comunidades de aprendizagem.</p>
<p>Inspirado pela Inteligência Artificial e pela psicologia cognitiva.</p> <p>Preocupa-se com os mecanismos de aprendizagem com vistas a execução de tarefas pré-determinadas. Tal situação decorre da preocupação de caráter prático ligada à atividade industrial.</p>	<p>Inspirado pela sociologia do conhecimento e teoria do conhecimento.</p> <p>Preocupa-se com os processos de geração do conhecimento e reconhecimento de autoridade por parte de uma comunidade discursiva. O conhecimento é visto como algo construído e com um papel social.</p>
<p>A teoria psicológica enfatiza o papel das estratégias cognitivas no desempenho.</p> <p>O indivíduo é levado a aprender técnicas e ferramentas para resolução de problemas, sem considerar fatores externos, por meio de estratégias cognitivas intrapsicológicas.</p>	<p>A teoria psicológica enfatiza a interação entre atitudes, estratégias e conhecimentos no desempenho cognitivo.</p> <p>Vê o desenvolvimento da competência em informação como um processo interativo entre conhecimentos, habilidades e atitudes.</p>
<p>Os conceitos centrais são: conhecimento individual, processamento individual de informações, memórias de curto e longo prazos, classificação por categorias versus situacional.</p> <p>O desenvolvimento da competência em informação é visto de forma isolada como se tratasse de um processo mecânico com uma lógica padronizada para qualquer indivíduo.</p>	<p>Os conceitos centrais são: comunicação científica e profissional, documentos (incluindo bibliografias), disciplinas, objetos, estruturas informacionais, paradigmas etc.</p> <p>O processo de desenvolvimento da competência em informação se dá por meio da comunicação acadêmica, entre aprendizes, pesquisadores e profissionais, onde as necessidades de informação são avaliadas pela comunidade discursiva.</p>
<p>Metodologia caracterizada por uma abordagem individualista.</p> <p>A competência em informação é centrada no esforço individual.</p>	<p>Metodologia caracterizada por uma abordagem coletivista.</p> <p>A competência em informação é resultado das interações dentro de uma comunidade de aprendizado.</p>

Cognitivismo (Definição de Zurkowsky)	Visão de Domínio Específico (Definição ACRL/ALA)
<p>Teoria do conhecimento: principalmente racionalista/positivista, tendências para a hermenêutica.</p> <p>A competência em informação é suportada por teorias baseadas na informação como objeto e que veem a aprendizagem como um processo isolado do contexto social.</p>	<p>Teoria do conhecimento: realismo científico/formas de social construtivismo com tendências para a hermenêutica.</p> <p>Competência em informação com base em teorias que consideram a relação entre o indivíduo e o seu contexto social, político, cultural e econômico.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Hjørland e Albrechtsen (1995), Zurkowsky (1974) e ACRL/ALA (2016).

Consoante o quadro acima, verifica-se que o entendimento do termo **competência em informação** sofreu uma significativa evolução desde sua primeira utilização por Zurkowsky, em 1974, até a conceituação mais recente da *Association of College and Research Libraries*, em 2016. De início, o entendimento partia da visão centrada nos aspectos cognitivos do indivíduo e o principal objetivo era dotá-lo de instrumentos práticos para execução de tarefas em um ambiente de produção fabril. Com o tempo, passou-se a enxergar o indivíduo como um interagente cuja competência em informação é construída por meio de sua interação no âmbito de uma comunidade de conhecimento, dentro de um contexto histórico, social, ético, cultural, político e econômico.

O presente estudo se baseia nessa última corrente epistemológica. A participação do cidadão na gestão pública demanda capacidade de refletir criticamente, considerando suas interações no âmbito da comunidade em que vive. Os contextos social, político, ético, cultural e econômico são fatores decisivos no desenvolvimento da competência em informação do cidadão. Somente com o entendimento desses contextos poderão ser criadas políticas públicas efetivas nesse sentido.

A evolução do conceito de competência em informação é um reflexo das muitas variáveis que definem o contexto em que ela se desenvolve. Assim, com vistas à formação da competência em informação, foram idealizados diversos modelos e padrões cuja discussão é aprofundada na próxima subseção.

2.2.4 Modelos e padrões para o desenvolvimento da competência em informação

Por reconhecerem a importância do desenvolvimento da competência em informação, governos, organismos internacionais, associações profissionais e pesquisadores desenvolveram modelos e padrões que permitissem concretizar as condições necessárias para tal. Esta subseção

aborda a evolução desses modelos e padrões, enfatizando a diferença entre a abordagem cognitivista predominante nesses modelos e uma abordagem sociocultural ainda incipiente.

Campello (2003) destaca que, nos Estados Unidos, na década de 1980, com o surgimento de diretrizes denominadas *Information Power: Guidelines for School Libraries Media Programs*, publicadas pela *American Association of School Librarians (AASL)*, definiu-se claramente o papel dos bibliotecários na atuação em parceria com professores e dirigentes escolares, para o planejamento do programa das bibliotecas, com vistas ao desenvolvimento da competência em informação.

Em 1998, uma nova versão das diretrizes da AASL, denominada *Information Power: Building Partnerships for Learning*, com foco na educação infantil e ensino médio, definiu três grupos de habilidades informacionais a serem desenvolvidas com a participação dos bibliotecários: a) competência para lidar com informação; b) informação para aprendizagem independente, e c) informação para responsabilidade social (CAMPELLO, 2003). A preocupação com essas habilidades, já nas etapas anteriores à educação superior, cria condições para o desenvolvimento do senso crítico necessário aos estudantes do ensino superior.

Nos primeiros anos do movimento da competência em informação norte-americano, o papel educativo dos bibliotecários foi exercido por meio da educação de usuários, que nos Estados Unidos é mais conhecida por *bibliographic instruction* (CAMPELLO, 2006). A *bibliographic instruction* era caracterizada por três iniciativas: elaboração de documentos normativos, esquemas para busca e uso de informação e estudos de usuários.

Como uma das principais preocupações relacionadas com a educação de usuários era o ensino do processo de pesquisa escolar, os estudos dos bibliotecários norte-americanos, no âmbito da *bibliographic instruction*, voltaram-se para o desenvolvimento de “[...] instrumentos que auxiliassem os estudantes a percorrer os diversos estágios do processo de maneira disciplinada” (CAMPELO, 2006, p. 67).

Campello (2006) destaca os esforços de Carol Kuhlthau, uma das mais respeitadas pesquisadoras do comportamento de estudantes em pesquisas escolares, que desenvolveu um modelo de busca de informações denominado *Information Search Process (ISP)*:

Esse modelo abarca três dimensões do processo de aprendizagem pela busca e pelo uso de informação: os pensamentos sobre o tópico (dimensão cognitiva), os sentimentos que acompanham a evolução do pensamento (dimensão afetiva) e as ações de buscar e usar fontes de informação (dimensão física), dando condições para a mediação adequada do processo. (CAMPELLO, 2006, p. 69)

Em 2007, Carol Kuhlthau publicou um livro com suas filhas, Leslie K. Maniotes e Ann K. Caspari, atualizando o método ISP para incluir os resultados de pesquisas mais recentes sobre sua aplicação em ambientes de informação tecnológicos. O método, então, passou a ser denominado *Guided Inquiry*. O estudo se baseia nas teorias construtivistas de aprendizagem de John Dewey, Jerome Bruner, George Kelly, Lev Vygotsky e Jean Piaget. De acordo com a abordagem construtivista:

[...] o conhecimento é construído por meio do engajamento dos estudantes em encontros estimulantes com informações e ideias. Os estudantes aprendem construindo seus próprios entendimentos a partir destes encontros e dos conhecimentos que já possuem para formar uma perspectiva pessoal do mundo. A construção do conhecimento é um processo de aprendizagem ativo e contínuo que se estende por toda a vida. (KUHALTHAU; MANIOTES; CASPARI, 2007, p. 14, tradução nossa).

O ISP consiste em sete etapas ou estágios. Cada estágio possui características próprias relacionadas com as dimensões afetiva, cognitiva e física, resumidas no Quadro 3:

Quadro 3 – Estágios do *Information Search Process* (ISP)

Estágios	Dimensão Afetiva (Sentimentos)	Dimensão Cognitiva (Pensamentos)	Dimensão Física (Ações)
<i>Iniciation</i> (Início)	Incerteza.	Vagos.	Busca por informações relevantes. Exploração.
<i>Selection</i> (Seleção)	Otimismo.		
<i>Exploration</i> (Exploração)	Frustração, Confusão, Dúvida.		
<i>Formulation</i> (Formulação)	Clareza.	Focados.	
<i>Collection</i> (Coleta)	Senso de direção, Confiança.	Aumento de interesse.	Busca por informações pertinentes. Documentação.
<i>Presentation</i> (Apresentação)	Satisfação ou Desapontamento.		
<i>Assessment</i> (Avaliação)	Sentimento de realização.	Autoconsciência.	

Fonte: elaborado pelo autor com base em Kuhlthau, Maniotes e Caspari (2007).

A **dimensão afetiva** relaciona os sentimentos que o aprendiz experimenta em cada estágio do ISP que vão desde a incerteza, no estágio inicial, até o sentimento de realização depois que a tarefa é concluída.

A **dimensão cognitiva** reflete a evolução do processo de aprendizado e construção do conhecimento à medida em que o processo se desenvolve, indo desde pensamentos vagos a respeito do problema até a autoconsciência de seu posicionamento diante da realidade.

A **dimensão física** está relacionada às ações concretas que o aluno desenvolve durante o processo de pesquisa, consistindo na identificação das informações relevantes e, posteriormente, na seleção daquelas que são pertinentes para a solução do problema.

No primeiro estágio, **início** (*initiation*), normalmente é o professor que começa o processo de pesquisa anunciando uma unidade de estudo que demanda a busca por informações. Este estágio é marcado pela incerteza e pensamentos vagos sobre que tipo de informação buscar e mesmo sobre a definição do problema a ser solucionado.

O estágio seguinte, **seleção** (*selection*), consiste na escolha, por parte do estudante, do tópico, aspecto ou questão a ser pesquisada. A seleção do tópico leva em consideração aspectos tais como disponibilidade de informação, tempo, interesse pessoal e requisitos da atividade iniciada pelo professor. Neste estágio, os estudantes relatam um sentimento de otimismo por já terem dado o primeiro passo no processo de pesquisa.

O estágio de **exploração** (*exploration*), “[...] a tarefa do estudante é explorar a informação com a intenção de encontrar um foco. Os estudantes precisam ficar informados sobre o tópico geral e identificar possíveis forma de torná-lo mais específico” (KUHLETHAU; MANIOTES; CASPARI, 2007, p. 18, tradução nossa). Nesse estágio, as autoras relatam que os alunos, na medida em que encontram informações sobre seus tópicos, frequentemente ficam confusos com as inconsistências e incompatibilidades entre as informações encontradas e as noções, conceitos e conhecimentos que já possuíam sobre o assunto. Eles são obrigados a trabalhar suas próprias ideias e a construir um novo conhecimento por meio do pensamento reflexivo.

No quarto estágio, **formulação** (*formulation*), é hora de formular um foco para a busca de informação sobre o tema da pesquisa dentre uma variedade de fontes que o estudante está consultando. Este foco permite um sentimento de clareza com relação ao objetivo da pesquisa, o que leva naturalmente ao próximo estágio, a **coleta** (*collection*) de informações, que busca reunir informações que definem, ampliam e suportam o foco da pesquisa.

O sexto estágio consiste na **apresentação** (*presentation*) dos resultados da pesquisa. Este é o “ponto culminante do processo de pesquisa, quando o aprendizado está pronto para ser compartilhado com os outros. Durante a apresentação, os estudantes normalmente estão satisfeitos com o seu progresso” (KUHLETHAU; MANIOTES; CASPARI, 2007, p. 20, tradução nossa).

No último estágio, estudantes e professores devem fazer uma **avaliação** (*assessment*) com vistas a julgar o que foi aprendido em termos de conteúdo e de processo de pesquisa, bem como os aprofundamentos necessários. Para as autoras:

A avaliação é uma parte importante do aprendizado de pesquisa. A tarefa neste estágio é refletir sobre o processo de pesquisa e pensar sobre o que foi trabalhado, que problemas foram encontrados e o que os estudantes farão no futuro [...]. Este estágio é uma oportunidade de refletir sobre o processo como um todo. (KUHLETHAU; MANIOTES; CASPARI, 2007, p. 20, tradução nossa).

O entendimento de como se dá o processo de aprendizagem baseado nas teorias construtivistas também foi a base para outros métodos conhecidos como *Inquiry Based Learning* (IBL). Dentre os vários modelos de *frameworks* IBL existentes, as pesquisadoras australianas Buchanan, Harlan, Bruce e Edwards (2016) relacionam: *Project Based Learning*, *Problem-Based Learning*, *Genius Hour* ou *20% Time*, *Passion-based Learning*, *Personalized Learning*, e *Open Inquiry*. De acordo com as autoras, os idealizadores e professores que têm implementado essas variações de modelos,

[...] compartilham a crença de que os estudantes devem ter algumas escolhas, tempo e medidas de autonomia para dar suporte a um aprendizado mais significativo e profundo, que levem o desenvolvimento de habilidades e conhecimento crítico ao estudante moderno e cidadão do mundo. A estes *frameworks* que favorecem uma maior autonomia do estudante nos referiremos como *Student Driven Inquiry* (SDI), uma vez que esse termo captura melhor a força e o sentimento de tais *frameworks* centrados no estudante. (BUCHANAN *et al*, 2016, p. 25, tradução nossa)

Os modelos *Inquiry Based Learning* (IBL) e *Student Driven Inquiry* (SDI) em especial, favorecem a autonomia dos estudantes e os colocam no controle para direcionar a sua própria experiência de aprendizado. As pesquisadoras indicam que esses modelos levam a um aprendizado mais profundo e com maior possibilidade de desenvolvimento de habilidades que permitam uma aprendizagem independente ao longo da vida (BUCHANAN; HARLAN; BRUCE; EDWARDS, 2016).

Em 1999, a *Society of College, National and University Libraries* (SCONUL) do Reino Unido e Irlanda, mediante seu *Advisory Committee on Information Literacy*, elaborou um modelo denominado *The SCONUL Seven Pillars of Information Literacy - Core Model for Higher Education* (SCONUL, 2011). Desenhado para estudantes universitários, o modelo foi atualizado em 2011 e define o processo de desenvolvimento de uma pessoa competente em informação como sendo:

[...] um processo holístico e contínuo com atividades ou processos frequentemente simultâneos que podem ser abrangidos nos Sete Pilares da Competência em Informação. Em cada “pilar” um indivíduo pode se desenvolver de “novato” para “especialista” na medida em que progride por meio da sua vida de aprendizado considerando, entretanto, que como o mundo da informação está em constante mudança e desenvolvimento, é possível tanto recuar como progredir em um pilar. (SCONUL, 2011, p. 3, tradução nossa)

O modelo é concebido como um edifício circular tridimensional construído sobre uma fundação que representa o ambiente da competência em informação pessoal do indivíduo, formada por sua atitude, *background* e experiências, que afetam a maneira como ele responde ao desenvolvimento da competência em informação (SCONUL, 2011).

Os sete pilares da competência em informação, de acordo com este modelo, são representados por habilidades, conhecimentos e atitudes que permitem ao estudante:

- a) Identificar (*Identify*) – identificar uma necessidade pessoal de informação;
- b) Definir um escopo (*Scope*) – avaliar o conhecimento atual e identificar lacunas a serem preenchidas;
- c) Planejar (*Plan*) – construir estratégias para localizar informações e dados;
- d) Obter (*Gather*) – localizar e acessar as informações e os dados necessários;
- e) Avaliar (*Evaluate*) – revisar o processo de pesquisa, comparar e avaliar as informações e dados;
- f) Gerenciar (*Manage*) – organizar a informação profissional e eticamente;
- g) Apresentar (*Present*) – aplicar o conhecimento obtido: apresentar os resultados de suas pesquisas, sintetizar novas e velhas informações e dados para criar novo conhecimento e disseminá-los de várias formas.

Cabe ressaltar que o modelo proposto pelo SCONUL se enquadra na descrição de Buchanan, Harlan, Bruce e Edwards (2016) podendo, dessa forma, ser considerado um modelo *Inquiry Based Learning*. De fato, para cada estágio do *Information Search Process* proposto por Kuhlthau, Maniotes e Caspari (2007) estão associadas as habilidades conceituadas como pilares da competência em informação pelo SCONUL (2011).

O Quadro 4 relaciona os estágios do ISP (KUHALTHAU; MANIOTES; CASPARI, 2007) com os Sete Pilares da Competência em Informação (SCONUL, 2011) dando uma visão de que habilidades são necessárias para cada etapa do ISP:

Quadro 4 – Relação entre os Estágios do Information Search Process (ISP) e os Sete Pilares da Competência em Informação.

Relação entre os modelos de Competência em Informação		Estágios do <i>Information Search Process</i> (ISP)						
		Iniciação	Seleção	Exploração	Formulação	Coleta	Apresentação	Avaliação
Sete Pilares da Competência em Informação	Identificar	X						
	Definir um escopo		X					
	Planejar			X	X			
	Obter					X		
	Avaliar						X	X
	Gerenciar						X	
	Apresentar						X	

Fonte: elaborado pelo autor com base em Kuhlthau, Maniotes e Caspari (2007) e SCOUNL (2011).

Há uma relação direta dos estágios de “iniciação” do ISP com o pilar “identificar”, uma vez que é na etapa inicial do processo de pesquisa que se identifica a necessidade de informação. De igual maneira, o estágio de “seleção” do ISP demanda a capacidade de definir um “escopo”, segundo pilar da competência em informação, que sirva de direcionamento para a busca de informações.

Nos estágios de “exploração” e “formulação”, é exigida do estudante a capacidade de “planejar” com vistas a identificar as fontes de informações disponíveis para a delimitação do foco de sua pesquisa, levada a termo na etapa posterior de “coleta” das informações.

O estágio de “apresentação” demanda habilidades para “avaliar”, “gerenciar” e “apresentar” as informações de modo a reconhecer a relevância e pertinência das informações coletadas; avaliar a sua consistência e credibilidade; relacioná-las com os objetivos propostos; e apresentar os resultados da pesquisa.

Por fim, o estágio de “avaliação” requer a capacidade de reflexão crítica sobre o processo de pesquisa com a avaliação de suas etapas, dificuldades e resultados em termos de aprendizado. O estágio de avaliação também está associado, em sua dimensão afetiva, ao sentimento de autorrealização que serve de estímulo para que o interagente reinicie o ciclo, potencializando a aprendizagem ao longo da vida.

A correlação identificada entre os estágios do *Information Search Process* e os Sete Pilares da Competência em Informação reforça a ênfase que os dois modelos dão ao **processo de produção de informação** a partir de uma dada necessidade de informação. Essa visão

processual é identificada por Bruce (2003) que, em seus estudos, a classifica como uma concepção baseada na competência em informação vista como um processo.

Por sua vez, o modelo concebido pela ACRL/ALA (2016), denominado *Framework for Information Literacy for Higher Education*, apresenta como um dos seus conceitos centrais, a criação de informação como um processo. De acordo com o *framework*:

Estudantes que estão desenvolvendo suas habilidades e competência em informação:

- Articulam as capacidades e limitações do desenvolvimento da informação por meio de vários processos de criação;
- Avaliam a compatibilidade entre o processo de criação de um produto de informação e a necessidade particular de informação;
- Articulam os processos tradicionais e emergentes de criação e disseminação da informação em disciplinas particulares;
- Reconhecem que a informação pode ser percebida diferentemente com base no formato em que está contida;
- Reconhecem as implicações dos formatos da informação que contém informação estática ou dinâmica;
- Monitoram o valor que é colocado em diferentes tipos de produtos de informação em variados contextos;
- Transferem conhecimento das capacidades e limitações aos novos produtos de informação;
- Desenvolvem, em seus próprios processos de criação, uma compreensão de que suas escolhas impactam nos propósitos para os quais o produto de informação será usado e na mensagem que ele transmite. (ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES, 2016, p. 5, tradução nossa):

Dessa forma, é possível perceber que os modelos de competência em informação que fundamentam as práticas educacionais nos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália enfatizam os aspectos processuais da solução de problemas de informação e produção de conhecimento. Tal ênfase decorre do enfoque cognitivista adotado nesses países que, segundo Vivas, Chacón e Peña (2015), é responsável pela maioria das experiências atuais sobre competência em informação. O enfoque cognitivista é:

[...] influenciado pelas ideias de Dewey (1938) sobre a aprendizagem experiencial, destacando o papel dos aprendizes como pensadores ativos e construtores de significados, e busca desenvolver habilidades instrumentais para acessar, avaliar e usar a informação com sentido para os usuários. (VIVAS; CHACÓN; PEÑA, 2015, p. 44, tradução nossa).

A constatação da predominância do enfoque cognitivista nos modelos de desenvolvimento de competência em informação se reflete no ensino de processos de resolução de problemas como aspecto característico desses modelos. Uma perspectiva sociocultural, por outro lado, favorece a formação de um pensamento crítico que considere a realidade com a qual

os aprendizes interagem e, conseqüentemente, soluções mais integradoras e significativas nesse contexto.

Um princípio de inserção da perspectiva sociocultural foi diagnosticado por Vivas, Chacón e Peña (2015), que apresentaram uma revisão documental das publicações, no período de 2007 a 2013, acerca das pesquisas sobre Competência em Informação junto a jovens universitários nos países ibero-americanos no que diz respeito aos enfoques teóricos, modelos de desenvolvimento da competência em informação e estratégias de intervenção. Os autores concluem que:

Os enfoques revelam o predomínio de perspectivas cognitivistas e uma incipiente incorporação da perspectiva sociocultural. Os modelos identificados dão conta de resultados valiosos assim como de dificuldades de ordem institucional, econômica e administrativa que limitam sua implementação. As estratégias se apresentam desvinculadas de propostas nas quais se integrem agentes educativos, situação que afeta o seu impacto (VIVAS; CHACÓN; PEÑA, 2015, p. 40, tradução nossa).

Com relação aos modelos de desenvolvimento da Competência em Informação, nos países ibero-americanos, os autores relatam a presença de quatro modelos distintos por meio dos quais o tema tem sido abordado no âmbito das instituições de ensino superior:

- a) Intracurriculares – situação em que o tema é inserido como parte de uma disciplina da grade curricular;
- b) Intercurriculares – quando o tema é abordado de forma transversal nas disciplinas que compõem a grade curricular do curso superior;
- c) Extracurriculares – a Competência em Informação é desenvolvida por meio atividades voluntárias que não fazem parte da grade curricular;
- d) Cursos independentes – nos casos em que a Competência em Informação é tema de uma disciplina própria e faz parte da grade curricular do curso superior.

Independentemente da forma como se insere a competência em informação nos currículos, professores e bibliotecários devem considerar os aspectos relativos à abordagem teórica a ser empregada. Um dos princípios a serem considerados nessa inserção é que:

[...] conhecimento é socialmente construído e a natureza social do desenvolvimento cognitivo serve como um poderoso modelo dialógico para entender como a competência em informação poderia ser integrada ao currículo em comunidade de prática (WANG; BRUCE; HUGHES, 2011, p. 300, tradução nossa).

O entendimento dos modelos e padrões de desenvolvimento de competência em informação, em especial os modelos *Inquiry Based Learning*, é relevante porque tais modelos também podem ser aplicados na solução de problemas relacionados ao exercício de cidadania e ao controle das despesas públicas.

A subseção seguinte discute as múltiplas dimensões e concepções relativas à competência em informação, explicando como os modelos e padrões aqui apresentados podem ser associados, em menor ou maior grau, ao desenvolvimento das dimensões da CoInfo.

2.2.5 Análise comparativa das dimensões da competência em informação

Baseadas nas ideias de Rios (2006) acerca da presença de quatro dimensões na competência do educador, Vitorino e Piantola (2011) concluíram que a competência em informação também apresenta quatro dimensões interligadas que representam faces que não subsistem isoladamente, pois precisam ser desenvolvidas simultaneamente para que formem a competência em informação.

A primeira das dimensões é a **dimensão técnica**. Trata-se da aquisição de habilidade ou forma requerida para a realização de determinada ação ou para a execução de um ofício (VITORINO; PIANTOLA, 2011). Esta dimensão, que guarda estreita relação com as primeiras definições de competência em informação (HATSCHBACH, 2003), tem sua ênfase no fazer e busca o desenvolvimento de habilidades práticas tais como utilizar sistemas informatizados, realizar tarefas específicas de forma sequencial, operar computadores e outras tecnologias de informação e comunicação.

A dimensão técnica da competência em informação está, ainda, relacionada à competência digital. No relatório publicado pela ALA, em janeiro de 2013, a competência digital é definida como sendo a “[...] habilidade em usar tecnologias de informação e comunicação para encontrar, compreender, avaliar, criar e comunicar informação digital” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2013).

A **dimensão estética** da competência em informação, segunda dimensão elencada por Vitorino e Piantola (2011), parte da premissa de que a experiência estética faz parte de todos os aspectos da vida humana e tem papel determinante na formação do caráter do homem. Para as autoras:

[...] ao imaginarmos ou criarmos relações mentais em resposta a uma informação, trazemos à consciência algo de nós mesmos, algo do fundo de nossa vida psíquica,

imprimindo-lhe características pessoais, não verificáveis nem necessariamente compartilhadas pelos demais indivíduos em sociedade (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p.104).

A dimensão estética está, dessa forma, associada ao desejo que o indivíduo possui de aprender e utilizar a informação de forma livre e criativa.

A **dimensão ética**, por sua vez, diz respeito ao caráter crítico que deve fazer parte da competência em informação, pois “[...] o indivíduo que é efetivamente competente em informação é capaz de tomar posição, assumir uma postura crítica diante de determinadas informações, o que requer, na maioria das vezes, um julgamento de valor” (VITORINO; PIANTOLA, 2011, p.105). As autoras pontuam, ainda, que a adoção de um comportamento ético em relação à informação significa ser responsável pelo uso da informação como instrumento da realização do bem comum

A **dimensão política** compreende o homem em sua atuação como ser social pertencente a uma comunidade e sociedade (LUCCA, 2015). É nesta dimensão que se desenvolvem as relações de cidadania e as questões relacionadas à participação do homem em sociedade. Para Vitorino e Piantola (2011, p. 107), “[...] uma cidadania responsável requer pessoas aptas e motivadas para exercer os seus direitos e deveres em relação à comunidade e ao Estado, participando assim da vida pública”.

O entendimento de como se constroem as quatro dimensões da competência em informação, em especial as dimensões ética e política, é importante quando se trata da participação do cidadão na gestão pública e no exercício da cidadania. No contexto da presente pesquisa, o desenvolvimento dessas dimensões fornecerá subsídios à pessoa para que consiga exercer o controle social, utilizando de forma competente o conjunto de informações disponibilizadas por meio de portais de transparência.

Uma outra forma de categorizar as diferentes concepções de competência em informação foi proposta pela pesquisadora australiana Christine Bruce (2003). Com base nas experiências de professores em universidades australianas, a autora apresenta a competência em informação como um fenômeno que pode ser descrito como uma série de relações entre sujeito e objeto, onde o objeto é a informação.

Essas relações são descritas como concepções da competência em informação que a autora denominou “as sete faces da competência em informação”. Trata-se de sete categorias de concepções de competência em informação (BRUCE, 2003), resumidas a seguir:

Concepção baseada nas tecnologias de informação (Categoria 1) – aqui a competência em informação é vista como a utilização das tecnologias de informação para

recuperação e comunicação da informação. A primeira categoria identifica uma forma de experimentar a competência em informação que depende da disponibilidade e da capacidade de usar as tecnologias de informação.

Concepção baseada nas fontes de informação (Categoria 2) – a competência em informação consiste no conhecimento das fontes de informação e na habilidade acessá-las de forma independente ou graças a um intermediário.

Concepção baseada na informação como um processo (Categoria 3) – nesta categoria, a competência em informação é vista como um processo, ou seja, as estratégias aplicadas pelo interagente ao se confrontar com uma situação nova em que experimentam uma falta de conhecimento. O centro da atenção nesta concepção são os processos informacionais.

Concepção baseada no controle da informação (Categoria 4) – De acordo com esta concepção, a pessoa competente em informação é aquela capaz de utilizar diferentes mídias para trazer a informação para sua esfera de influência, de forma a poder recuperá-la e usá-la quando necessário.

Concepção baseada na construção do conhecimento (Categoria 5) – aqui, a ênfase passa a ser a utilização da informação. A competência em informação é vista como a capacidade de utilização crítica da informação com vistas a construção de uma base pessoal de conhecimento.

Concepção baseada na extensão do conhecimento (Categoria 6) – esta categoria é caracterizada pela utilização da informação, mas com emprego da capacidade de intuição e reflexão criativa tendo, como resultado, o desenvolvimento de novas ideias ou soluções criativas

Concepção baseada na sabedoria (Categoria 7) – a competência em informação é vista como o uso sábio da informação em benefício dos outros, o que implica a adoção de valores pessoais e juízos éticos em relação ao uso da informação. Além das questões éticas, são considerados os contextos histórico, temporal e sociocultural.

As concepções de competência em informação propostas por Bruce (2003), na verdade, trazem um nível de detalhamento maior em relação às dimensões identificadas por Vitorino e Piantola (2011). Dessa forma, é possível identificar uma relação entre as quatro dimensões da competência em informação, propostas por Vitorino e Piantola e as sete categorias ou concepções defendidas por Bruce. O Quadro 5 resume essa correlação:

Quadro 5 – Correlação entre as Dimensões da Competência em Informação segundo Vitorino e Piantola (2011) e as categorias de concepções da Competência em Informação propostas por Bruce (2003).

Concepções da Competência em Informação - Bruce (2003)	Dimensões da competência em informação – Vitorino e Piantola (2011)			
	Técnica	Estética	Ética	Política
1 – Tecnologia da Informação	X			
2 – Fontes de informação	X			
3 – Informação como um processo	X			
4 – Controle da informação	X			
5 – Construção do conhecimento		X		X
6 – Extensão do conhecimento		X		
7 – Sabedoria			X	X

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bruce (2003) e Vitorino e Piantola (2011).

Dessa forma, a dimensão técnica da competência em informação, conforme descrita por Vitorino e Piantola (2011), está relacionada às concepções das categorias 1 a 4 propostas por Bruce (2003). De fato, as quatro primeiras categorias se caracterizam pela ênfase no conhecimento técnico, tanto no que diz respeito ao uso das tecnologias de informação como no domínio de suas fontes, processos de aquisição de conhecimento e utilização de mídias para armazenamento e recuperação de informação. Trata-se de uma dimensão mais evidente por dizer respeito a conhecimentos e habilidades mais objetivamente mensuráveis.

A dimensão estética, por sua vez, valoriza a intuição e a criatividade inerente ao ser humano encontrando, portanto, um paralelo nas concepções de construção e de extensão do conhecimento defendida por Bruce (2003). Essas duas concepções envolvem a reflexão crítica e o uso da criatividade no manuseio da informação, o que somente é possível a partir da liberdade de pensamento e do espírito criativo que caracterizam a dimensão estética da competência em informação.

A concepção de competência em informação baseada na sabedoria, proposta por Bruce, reflete as preocupações éticas registradas por Vitorino e Piantola. De fato, os juízos éticos baseados nos valores pessoais são os pontos focais nas duas classificações.

Por fim, a dimensão política pode ser associada às categorias 5 e 7, pois, a ética é o fundamento da busca pelo bem comum, objetivo final da política segundo Aristóteles, e a construção do conhecimento, de acordo com Bruce, leva em consideração uma base pessoal de conhecimento. Tal base de conhecimento é construída sobre as vivências que o indivíduo acumula ao longo de sua vida e envolve aspectos relacionados ao seu contexto sociocultural.

2.2.6 O papel das representações sociais no desenvolvimento da CoInfo

Vitorino e Piantola (2009) argumentam que uma das características fundamentais da CoInfo é a sua indissociabilidade da ação. Na medida em que uma pessoa aumenta a sua competência em informação, são maiores as suas condições de participação ativa como cidadão agente de mudanças no meio em que vive. Para as autoras, a competência é um atributo que só pode ser avaliado dentro do contexto no qual é utilizado.

Para o desenvolvimento da CoInfo, devem ser considerados aspectos técnicos e comportamentais e, conseqüentemente, abordagens apropriadas para que se entenda como cada um desses pode ser trabalhado na formação do indivíduo. No entanto, os modelos ISP e Sete Pilares enfatizam as concepções da CoInfo relacionadas à dimensão técnica. São modelos que possuem visão predominantemente processual da identificação, acesso e uso da informação.

Apesar do escopo desta pesquisa ter sido limitado à identificação de conhecimentos e habilidades, para uma melhor compreensão do que significa competência, é importante discutir como se dá desenvolvimento dos aspectos comportamentais e atitudinais do indivíduo de forma integrada com a construção do conhecimento e habilidades.

De fato, as concepções relacionadas ao uso de tecnologias de informação, conhecimento e habilidade no uso de fontes de informação, processos de identificação, recuperação e uso da informação, bem como as habilidades para apresentação e disseminação da informação, fazem parte daquilo que pode ser ensinado e aprendido por estarem compreendidos na **dimensão técnica**.

No entanto, é inviável utilizar métodos e padrões meramente processuais para o desenvolvimento da competência em informação nas dimensões estética, política e ética. Para tal, é preciso a adoção de abordagens que considerem as qualidades e atitudes individuais como características construídas socialmente a partir das experiências de vida da pessoa. Trata-se da formação de uma “consciência crítica em relação à realidade e em relação a si mesmo, centrada na colocação e solução de problemas, de modo que ele possa obter controle de sua vida e de seu próprio aprendizado” (VITORINO; PIANTOLA, 2009, p. 137).

Assim, as dimensões Estética, Política e Ética propostas por Vitorino e Piantola (2011) podem ser consideradas **dimensões sociais**. Essas devem ser trabalhadas em conjunto com a **dimensão técnica** para permitir o desenvolvimento das qualidades e aptidões que possibilitarão a construção da CoInfo de acordo com as concepções de Bruce (2003). O Quadro 6 sintetiza essas ideias:

Quadro 6 – Dimensões e Concepções da CoInfo.

		Competências (Vitorino; Piantola, 2009)	
		Conhecimentos e Habilidades	Qualidades e Aptidões
Dimensões (Vitorino; Piantola, 2011)	Concepções (Bruce, 2003)		
Técnica	1. Tecnologias de informação		
	2. Fontes de informação		
	3. Processos informacionais		
	4. Controle da informação		
Estética			6. Extensão do conhecimento
Política			5. Construção do conhecimento
Ética			7. Sabedoria

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bruce (2003) e Vitorino e Piantola (2009; 2011).

Diante do exposto, a dimensão técnica da CoInfo se refere a conhecimentos e habilidades que podem ser desenvolvidas por meio de modelos e padrões centrados nos processos de identificação, localização, avaliação, recuperação, manuseio, armazenamento, e disseminação da informação, com emprego de tecnologias de informação. Por outro lado, o desenvolvimento da CoInfo em suas dimensões sociais (Estética, Política e Ética) dá-se por meio da interação social do indivíduo com os diversos grupos dos quais faz parte, tornando necessário entender como se formam as crenças, símbolos, mentalidades, atitudes, opiniões, valores e modelos veiculados em uma sociedade ou em um grupo de pessoas.

Se a construção do conhecimento é resultado de um processo social, cabe destacar o importante papel que as representações sociais (RS) desempenham no processo dessa construção. As representações sociais são objeto de estudo da Psicologia Social, subárea da Psicologia que tem se dedicado a analisar a dimensão social do conhecimento e contribuído para a construção do arcabouço teórico acerca do pensamento social (DIAS, 2013).

A teoria das representações sociais (TRS), proposta por Moscovici (2015) considera que o conhecimento nunca é uma cópia ou mera descrição do estado das coisas. Ao contrário, o conhecimento é produzido por meio da interação e comunicação, assim como sua expressão está ligada aos interesses humanos a ele relacionados. O conhecimento é, dessa forma, produto da interação de um grupo de pessoas em circunstâncias específicas. A teoria das representações sociais é, portanto, uma:

[...] abordagem teórico-metodológica que investiga como se formam, na mente das pessoas de um dado grupo social, opiniões e crenças a respeito de sujeitos e objetos. Refere-se a um pensamento social elaborado por grupos humanos imersos na sua cultura, que se expressa por meio de práticas, linguagem e imagens mentais compartilhadas, ideias sobre coisas, situações e instituições (LEMOS; COSTA; LIMA, 2013, p.48).

A representação social é uma forma de conhecimento socialmente construído e compartilhado por um grupo social, e que, ao mesmo tempo, embasa as crenças e valores desse grupo. A partir desse tipo de conhecimento, podem ser determinadas as qualidades e atitudes que farão parte da competência em informação dos indivíduos que compõem um grupo. Jodelet (2001, p. 22) define RS como:

[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber do senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais.

De acordo com Moscovici (2015), uma representação social é o resultado da transformação do desconhecido ou “não-familiar” em algo conhecido ou “familiar”. Essa transformação, por sua vez, acontece por meio de dois processos. O primeiro é a **ancoragem**, processo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais estabelecem uma associação entre algo “não-familiar” e categorias que lhes são familiares. Desta forma, o objeto ou ideia desconhecida passa a ter uma significação baseada no repertório de representações pré-existentes no meio desse grupo social. “Ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa” (MOSCOVICI, 2015, p. 61). O segundo processo, a **objetivação**, é responsável pela transformação de algo abstrato em algo quase concreto, transferindo para o mundo real aquilo que existia apenas na mente.

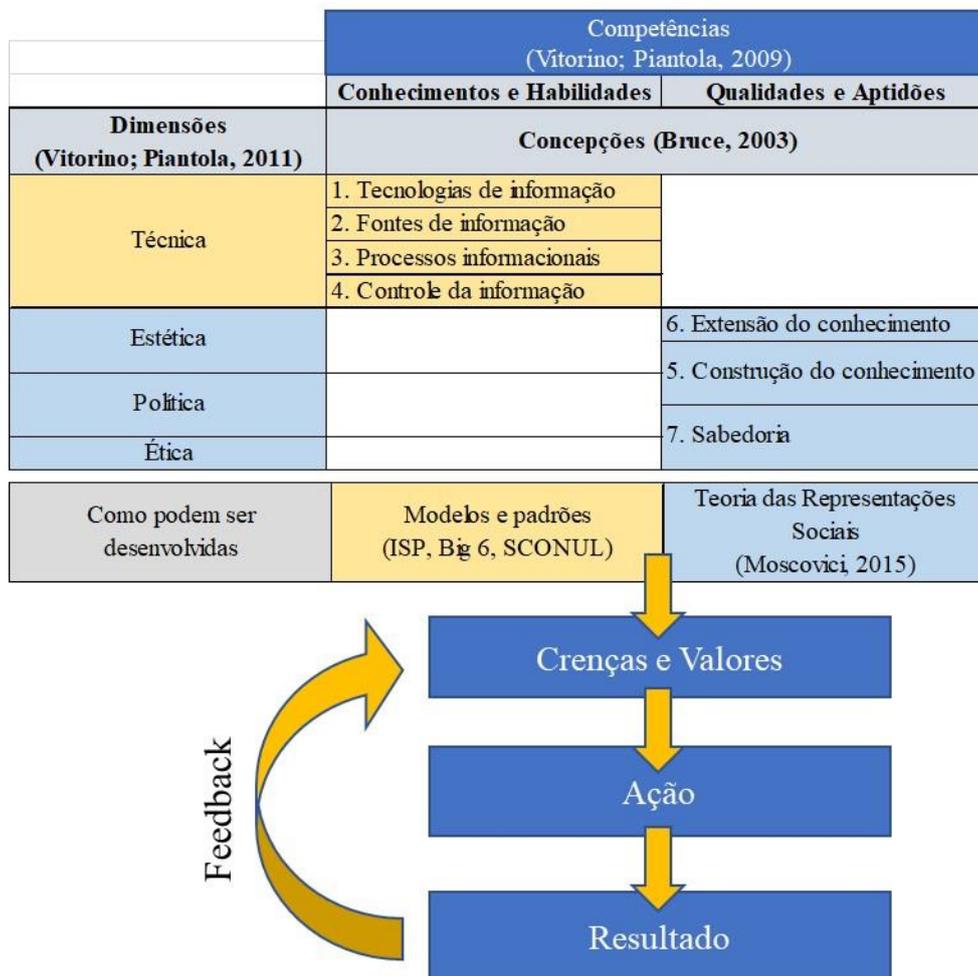
Jodelet (2001) esclarece que uma representação social sempre corresponde a alguma coisa (um objeto) e alguém (um sujeito) tendo com seu objeto uma relação de simbolização e interpretação. Assim, as RS são tanto um sistema de interpretação, como um fenômeno cognitivo, orientando e organizando as condutas e comunicações sociais. Trata-se do “produto e processo de uma atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e de elaboração psicológica e social dessa realidade” (JODELET, 2001, p. 22).

As representações desempenham um importante papel na inserção social dos indivíduos. As suas posições sociais ou funções que ocupam determinam os seus conteúdos

representacionais. Para Jodelet (2001), tais representações também podem ser impostas por ideologias dominantes ou normas institucionais das organizações das quais fazem parte.

Em síntese, as representações sociais viabilizam os processos cognitivos e as interações sociais, que podem permitir o desenvolvimento da CoInfo em suas dimensões Estética, Política e Ética. A Figura 9 complementa a visão do desenvolvimento da competência em informação como um processo formado por dimensões que devem ser trabalhadas simultaneamente: uma dimensão técnica e um conjunto de dimensões sociais representadas pelas dimensões estética, política e ética.

Figura 9 – Ciclo de desenvolvimento da CoInfo.



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bruce (2003), Vitorino e Piantola (2009; 2011) e Moscovici (2015).

Se por um lado os modelos e padrões possuem larga aplicação no desenvolvimento da dimensão técnica da CoInfo, as qualidades e atitudes relacionadas às dimensões estética, política e ética são essencialmente desenvolvidas por meio das interações e comunicação social

entre os membros de uma comunidade. Essas interações e comunicação somente são possíveis graças às representações sociais, pois essas fornecem um sistema de valores, ideias e práticas comuns às pessoas, permitindo a produção de conhecimento e a ação transformadora da realidade. Por fim, os resultados obtidos na construção de um novo conhecimento têm o papel de reforçar as crenças e os valores do indivíduo e de seu grupo social, fechando um ciclo que se retroalimenta das experiências do grupo.

Para os fins desta pesquisa, considerou-se relevante aprofundar o entendimento acerca da dimensão política da competência em informação, pois é nesta dimensão em que se desenvolvem os comportamentos e atitudes relacionadas à reflexão crítica necessárias ao exercício da cidadania e, mais especificamente, ao controle pelo cidadão das despesas públicas. A próxima subseção aprofunda essa discussão.

2.2.7 A dimensão política da competência em informação como pré-requisito para o controle social

A competência em informação, por meio de sua dimensão política, confere ao homem condições de participar socialmente como agente modificador da realidade em que vive (DUDZIAK, 2008). A autora defende que a competência em informação, no âmbito da cidadania, vai além da busca, organização e uso das informações. Significa saber o porquê do uso de determinada informação e utilizá-la considerando, de forma ética, as possíveis implicações ideológicas, políticas e ambientais. A competência em informação tem, portanto, ligação estreita com o desenvolvimento sustentável e suas dimensões de sustentabilidade social, cultural, ecológica e econômica.

Com o aumento expressivo do volume de informações disponíveis, em especial com a evolução da Internet e das tecnologias da informação e comunicação, as habilidades necessárias para localizar, avaliar e usar efetivamente informações tornaram-se mais complexas (SERAFIM; FREIRE, 2012). Isso significa que, além das habilidades de interpretação das informações, o cidadão precisa desenvolver a capacidade de lidar com os novos aparatos tecnológicos disponíveis.

Nesse novo contexto, onde é necessário se levar em consideração características inerentes à informação, tais como complexidade, estabelecimento de novas conexões e atualização constante, tornam-se urgentes uma nova concepção de Educação e novas formas de ver a formação de pessoas. Não se deve pensar em dotá-las de saberes e técnicas básicas

voltadas meramente para a execução de tarefas pré-determinadas, de natureza repetitiva e especializada.

A educação para a cidadania deve ter por finalidade formar pessoas responsáveis pela sua autoformação, capazes de se atualizar constantemente e de aplicar suas capacidades de autoaprendizagem, em contexto que se denomina como *lifelong learning* (BELLUZZO; KOBAYASHI; FERES, 2004). Assim, a competência em informação forma a base sobre a qual se constrói o *lifelong learning*, o aprendizado ao longo da vida (TAMILCHELVI; SENTHILNATHAN, 2013).

O desenvolvimento da dimensão política da CoInfo possibilita a participação da pessoa como membro de uma comunidade. Por meio dessa dimensão se efetiva o uso social da informação. Para Andrade e Ribeiro (2012, p. 10) “[...] o conhecimento é um elemento mediador da ação racional dos sujeitos com os diversos atores sociais, como: indivíduos, grupos, organizações, etc.”. Essa racionalidade deve ser baseada em uma percepção consciente da ação e seus resultados, da interpretação do mundo em que vivemos, e da contextualização no uso da informação.

A dimensão política permite que a pessoa identifique e interprete o contexto social e político no qual se encontra inserida. Tal percepção subsidia a ação racional baseada na informação que, segundo Wersig (1993, p. 233) “é conhecimento para a ação”.

No que diz respeito às iniciativas de responsabilidade do Poder Público, Dudziak (2008), apresenta e revisa as recomendações feitas durante o Colóquio de Altos Especialistas em Competência em Informação e Aprendizado ao Longo da Vida, ocorrido na cidade de Alexandria, Egito, no final de 2005. Na sequência, enfatiza a importância de promover o empoderamento das pessoas, estimulando-as a participar ativamente na governança de grupos e ações de cidadania. Segundo a autora:

Relacionada à cidadania, a competência em informação vai muito além da busca, organização e uso das informações pois significa saber o **porquê do uso de determinada informação, considerando implicações ideológicas, políticas e ambientais**. Observa-se uma ligação inerente ao desenvolvimento sustentável e suas dimensões de sustentabilidade social, cultural, ecológica e econômica. **O comportamento reflexivo está direcionado a uma atuação crítica sobre a realidade, em termos individuais e coletivo**. (DUDZIAK, 2008, p. 47, grifo nosso)

Nesse sentido, uma das recomendações resultantes do encontro diz respeito à criação de programas sociais e educacionais capazes de formar “[...] cidadãos autônomos e emancipados, participantes da sociedade, promovendo sua empregabilidade e atuação política responsável, tomando por base a competência informacional” (DUDZIAK, 2008, p. 47). Entende-se,

portanto, que é papel do Estado promover ações que fomentem o desenvolvimento da competência em informação do cidadão. Essa compreensão é coerente com o paradigma do Novo Serviço Público, centrado em ampliar o espectro participativo e o comprometimento do cidadão com a produção do bem público, para além do paradigma cidadão-cliente, em busca de um cidadão protagonista de sua própria realidade política e social.

Ainda do ponto de vista governamental, é preciso que os gestores identifiquem e desenvolvam mecanismos, inclusive tecnológicos, que estimulem os interagentes a acessar um portal de transparência pública com autonomia, de modo que esses recursos informacionais facilitem a geração de conhecimento novo e aplicável ao controle social das despesas públicas.

Dessa forma, o desenvolvimento da competência em informação, sobretudo em sua dimensão política, é o que vai permitir o exercício da cidadania, levando as pessoas a participar ativamente nas decisões e transformações referentes à vida social (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Todavia, há que se ressaltar que se trata de uma dimensão construída socialmente, portanto é a vivência diária e o exercício da participação em questões da vida em comunidade que fomenta o desenvolvimento do conjunto de atitudes necessárias à participação ativa na sociedade. O desenvolvimento dos aspectos atitudinais da dimensão política da CoInfo pode ser melhor compreendido por meio da Teoria das Representações Sociais, introduzida na subseção anterior.

O desenvolvimento da competência em informação, embora deva ser uma preocupação durante toda a vida, tem sido mais fortemente trabalhado durante a educação superior. Assim, a próxima subseção é dedicada à discussão acerca da competência em informação nessa etapa da formação do cidadão.

2.2.8 Competência em informação na educação superior

Historicamente, as instituições de ensino superior são responsáveis por preparar os alunos para as transformações sociais e avanços tecnológicos, adaptando-se aos novos paradigmas educacionais, e por estimular o pensamento crítico e a ação política. No âmbito da legislação brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), em seu Art. 43, estabelece que a educação superior tem por finalidades:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996)

O atendimento a todas essas finalidades pressupõe que as universidades levem os estudantes a refletir criticamente sobre seus papéis na sociedade, o que somente é possível por meio da criação de condições para o desenvolvimento da competência em informação nos seus alunos.

Para que um aluno consiga se tornar competente em informação, é necessário que sejam estabelecidas condições para que ele adquira e demonstre as seguintes capacidades:

[...] reconhecer que informação completa e precisa é a base para tomada de decisões inteligentes, reconhecer a necessidade de informação, formular questões com base na necessidade de informação, identificar as potenciais fontes de informação, desenvolver estratégias de busca por informações, acessar fontes de informação, avaliar e organizar a informação, integrar novas informações no corpo de conhecimento existente, e usar a informação no pensamento crítico na solução de problemas (BRUCE, 2004, p. 2, tradução nossa).

As características de um estudante competente em informação delineadas por Bruce (2004) são similares àquelas identificadas por Kuhlthau (1987) em suas pesquisas sobre uso de informação por estudantes na educação básica. Tal similaridade leva ambas pesquisadoras a defender uma reestruturação das práticas educacionais incluindo práticas mais ativas e centradas no aluno, com atenção focada na aquisição de habilidades e estratégias de competência em informação (BRUCE, 2004; KUHALTHAU; MANIOTES; CASPARI, 2007).

Essa reestruturação passa pela adoção de modelos de *Inquiry Based Learning*, em que os alunos são estimulados a desenvolver suas habilidades e atitudes por meio de atividades

estruturadas. De acordo com Buchanan, Harlan, Bruce e Edwards (2016, p. 34), as evidências “[...] esmagadoramente positivas sobre o envolvimento dos alunos e o desempenho acadêmico na implementação de modelos IBL demonstram o seu valor como um modelo efetivo de aprendizagem moderna”.

Bruce (2004) relaciona alguns fatores para que um programa de competência em informação possa ser implementado com sucesso, a saber:

- a) **mudança cultural**, mudança nos valores educacionais: é necessário que todos os envolvidos tenham consciência de que se trata de uma mudança da visão de aprendizagem centrada no professor para uma visão centrada no aluno, com uma crescente ênfase no entendimento do mundo do aluno e suas implicações pedagógicas.
- b) **Estabelecimento de políticas e diretrizes**: tais diretrizes e políticas devem ser estabelecidas em todos os níveis, seja internacional, nacional ou localmente. Devem abordar aspectos relacionados à infraestrutura de tecnologia da informação, à necessidade de programas de competência em informação nas escolas, à formação de educadores, professores e bibliotecários para atuar nesse processo.
- c) **Desenvolvimento de professores e demais profissionais da educação**: é necessário envolver toda a comunidade escolar com a ideia da competência em informação. Na elaboração desses programas, é importante que haja comunicação entre professores, especialistas em informação e gestores sobre o a importância da competência em informação e que todos participem na elaboração. Os programas devem ser baseados “em suas próprias experiências de vida para ajudá-los a compreender a importância da competência em informação para o desenvolvimento do estudante” (BRUCE, 2004, p. 12, tradução nossa).
- d) **Parceria entre o pessoal-chave**: não é possível implementar um programa de competência em informação sem que haja parceria entre todos os envolvidos. Professores, bibliotecários, especialistas em educação, gestores e alunos devem manter uma relação colaborativa em todos os níveis, desde a educação infantil até o nível de doutorado.

A autora relaciona, ainda, quatro componentes críticos de um programa de competência em informação necessários em qualquer setor educacional:

- a) Recursos que facilitem o aprendizado de habilidades específicas como, por exemplo, ferramentas que permitam o desenvolvimento de habilidades no uso de informações em ambiente *Web*;
- b) Currículo que crie oportunidades para o aprendizado de habilidades antes ou no momento em que sejam necessárias (com a ajuda de tutoriais, colegas, professores ou bibliotecários);
- c) Currículo que exija o engajamento do aluno em atividades de aprendizagem que requeiram interação contínua com o ambiente informacional;
- d) Currículo que crie oportunidades para reflexão e documentação da aprendizagem por meio de práticas efetivas de informação.

Assim, a implementação de programas de competência em informação tem alcançado bons resultados nos países que adotaram políticas públicas com esse fim. Os programas que adotam modelos de *Inquiry Based Learning* têm a sua efetividade creditada ao aumento da motivação dos estudantes decorrentes de um maior nível de interesse, direito de escolha e autonomia para conduzir seu próprio processo de aprendizagem (BUCHANAN *et al*, 2016).

Ainda no âmbito do ensino universitário, Arroyo e Cortés-Vera (2014) sustentam que os professores podem inserir, em seus planejamentos e práticas pedagógicas, atividades que promovam a competência em informação nos estudantes universitários. Os autores destacam que:

Falar da importância deste tema implica em ter presente que as universidades devem selecionar seus próprios paradigmas de educação para responder às transformações sociais e às novas visões do que deve ser a educação superior. Entre os novos modelos que surgiram, destaca-se particularmente o construtivismo, no qual o professor deve ser um guia no processo para promover que o estudante aprenda a aprender, a pensar, a resolver e decidir em situações tanto acadêmicas como na vida diária. As instituições de educação superior são responsáveis por estabelecer os mecanismos de suporte a essas mudanças. (ARROYO; CORTÉS-VERA, 2017, p. 118, tradução nossa).

Nesse contexto, além das competências específicas e profissionais, a competência em informação se apresenta como condição essencial para uma vida plena, possibilitando ao estudante a autossuficiência no uso das informações. Arroyo e Cortés-Vera (2014) reforçam o papel fundamental de responsabilidade que professores e bibliotecários devem compartilhar nessa tarefa.

O Ministério da Educação (MEC), por meio dos “Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura”, incluiu a Competência em Informação como um dos temas a serem abordados na formação dos bibliotecários (BRASIL, 2010b). Tal inserção

sinaliza o reconhecimento da importância do assunto como parte integrante da formação dos estudantes de Biblioteconomia.

Prado (2009) relata que a integração da Competência em Informação no ensino superior é uma realidade em países como Estados Unidos e Austrália, onde foram desenvolvidas políticas públicas de educação com esta finalidade. A autora argumenta que os países latino-americanos, todavia, ainda estão conduzindo os primeiros esforços para incorporar essas competências aos programas universitários.

Em sua pesquisa de doutorado, Mata (2014) comparou experiências de implantação de programas de desenvolvimento de competência em informação conduzidas na Espanha e no Brasil. Segundo a autora, no Brasil, “[...] a maior parte das experiências educacionais a respeito do universo informacional e de seus processos gira em torno de atividades de treinamento de usuários e/ou educação de usuários em bibliotecas” (MATA, 2014, p. 92).

Mata (2014) registra diversos exemplos de iniciativas promovidas por bibliotecas universitárias como vistas a fomentar o desenvolvimento da competência em informação. Todavia, tais ações são isoladas, fragmentadas e não fazem parte de um programa mais amplo e abrangente. Nas palavras da pesquisadora:

Nos relatos de experiência no contexto brasileiro, a maioria dos trabalhos publicados em eventos, destinados a profissionais, possui um enfoque diagnóstico sobre a Competência Informacional de grupos específicos, voltado ao estudo de usuários, estudos de necessidade informacional, comportamento informacional e mostrando a necessidade de uma futura intervenção por meio de programas ou de ações de CI mais específicas. [...] Constatou-se, por meio destes relatos de experiência de eventos de profissionais, que **a Competência Informacional não vem sendo aplicada no contexto brasileiro**, pois existe uma preocupação com o treinamento/capacitação/educação de usuários, entretanto, apontam fatores referentes à Competência Informacional e o desenvolvimento desta nos grupos trabalhados. Outro fator a ser ressaltado é que existem muitos estudos de avaliação da Competência Informacional com grupos específicos, dando ênfase à necessidade de implementação de programas desta natureza. (MATA, 2014, p. 96-97, grifo nosso)

A título de exemplo, cabe ressaltar o relato das experiências de Corrêa, Lucas e Formighieri (2018) com a integração do tema Competência em Informação às disciplinas de Fontes de Informação e Serviço de Referência, componentes da matriz curricular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Ao tempo em que ratificaram a existência de dificuldades institucionais e administrativas registradas por Vivas, Chacón e Peña (2015), as pesquisadoras da UDESC consideram que aplicação da CoInfo em disciplinas da graduação:

[...] auxiliará na formação de um bibliotecário mais competente em informação, inserido de forma crítica e consciente, que poderá se transformar em um ator importante na construção de uma sociedade melhor informada e, portanto, com maior qualidade de vida. (CORRÊA; LUCAS; FORMIGHIERI, 2018, p. 519)

Corrêa, Lucas e Formighieri (2018), concluem que a integração da Competência em Informação ao conteúdo das disciplinas contribui na formação dos futuros bibliotecários, fornecendo subsídios para sua atuação profissional como mediador no desenvolvimento de habilidades para a busca, acesso, assimilação e uso da informação junto à comunidade de sua unidade de informação⁸.

Alves e Alcará (2014), por sua vez, relatam uma experiência de aplicação do Modelo ISP, realizada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com alunos do curso de Biblioteconomia. Em comum com o relato de Corrêa, Lucas e Formighieri (2018), percebe-se o aspecto experimental dessas iniciativas.

Em síntese, o Brasil ainda apresenta poucas ações concretas com vistas a implementação de programas de desenvolvimento de competência em informação. Trata-se de iniciativas, na maioria das vezes, experimentais, pontuais e dissociadas de um planejamento que permita abordar a competência em informação como uma necessidade em âmbito nacional ou mesmo institucional.

Há, dessa forma, um amplo espaço para discussão sobre a necessidade de programas de competência em informação. Essa discussão deve partir da conscientização de todos os atores envolvidos no processo educacional, primordialmente, dos gestores responsáveis pela decisão de implementar tais programas. Na sequência, deve-se buscar desde a identificação das opções de modelos e padrões para o desenvolvimento de competências em informação até a definição de critérios de avaliação da sua eficácia.

A integração da competência em informação nos currículos educacionais, em especial nos cursos de nível superior, possibilitará aos indivíduos dispor de formação voltada ao desenvolvimento de senso crítico. Com isso, terão maior probabilidade de aptidão ao exercício pleno da cidadania, uso eficaz das informações disponibilizadas por meio das iniciativas de transparência pública como instrumento de controle social da gestão pública e, no tocante ao escopo desta pesquisa, para que saibam como realizar o controle das despesas públicas.

⁸ O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) definiu unidades de informação como instituições voltadas para a aquisição, processamento, armazenamento e disseminação de informações. Trata-se, normalmente, de organizações sociais sem fins lucrativos que têm por finalidade a prestação de serviços de informação aos indivíduos e à sociedade (ARAÚJO JR.; CORMIER; TARAPANOFF, 2000, p.92).

Hoyer (2011) ressalta que pessoas competentes em informação possuem a habilidade de usá-la de maneira efetiva mesmo em situações não acadêmicas. A autora alerta para o fato de que a maioria dos graduandos dos cursos universitários não segue uma carreira acadêmica, mas se tornam profissionais no setor público, iniciativa privada ou em organizações não governamentais. Essas comunidades possuem práticas muito diferentes para localizar informação e requerem um conjunto diferente de padrões para avaliar e usar efetivamente a informação.

A necessidade de competência em informação nos ambientes organizacionais é baseada em demandas tecnológicas diferentes e, além desses conhecimentos especializados, exige um conjunto de habilidades sociais tais como a capacidade de trabalho colaborativo, formação de parcerias e produção de informação dentro de uma comunidade (BRUCE, 1999). Dessa forma, as interações e relações sociais são algumas das características mais importantes do uso da informação em ambientes não acadêmicos.

Sundin (2008) resume quatro abordagens para a competência em informação, a saber:

- a) **Abordagem de fontes de informação**, em que professores e alunos usam e avaliam as diferentes fontes de informações disponíveis tais como livros, jornais, estatísticas, revistas, fontes na Internet etc.;
- b) **Abordagem comportamental**, em que o foco está na aprendizagem de um conjunto de passos para replicar um processo mecânico de pesquisa para qualquer tópico dado. Trata-se de um conjunto de habilidades práticas;
- c) **Abordagem de processo**, que se baseia em modelos cognitivos e enfatiza a natureza dinâmica do processo de busca pela informação;
- d) **Abordagem da comunicação**, cujo foco está nos aspectos social e de interação entre os indivíduos nas práticas de busca da informação.

A autora definiu as três primeiras categorias mencionadas com base nas pesquisas de Kuhlthau (1987), associando-as as suas próprias observações conduzidas em universidades.

A Abordagem da Comunicação, a quarta abordagem para a competência em informação defendida por Sundin (2008), demonstra-se relevante por possuir uma ênfase nos relacionamentos e ambientes sociais. Os aspectos principais dessa abordagem são:

- a) Consciência sobre as condições socioculturais nas quais uma informação foi criada e por meio das quais adquiriu significado;

- b) Modelagem do comportamento informacional dos outros: buscando e usando referências e descobrindo o corpo de pensamento dentro do qual um autor estava operando;
- c) Avaliação da validade de uma fonte baseada na posição do autor dentro da comunidade na qual foi criada.

O desenvolvimento da competência em informação depende, portanto, do entendimento do contexto sociocultural em que a informação é produzida. Um indivíduo competente em informação, além de conseguir identificar esse contexto, deve ser capaz de reconhecer como os outros interagentes se comportam diante de suas próprias necessidades de informação de modo a facilitar a interação social na busca por soluções. Nessa busca, o interagente deve conseguir avaliar a autoridade das fontes de informação, considerando que tal autoridade é conferida pela comunidade no seio da qual a informação foi produzida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta seção é dedicada a apresentar os aspectos metodológicos que nortearam a realização deste estudo: as teorias que se vinculam aos procedimentos metodológicos, a escolha do ambiente, dos sujeitos, bem como a condução da pesquisa de campo.

Inicialmente, é feita a caracterização da pesquisa, que se utiliza da estratégia do estudo de caso para atingimento de seus objetivos. A unidade-caso a ser analisada, o portal da transparência do Governo Federal Brasileiro, é apresentada em seguida e, na sequência, são detalhadas as técnicas de coletas e análise de evidências a serem empregadas na condução do estudo.

Por fim, considerando que uma das técnicas de coleta de dados proposta envolve a participação de seres humanos, são apresentados os aspectos éticos e legais relacionados a essa etapa da pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente estudo é uma pesquisa acadêmica de mestrado que, segundo a classificação proposta por Lakatos e Marconi (2002) e Gil (2010) se enquadra como descritiva pois visa a apresentar as características de determinada população ou fenômeno. De fato, a estrutura da pesquisa encontra consonância com o postulado por Lakatos e Marconi (2002, p.20), que afirmam que uma pesquisa descritiva deve abordar a “[...] descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais [...]”, assim como por Gil (1989), quando esse afirma que um de seus atributos mais significativos é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Quanto ao delineamento da pesquisa, de acordo com Gil (2010) e Yin (2001), trata-se de um estudo de caso uma vez que, de modo a delimitar as fontes de informação de transparência pública, foi analisado segundo critérios quali-quantitativos, como unidade-caso, o Portal da Transparência do Governo Federal, mantido pela Controladoria-Geral da União.

Para Calazans (2007) o estudo de caso é considerado uma estratégia apropriada para estudar com maior profundidade algum fenômeno social tendo sido utilizada em trabalhos no campo da Ciência da Informação. De acordo com a autora, uma das vantagens do estudo de caso é a possibilidade de uso de diversas formas de coleta de evidências. Neste estudo foram utilizadas, como formas de coleta de evidências, a análise documental, a análise de usabilidade

do Portal da Transparência e a aplicação de questionários. A subseção 3.2 detalha as técnicas de coleta de evidências empregadas.

Yin (2001) ressalta a importância de definir a unidade de análise no estudo de caso. Dessa forma, escolheu-se como unidade de análise o uso do Portal da Transparência do Governo Federal por uma turma de vinte alunos da 5ª fase do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Esse grupo respondeu a um conjunto de questões sobre os dados disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal, a fim de que fosse avaliada sua competência em informação no contexto do uso desse Portal.

A próxima subseção apresentará o Portal da Transparência do Governo Federal, que foi avaliado como fonte de informação e apresentado aos alunos durante uma oficina em sala de aula.

3.1.1 Unidade de análise: O Portal da Transparência do Governo Federal

O Portal da Transparência do Governo Federal (Figura 10) é uma iniciativa da Controladoria-Geral da União (CGU). Lançado em novembro de 2004, o portal é uma página eletrônica do governo federal, acessível por meio do endereço www.transparência.gov.br ou www.portaldatransparencia.gov.br, que tem por objetivo dar conhecimento ao cidadão acerca da aplicação do dinheiro público arrecadado mediante os impostos.

Figura 10 – Página inicial do Portal da Transparência do Governo Federal na Internet.

Fonte: Portal da Transparência. (BRASIL, 2017d).

A criação do Portal baseia-se em direitos humanos convencionados na atualidade (o direito à informação e à inclusão social), em princípios do Estado Democrático de Direito (liberdade e direitos políticos), assim como nas premissas de governança pública (participação no planejamento/execução/controle dos atos de gestão, governo orientado para o cidadão, foco em resultados e *accountability*) (BRASIL, 2017d).

Nesse portal, estão disponíveis informações sobre os recursos públicos federais transferidos pelo Governo Federal a estados, municípios e Distrito Federal – para a realização descentralizada das ações do governo – e diretamente ao cidadão, bem como dados sobre os gastos realizados pelo próprio Governo Federal em compras ou contratação de obras e serviços, por exemplo (BRASIL, 2017d). A partir do acesso a tais informações, objetiva-se que haja um acompanhamento pelos cidadãos da execução orçamentário-financeira dos programas do governo, em âmbito federal, para que seja verificado o seu uso, inclusive, no nível municipal.

No Portal da Transparência pode-se consultar, por exemplo, quanto foi repassado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) do Ministério da Educação para qualquer município do País ou mesmo quem são os beneficiários do Bolsa Família, quanto receberam e em que meses.

Também estão publicadas informações sobre os recursos federais transferidos diretamente ao cidadão e sobre os gastos diretos realizados pelo Governo Federal, em compras ou contratação de obras e serviços, incluindo os gastos de cada órgão com diárias, material de expediente, compra de equipamentos e obras e serviços, entre outros, bem como os gastos realizados por meio de Cartões de Pagamentos do Governo Federal.

Os dados divulgados no Portal da Transparência são de responsabilidade dos ministérios, por serem eles os órgãos executores dos programas de governo. A CGU, por sua vez, reúne e disponibiliza as informações sobre a aplicação desses recursos federais no Portal da Transparência (BRASIL, 2017d).

A atualização do Portal é feita diariamente com a inserção de dados sobre a execução financeira dos programas e ações do Governo Federal. Os dados que alimentam o Portal são oriundos do Fundo Nacional de Saúde (quando o tema é relativo ao Ministério da Saúde), da Caixa Econômica Federal (quando o assunto refere-se ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ou ao Ministério do Desenvolvimento Agrário), da Secretaria do Tesouro Nacional (quando o tema é sobre o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi) e do Banco do Brasil (quando os dados referem-se aos Cartões de Pagamentos do Governo Federal), dentre outras fontes de informação (BRASIL, 2017d).

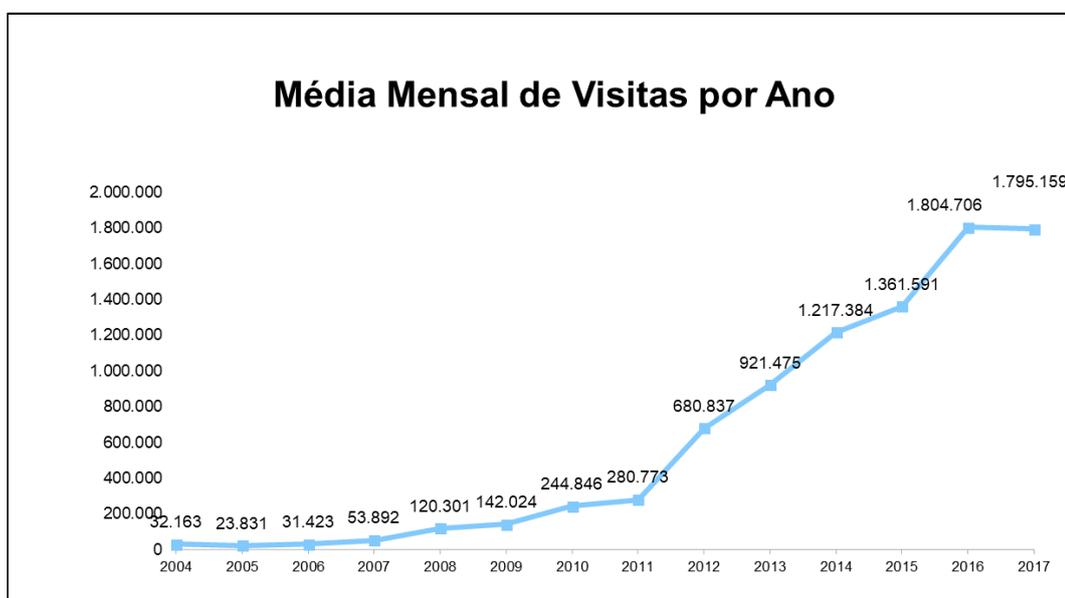
Por meio do Portal da Transparência, o cidadão pode, ainda, registrar denúncias sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos federais. As denúncias são recebidas pela Ouvidoria Geral da União e apuradas pela Secretaria Federal de Controle Interno e/ou pela Corregedoria Geral da União (unidades pertencentes à Controladoria Geral da União), por meio de fiscalizações especiais ou da inclusão das demandas na programação de ações de controle em estados, municípios e organizações não governamentais, como o Programa de Fiscalização por Sorteios Públicos e o Programa de Fiscalização de Entes Federativos.

No âmbito dos conselhos municipais, a partir das informações contidas no Portal da Transparência, os conselheiros podem verificar o montante de recursos repassados aos seus municípios nos diversos programas de governo. Essas informações devem, então, ser confrontadas com as prestações de contas disponibilizadas pelos gestores dos programas a serem fiscalizados pelos conselhos de modo a verificar a sua regularidade.

O Portal da Transparência oferece possibilidades de pesquisas de dados sob diversos prismas, o que visa a ampliar as formas de percepção pelo interagente dos resultados das políticas públicas (BRASIL, 2017d). Espera-se que, com a apropriação dessas informações pelo cidadão – entendido como o indivíduo imbuído de senso de comunidade, de pertencimento e de lealdade – e com a existência de outros canais (como os de denúncia, por exemplo), haja o devido estímulo para o controle social.

O Portal da Transparência tem registrado números crescentes de utilização, chegando a uma média mensal de 1.795.159 visitas, em 2017 (Figura 11). Tal resultado demonstra o crescimento do interesse das pessoas pelos dados ali disponibilizados.

Figura 11 – Média mensal de visitas ao Portal da Transparência na Internet.



Fonte: Estatísticas de acesso ao Portal da Transparência. Dados consolidados até novembro de 2017. (BRASIL, 2017d).

Importa destacar que toda essa análise se baseia em intenções e possibilidades, uma vez que o exercício do direito político e a participação são prerrogativas do cidadão em um Estado democrático. Ainda assim, deve-se considerar em tais avaliações que o indivíduo é um ser independente e livre, podendo usufruir desse direito ou não.

3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA EMPREGADAS PARA COLETA DE EVIDÊNCIAS

De acordo com o proposto por Yin (2001), há três princípios de coleta de dados aplicada a estudos de caso: a) a utilização de várias fontes de evidências, e não apenas uma; b) a criação de um banco de dados para o estudo de caso; e c) a manutenção de um encadeamento de evidências.

Yin (2001) ensina que as evidências para subsidiar um estudo de caso podem ser coletadas em seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos.

No presente estudo de caso, de forma a obter a triangulação de fontes de evidências proposta por Yin (2001), foram empregadas três técnicas de pesquisa que, analisadas em conjunto, asseguraram a validade e confiabilidade da pesquisa:

a) análise dos documentos disponíveis no Portal da Transparência, tais como, manual de uso do Portal, perguntas frequentes e tutoriais;

b) análise do Portal da Transparência como fonte de informação e com relação a sua usabilidade;

c) coleta de evidências junto a um grupo de alunos do curso de graduação em Biblioteconomia da UDESC.

Nesta subseção, são detalhados os procedimentos de coleta e análise de evidências para cada uma das técnicas de pesquisa empregadas. O quadro 7 esquematiza as etapas de avaliação do Portal da Transparência e de coleta de evidências junto aos alunos.

Quadro 7 – Apresentação das técnicas de coleta e análise de evidências empregadas na pesquisa.

Avaliação do Portal da Transparência		
Etapas	Técnicas	Referencial Teórico
Avaliação da Qualidade e Usabilidade	Análise documental, Coleta de dados em formulário e tabulação dos resultados em planilha eletrônica.	Tomaél, Alcará e Silva (2008), Nielsen (2012), Vitorino e Piantola (2011), Bruce (2003)
Avaliação da competência em informação requerida		



Identificação da Competência em Informação		
Etapas	Técnicas	Referencial Teórico
Oficina com alunos	Observação participante, Aplicação de questionário, Análise de conteúdo.	Vitorino e Piantola (2011), Bruce (2003), Corrêa, Lucas e Formighieri (2018), Bardin (2004)

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

3.2.1 Análise documental

O Portal da Transparência do Governo Federal possui um índice de perguntas frequentes⁹ com respostas para algumas questões mais comuns, além de um glossário de termos básicos relacionados ao uso do Portal.

Há, ainda, um **Manual Prático de Utilização do Portal da Transparência**¹⁰ (BRASIL, 2010a) que se propõe a ajudar na navegação dentro do Portal. No entanto, esse manual foi publicado em janeiro de 2010 e se encontra desatualizado.

Em maio de 2013, a Escola Superior do Ministério Público publicou no seu canal no YouTube, um tutorial em vídeo¹¹ demonstrando o uso das principais funcionalidades do Portal da Transparência. A maioria das consultas apresentadas nesse tutorial em vídeo não sofreram alterações consideráveis no que diz respeito a pesquisas relacionadas a despesas públicas.

⁹ O índice de perguntas e respostas mais frequentes pode ser acessado por meio do link <http://www.transparencia.gov.br/faleConosco/Perguntas.asp>.

¹⁰ O Manual Prático de Utilização do Portal da Transparência pode ser obtido em: <http://www.transparencia.gov.br/manual/manualCompleto.pdf>.

¹¹ Esse tutorial em vídeo pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=fjDX7xAeDgQ>.

No entanto, em 2014, o Portal da Transparência sofreu algumas modificações no seu *layout*, fazendo com que as localizações de algumas consultas fossem alteradas. Em dezembro de 2014, foi acrescentado um breve documento demonstrando como ficaram essas alterações no *layout* das consultas padronizadas no Portal da Transparência.

Esses materiais instrucionais, disponíveis no próprio Portal da Transparência, foram analisados com vistas a possibilitar uma melhor compreensão de seu funcionamento. Buscou-se fazer uma avaliação crítica, em especial quanto à sua clareza e atualização das informações ali contidas.

3.2.2 Análise do Portal da Transparência do Governo Federal Brasileiro como fonte de informação

A análise foi realizada com base na avaliação do Portal da Transparência como fonte de informação, além da análise da sua usabilidade e ergonomia. Nessa análise foram identificados os conhecimentos e habilidades necessários para que sejam resolvidos um conjunto pré-definido de problemas relacionados ao controle de despesas públicas. Esse conjunto de conhecimentos, habilidade e atitudes foi chamado de “competência em informação requerida”.

O uso de portais de transparência como fontes de informação na Internet levanta a necessidade de avaliação desses canais sob dois aspectos basilares: a) sua qualidade como fonte de informação, e b) a usabilidade de suas interfaces.

Tomaél, Alcará e Silva (2008), alertam para a importância de se avaliar a qualidade de fontes de informação na Internet como forma de verificar a adequação ao uso e a legitimidade dos recursos disponíveis nesse ambiente. As autoras, com base na análise da literatura, elaboraram um conjunto de indicadores segundo os quais é possível realizar a análise e avaliação das fontes. Os seis indicadores são desdobrados em critérios, conforme o Quadro 8:

Quadro 8 – Parâmetros de avaliação para fontes de informação na Internet

Indicadores	Critérios	Descrição
Arquitetura da informação	Mídias	Adequação da mídia ao uso propostos.
	Acessibilidade	Possibilidade de um produto informacional atingir o maior número de interagentes.
	Usabilidade	Capacidade de um produto ser usado por interagentes específicos com eficácia, eficiência e satisfação num contexto específico de uso.
	Organização	Estruturação de conteúdos.
	Navegação	Interatividade, hipertextualidade e hipermediação.

Indicadores	Cr�terios	Descri�o
	Rotulagem	Uso de �cones, palavras ou termos para representar um conjunto de informa�es com vistas a facilitar a navega�o.
	Busca	Sistema de pesquisa na fonte.
	Seguran�a	Prote�o contra acessos n�o autorizados, acesso restrito � informa�o.
	Interoperabilidade	Acesso a diferentes recursos de informa�o a partir de uma �nica interface de pesquisa.
Aspectos Intr�nsecos	Precis�o	Veracidade e confiabilidade da informa�o.
	Facilidade de compreens�o	Interpreta�o, entendimento e qualidade do texto da informa�o.
	Objetividade	Vis�o imparcial, baseada em fatos.
	Consist�ncia e relev�ncia	Cobertura, coer�ncia, agrega�o de valor, exatid�o, utilidade da fonte.
	Atualiza�o	Indica�o da data da atualiza�o, links ativos, informa�es atuais.
	Integridade	Completeza e concis�o.
Credibilidade	Alcance	Amplitude da informa�o.
	Autoridade/Confiabilidade	Autoria reconhecida, identifica�o da hospedagem.
Contextuais	Responsabilidade	Identifica�o da fonte e da entidade que a mantem.
	Conveni�ncia	Disponibilidade.
	Estabilidade	Recuper�vel sempre que necess�rio.
	Adequa�o	Coer�ncia com os objetivos propostos.
Representa�o	Facilidade de Manuseio	Uso f�cil e facilidade de integra�o com outras informa�es.
	Formato	Consist�ncia no emprego de padr�es, normas e metadados.
	Adequa�o da representa�o do assunto	Tipo de linguagem (natural ou controlada)
	Clareza da defini�o e precis�o de dom�nios	Naturalidade, homogeneidade, redund�ncia m�nima, portabilidade.
Aspectos de compartilhamento	Representa�o concisa e consistente	Apresenta�o consistente dos elementos que referenciam um documento.
	Arquitetura de participa�o	Espa�os de intera�o, coopera�o, identifica�o dos tipos de rela�es mantidas.
	Produtor e consumidor	O interagente pode fazer uso da informa�o e contribuir no co-desenvolvimento de a�es e informa�es na rede.
	Folksonomia (<i>Tagging</i>)	Recupera�o e indexa�o.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Toma el, Alcará e Silva (2008).

No que diz respeito   usabilidade, as autoras destacam como critérios a serem avaliados: “[...] a consistência da interface, a funcionalidade da fonte de informa o, a facilidade de uso de uma interface *Web*, a estrutura da informa o e o *design* [...]” (TOMA EL; ALCARÁ; SILVA, 2008, p. 17).

Nielsen (2012), por sua vez, definiu usabilidade como um atributo de qualidade que avalia o grau de facilidade de uso de uma interface com o interagente. A palavra “usabilidade” também se refere aos métodos para melhorar a facilidade de uso durante o processo de projeto da interface com o interagente. O autor propõe cinco componentes de qualidade que definem a usabilidade de uma interface:

- a) Facilidade de aprendizado: é fácil para os interagentes concluírem tarefas básicas na primeira vez que eles usam a interface?
- b) Eficiência: Uma vez que os interagentes apreenderam a usar a interface, eles conseguem executar tarefas rapidamente?
- c) Memorabilidade (*Memorability*): Quando os interagentes voltam a usar a interface depois de um período sem usá-la, eles conseguem reestabelecer a proficiência no uso rapidamente?
- d) Prevenção de erros: Quantos erros os interagentes cometem? São erros graves? Eles conseguem corrigir os erros rapidamente?
- e) Satisfação: O uso da interface é agradável?

Para Nielsen (1993), a usabilidade deve ser parte de um sistema de aceitabilidade como critério para decidir se um sistema é bom o suficiente para satisfazer todas as necessidades e requisitos dos interagentes e outros potenciais interessados. A aceitabilidade de um sistema, de acordo com o autor, é determinada pela sua aceitabilidade prática e aceitabilidade social. Ou seja, além de ser avaliado como aceitável com base nos critérios de usabilidade, o sistema deve ser socialmente aceitável a partir da percepção de sua relevância para uma comunidade de interagentes.

Como critérios para avaliação de usabilidade, Nielsen (1995) propõe dez princípios gerais de interação com o interagente chamados de “heurísticas”:

- a) Visibilidade do *status* do sistema: o sistema deve sempre manter os interagentes informados sobre o que está acontecendo por meio de *feedback* em tempo razoável.
- b) Relação entre o sistema e o mundo real: o sistema deve falar a língua dos interagentes, com palavras, frases e conceitos que lhes sejam familiares de modo que a linguagem seja mais natural e lógica.
- c) Controle e liberdade do interagente: deixar claro para o interagente a “saída de emergência” para o caso de escolhas erradas. Possibilitar refazer ou desfazer tarefas facilmente.
- d) Consistência e padronização: o interagente não deve ter que adivinhar quando palavras diferentes, situações ou ações significam a mesma coisa. É preciso estabelecer as convenções da plataforma.
- e) Prevenção de erros: Deve-se tentar prever as situações em que os interagentes podem cometer erros e solicitar confirmações antes de executar as ações.

- f) É mais fácil reconhecer do que ter que lembrar: Minimize o uso da memória do interagente tornando os objetos, ações e opções visíveis, assim ele não vai precisar ter que lembrar de informações de uma parte do diálogo para outra.
- g) Flexibilidade e eficiência no uso: Atalhos, pouco vistos ou utilizados por interagentes inexperientes, podem acelerar a interação para interagentes experientes de modo que o sistema possa atender tanto a interagentes experientes como inexperientes.
- h) Projeto estético e minimalista: os diálogos não devem possuir informações irrelevantes ou raramente usadas.
- i) Ajudar o interagente a reconhecer, diagnosticar e corrigir erros: mensagens de erro devem ser expressas em linguagem clara (sem códigos), indicando precisamente o problema e sugerindo uma solução.
- j) Ajuda e documentação: a situação ideal seria que o sistema pudesse ser usado sem necessidade de documentação. Todavia, pode ser necessário fornecer ajuda ao interagente. Essa ajuda deve ser facilmente localizada, ser focada na tarefa que o interagente está executando, apontar os passos concretos a serem dados, e não ser muito grande.

A avaliação de usabilidade de fontes de informação na Internet é importante, pois garantirá aos interagentes de um aplicativo, página *Web* ou rede social a correta execução das tarefas necessárias para alcançar seus objetivos e satisfazer suas necessidades de informação.

A identificação das competências em informação e digital requeridas para o uso do Portal da Transparência do Governo Federal deu-se por meio da avaliação dessa página com o uso de indicadores baseados nos critérios propostos por Tomaél, Alcará e Silva (2008) e nas sete concepções de competência em informação defendidas por Bruce (1999).

É importante destacar que, desde meados de 2017, foi designada uma equipe técnica para reformular o Portal da Transparência do Governo Federal. A nova versão do Portal foi disponibilizada ao público no final de junho de 2018. De modo a contribuir com esse processo de reestruturação, em dezembro de 2017, foram encaminhadas à CGU, aos cuidados do coordenador do projeto, as propostas de melhorias e análises efetuadas no âmbito desta pesquisa.

3.2.3 Coleta de evidências junto aos alunos do curso de graduação em Biblioteconomia da UDESC

Foram coletados dados de vinte alunos da disciplina de Fontes de Informação, da 5ª fase do curso de Biblioteconomia da UDESC, por meio de aplicação de exercícios práticos no uso do Portal da Transparência e de questionários de avaliação (*survey*), com vistas a identificar os indícios da competência em informação consoante as concepções propostas por Bruce (2003).

Complementarmente, foi empregada, para tal coleta de evidências, a técnica de observação participante. Segundo Yin (2001, p. 116),

[...] a observação participante é uma modalidade especial de observação na qual você não é apenas um observador passivo. Em vez disso, você pode assumir uma variedade de funções dentro de um estudo de caso e pode, de fato, participar dos eventos que estão sendo estudados.

A utilização integrada desses métodos de coleta de evidências para avaliar a competência em informação e digital da turma de alunos possibilitou a triangulação de fontes de dados coletados.

Escolheu-se aplicar os exercícios nessa disciplina, porque o tema da competência em informação, embora não esteja previsto formalmente na ementa da disciplina, é parte integrante de seu conteúdo programático. Assim, os exercícios complementares tiveram como objetivo indicar se os alunos de Biblioteconomia apresentam indícios de uma prática competente na localização, acesso e uso de informação disponível no Portal da Transparência do Governo Federal para a solução de problemas de informação.

Nesta etapa, um conjunto de tarefas em formato de oficina (ver Apêndice A) foi apresentado ao grupo de alunos, depois de um treinamento sobre a utilização do Portal da Transparência do Governo Federal. Na sequência, foram identificados os indícios de competência em informação presentes no rol amostral para compará-los com os conhecimentos e habilidades identificadas como necessários ao uso eficiente do citado Portal. Os testes buscaram avaliar se os alunos possuem a competência em informação necessária para resolver um conjunto de problemas informacionais preestabelecidos relacionados ao controle de despesas públicas com base em dados disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal.

A aplicação do exercício para coleta de dados seguiu o modelo adaptado de Corrêa, Lucas e Formighieri (2018) e consistiu em oito etapas:

- a) Explicação de conceitos básicos sobre o sistema orçamentário brasileiro, dos mecanismos de controle institucional, noções de controle social e uma breve apresentação do Portal da Transparência do Governo Federal.
- b) Apresentação de um problema a ser solucionado com o uso do Portal da Transparência do Governo Federal, qual seja: produzir um relatório com informações sobre as transferências de recursos federais para os municípios catarinenses de Orleans e Abelardo Luz, no ano de 2016. Na apresentação, os alunos deveriam listar as cinco maiores transferências de recursos financeiros realizadas pelo governo federal para esses dois municípios, identificando as respectivas ações governamentais envolvidas. Ao final, foram solicitados a fazer uma breve análise acerca das implicações sociais nos municípios de Orleans e Abelardo Luz.
- c) Após a apresentação dos resultados obtidos, preenchimento pelos discentes de um questionário (*survey*) de autoavaliação (ver Apêndice B) de acordo com as concepções baseadas nas **tecnologias de informação** (concepção 1) e **fontes de informação** (concepção 2) propostas por Bruce (2003).
- d) Descrição pelos discentes das estratégias de busca (processo de solução do problema) – na qual, cada aluno descreveu o processo adotado para resolver o problema. A partir desse relato, foi avaliada a terceira concepção da competência em informação que a vê como um **processo**, de acordo com Bruce (2003).
- e) Relatos de experiências dos alunos – nesse momento, houve a identificação das dificuldades dos discentes no uso do Portal da Transparência por meio de seus registros. Tais registros foram coletados em um formulário elaborado com base nas análises do Portal e indicadores de qualidade propostos por Tomaél, Alcará e Silva (2008);
- f) Esclarecimentos e orientações adicionais – Durante a execução da tarefa, foram prestados esclarecimentos e orientações com vistas a permitir que os alunos concluíssem a atividade;
- g) Apresentação dos resultados – nesse momento, foram avaliados os indícios de competência em informação segundo as concepções baseadas no **controle da informação** (categoria 4) e na **construção do conhecimento** (categoria 5), de acordo com Bruce (2003);
- h) Análise do processo e discussão sobre possíveis usos das informações do Portal da Transparência e o papel do bibliotecário como educador e facilitador no processo de

construção da competência em informação na sua esfera de atuação profissional, social e política. Os alunos responderam, por escrito, a duas questões abertas relacionadas ao assunto. Aqui foram avaliadas as evidências de competência em informação de acordo com as concepções baseadas na **extensão do conhecimento** (categoria 6) e **sabedoria** (categoria 7), de acordo com Bruce (2003).

Os dados foram coletados por meio de questionário de auto avaliação. Os alunos responderam a questões relacionadas às sete concepções da competência em informação definidas por Bruce (2003). O Quadro 9 relaciona as dimensões da CoInfo avaliadas com as partes do instrumento de coleta de dados, que pode visto na íntegra no Apêndice B.

Quadro 9 – Correspondência entre as dimensões/categorias da CoInfo e as partes do instrumento de coleta de dados

DIMENSÕES (VITORINO; PIANTOLA, 2011)	CATEGORIAS (BRUCE, 2003)	Partes do instrumento de coleta de dados
Técnica	1 - Tecnologia da Informação	PARTE I
	2 - Fontes de Informação	
	3 - Informação como um processo	PARTE II
	4 - Controle da informação	PARTE III
5 - Construção do conhecimento		
Estética	6 - Extensão do conhecimento	PARTE IV
	Política	7 - Sabedoria
Ética		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, com base em Vitorino e Piantola (2011) e Bruce (2003).

Os dados obtidos na Parte I do instrumento de coleta são passíveis de análise quantitativa, portanto foram analisados por meio de tabulação em planilha eletrônica Excel. Os resultados às cinco questões dessa parte do questionário são apresentados na seção 4 por meio de análise estatística descritiva, indicando-se as respectivas medidas de dispersão (os valores de média, moda e mediana). Larson e Farber (2009) ensinam que essas medidas representam os valores típicos, ou centrais, de um conjunto de dados.

O valor da **média aritmética** é dado pela soma de todos os dados dividido pelo número de elementos do conjunto de dados. Calcula-se mediante a seguinte fórmula: $\mu = \frac{\sum x}{N}$, onde μ é a média da população, $\sum x$ é a soma de todos os valores individuais e N é o número de alunos que participaram da pesquisa, no caso, 20 alunos.

A **moda** é o valor que aparece mais frequentemente em um conjunto de dados, enquanto a **mediana** é o valor que está no meio dos dados quando o conjunto de dados é ordenado (LARSON; FARBER, 2009).

Para as questões abertas propostas nas partes II a V do formulário, utilizou-se o método denominado análise de conteúdo proposto por Bardin (2016). A autora define a análise de conteúdo como sendo um “conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2016, p. 44).

Flick (2009, p. 291) afirma que a análise de conteúdo “[...] é um dos procedimentos clássicos para analisar o material textual, não importando qual a origem desse material”. Nesse mesmo sentido, Mendonça (2007) diferencia a análise de conteúdo da análise de discurso esclarecendo que, enquanto a análise de conteúdo busca o sentido do texto expresso em sua estrutura e o interpreta a partir de então, a análise de discurso, por sua vez, busca a compreensão do processo produtivo de um discurso que é obtido com base nas falas dos participantes.

Bardin (2016) descreve três etapas da técnica de análise de conteúdo:

- a) **pré-análise**, etapa na qual o material coletado é organizado, sistematizando-se suas ideias principais. Nesse momento, acontece o contato inicial com os textos e se realiza a “leitura flutuante”, a formulação das hipóteses e objetivos, e a referenciação dos índices e elaboração de indicadores;
- b) **exploração do material**, etapa em que se procede a exploração do material com a definição de categorias e a identificação das unidades de registro e das unidades de contexto nos documentos. “Consiste essencialmente de operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2016, p. 131);
- c) **tratamento dos resultados, inferência e interpretação**, etapa final em que as informações são tratadas por meio de operações estatísticas com vistas a seleção e síntese dos resultados, a partir dos quais são inferidas as interpretações.

Para levar a termo a categorização e codificação dos temas, optou-se pela utilização do *software* QDA Miner Lite¹², versão 2.0.1, desenvolvido pela empresa *Provalis Research*. O *software* possibilitou a análise de conteúdo das respostas dos alunos, destacando-se os trechos

¹² O *software* QDA Miner Lite é uma versão de uso gratuito que possui parte dos recursos disponíveis em sua versão comercial. Ambas versões são disponibilizadas no sítio da empresa Provalis Research, na Internet, por meio do link: <https://provalisresearch.com/>.

em que as categorias e subcategorias são explicitadas, e quantificando essas ocorrências automaticamente.

A combinação dos resultados das análises estatísticas dos dados da parte I do instrumento de coleta de dados, com os resultados obtidos pela análise de conteúdo da parte II a V do mesmo instrumento, permitiu identificar os indícios das sete categorias da competência em informação que podem ser associados ao grupo de alunos analisado.

Por fim, foi possível verificar se a turma de alunos que participou da pesquisa possui os conhecimentos e habilidades requeridas para o uso efetivo do Portal da Transparência, comparando-se à competência em informação requerida com aquela identificada por meio da avaliação. Com base nesse cruzamento de informações, foram propostas melhorias no Portal da Transparência com vistas a reduzir a lacuna entre a competência requerida e aquela identificada no grupo de alunos.

Ainda com base na competência identificada e no processo de solução do problema proposto desenvolvido pelos alunos, foi elaborada uma série de tutoriais em vídeo apresentando, além da solução do problema proposto aos alunos, algumas informações importantes para a prática do controle social das despesas públicas com uso do Portal da Transparência do Governo Federal.

Conforme pontuado no referencial teórico, os modelos de desenvolvimento da competência em informação estudados enfatizam a dimensão técnica da CoInfo. Apesar de não fazerem parte do escopo desta pesquisa, alguns dos aspectos comportamentais e atitudinais, associados às dimensões estética, ética e política e desenvolvidos socialmente, foram identificados.

Para tanto, ainda usando a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016) foram buscadas nos textos das respostas dos alunos palavras ou expressões que indicassem as representações sociais que os discentes compartilham sobre controle social de despesas públicas. Todavia, diante da limitação de escopo desta pesquisa, esta análise foi inserida apenas com o objetivo de apontar um possível caminho a ser trilhado e merece ser aprofundada em trabalhos futuros.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

No que diz respeito à etapa de coleta de dados realizada junto aos alunos da 5ª fase do curso de graduação em Biblioteconomia, a pesquisa seguiu as disposições da Resolução n. °

466/2012, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que regulamenta o desenvolvimento de pesquisas envolvendo seres humanos.

Em atendimento às disposições regulamentares, a pesquisa foi registrada na Plataforma Brasil e submetida à aprovação do Comitê de Ética Envolvendo Pesquisas em Seres Humanos (CEPSH) da Universidade do Estado de Santa Catarina, antes da etapa de coleta de dados junto aos alunos.

Por meio do Parecer Consubstanciado do CEPSH n.º 2.062.730, de 15 de maio de 2017, o projeto de pesquisa e seus anexos, foram aprovados pelo CEPSC da UDESC.

A coleta de dados por meio da oficina de utilização do Portal da Transparência foi realizada em 18 de maio de 2017, em laboratório de informática, e contou com a participação de 20 alunos da 5ª fase do curso de graduação em Biblioteconomia.

Foi assegurado aos alunos, em obediência à Resolução n.º 466/2012, mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme Apêndice C, o direito à privacidade, confidencialidade, anonimato e a possibilidade de não participar da pesquisa ou de desistir em qualquer das suas etapas (BRASIL, 2012). Para garantir o sigilo, os formulários de pesquisa não possuíam campos para identificação dos alunos, uma vez que apenas suas respostas interessam para os objetivos da pesquisa.

As atividades desenvolvidas durante a pesquisa foram opcionais e não foram consideradas para fins de avaliação pelos professores da disciplina na qual foram realizadas. Nenhum tipo de constrangimento foi imposto pelos professores em decorrência de eventual relação de poder em sala de aula.

Os riscos aos participantes destes procedimentos foram mínimos, visto que envolveram meramente aqueles inerentes a todas as atividades relacionadas à prática estudantil. A atividade foi conduzida durante o horário da disciplina de Fontes de Informação, no ambiente de sala de aula, e sob a supervisão das professoras da disciplina.

O grupo de participantes desta pesquisa teve, como benefício direto, a obtenção de orientações sobre o uso do Portal da Transparência do Governo Federal como fonte de informações. Espera-se que as instruções recebidas sejam úteis ao complemento dos saberes do grupo, de forma aperfeiçoar, em cada um, o instrumental técnico para o exercício de cidadania e do controle social.

Como benefício à comunidade em geral, esta pesquisa serviu para atingir os objetivos específicos propostos

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados obtidos com a pesquisa e está organizada de forma a refletir os objetivos específicos inicialmente propostos. Dessa forma, os resultados são apresentados em três subseções que tratam dos seguintes assuntos:

- a) avaliação qualitativa do Portal da Transparência do Governo Federal como fonte de informação na Internet;
- b) avaliação da competência em informação de uma turma de alunos da quinta fase do curso de graduação em Biblioteconomia da UDESC e
- c) apresentação de um tutorial para busca de informações sobre despesas públicas no Portal da Transparência baseado em modelos de desenvolvimento de competência em informação.

Há dois outros objetivos específicos que, por se tratarem de objetivos intermediários, forneceram subsídios para o atingimento dos três acima relacionados. De fato, a identificação das competências necessárias ao uso do Portal da Transparência (objetivo específico “b”) foi uma etapa necessária para que se conduzisse a avaliação da CoInfo junto aos alunos que participaram da pesquisa. De igual maneira, a coleta de informações sobre a usabilidade do Portal da Transparência (objetivo específico “d”) serviu de subsídio para a avaliação qualitativa do Portal da Transparência.

4.1 AVALIAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO COMO FONTE DE INFORMAÇÃO NA INTERNET

Considerando os parâmetros de avaliação de fontes de informação na Internet propostos por Tomaél e outros (2008), realizou-se a avaliação do Portal de Transparência do Governo Federal como fonte de informação na Internet. A confiabilidade do portal como fonte digital é um aspecto da maior relevância para que os historiadores possam utilizá-lo em suas pesquisas. Os resultados da avaliação são sintetizados no Quadro 10 e discutidos nesta subseção.

Quadro 10 – Aplicação dos parâmetros de avaliação para fontes de informação na Internet ao Portal de Transparência do Governo Federal

Parâmetros	Crítérios	Atende	Não Atende	Observações
Arquitetura da informação	Mídias	X		A informação é disponibilizada por meio de ambiente <i>Web</i> .
	Acessibilidade		X	O portal não atende modelo de identidade digital padrão do governo federal, não atendendo às principais recomendações de acessibilidade indicadas para <i>Web</i> . Não são atendidos os critérios de acessibilidade previstos no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e às orientações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico do Governo Brasileiro (eMAG). Não há opção de acessibilidade em Libras para portadores de deficiência auditiva.
	Usabilidade		X	A interface é pouco intuitiva, com muitas opções de abas, filtros e consultas causando confusão no interagente.
	Organização	X		Os conteúdos estão organizados em categorias: receitas, despesas, convênios, sanções, servidores e outras consultas.
	Navegação	X		Navegação se dá por abas, filtros e botões. Hiperlinks são utilizados para direcionar os interagentes ao detalhamento das informações.
	Rotulagem		X	Não há rotulagem por meio de ícones. O portal é exclusivamente textual e não utiliza imagens ou áudios como recursos.
	Busca		X	Não há mecanismo de buscas. As informações são acessadas por meio da construção de filtros.
	Segurança	Não se aplica		As informações são públicas e não há necessidade de autorizações para acesso ou restrições de acesso.
	Interoperabilidade		X	Para cada tipo de informação a ser buscada o interagente é obrigado a informar uma série de critérios de filtragem. Não há uma interface de pesquisa única para os diferentes recursos de informação.
Aspectos Intrínsecos	Precisão	X		As informações são obtidas automaticamente a partir dos sistemas corporativos do Governo Federal sendo, dessa forma, consideradas confiáveis por não estarem sujeitas à manipulação prévia.
	Facilidade de compreensão		X	As informações de natureza contábil requerem um certo grau de conhecimento técnico o que pode dificultar a compreensão dos interagentes que não os possuem.
	Objetividade	X		Trata-se de dados coletados de maneira imparcial, de forma automática e sem intervenção humana.
	Consistência e relevância	X		As informações são coerentes com os objetivos do Portal e atendem ao requisito de utilidade.
	Atualização	X		Os dados são atualizados diariamente.

Parâmetros	Crítérios	Atende	Não Atende	Observações
	Integridade	X		As informações são completas e suficientes para resolver os problemas a que se propõem, a saber, identificar a aplicação dos recursos públicos federais.
	Alcance	X		As informações são abrangentes e detalhadas.
Credibilidade	Autoridade e Confiabilidade	X		O Portal de Transparência do Governo Federal é mantido pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), que é o órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.
	Responsabilidade	X		O Portal identifica a CGU como responsável pela coleta dos dados ali publicados.
Contextuais	Conveniência	X		As informações estão prontamente disponíveis e atualizadas diariamente.
	Estabilidade	X		O sistema apresenta disponibilidade sem interrupções.
	Adequação	X		Os dados são suficientes para atender as necessidades informacionais previstas. A linguagem utilizada é adequada, em que pese a dificuldade de entendimentos por parte dos interagentes que não possuem conhecimentos técnicos na área de gestão ou contabilidade pública.
	Facilidade de Manuseio		X	Interface pouco intuitiva. Não há botão para retornar a telas anteriores, nem informação ao interagente sobre onde ele se encontra.
Representação	Formato		X	A interface não segue um padrão específico. Dependendo da página em que se encontra, o interagente encontrará elementos com comportamentos diferentes.
	Adequação da representação do assunto		X	Não há padronização de termos em um vocabulário controlado.
	Clareza da definição e precisão de domínios		X	Não há portabilidade entre plataformas. Em dispositivos móveis (celulares e tablets) o portal apresenta a mesma interface do ambiente <i>web</i> , dificultando a utilização em telas menores.
	Representação concisa e consistente	X		Há padronização na representação dos tipos de documentos exibidos.
Aspectos de compartilhamento	Arquitetura de participação		X	O Portal não promove nenhuma espécie de interação com o interagente além das consultas padronizadas.
	Produtor e consumidor		X	Não há possibilidade de o interagente contribuir no co-desenvolvimento de ações e informações no Portal.
	Folksonomia (<i>Tagging</i>)		X	Não há mecanismo de busca nem atribuição de etiquetas (indexação colaborativa) feita pelos interagentes.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Tomaél *et al* (2008).

Diante do exposto, verifica-se que o Portal da Transparência do Governo Federal obteve uma satisfatória adequação aos indicadores Aspectos Intrínsecos, Credibilidade e Contextuais.

No entanto, no que diz respeito aos indicadores de Arquitetura da Informação, Representação e Aspectos de Compartilhamento, os resultados da avaliação foram insatisfatórios. A avaliação demonstra, ainda, que o Portal da Transparência carece de elementos que permitam uma maior compreensão e uma melhor usabilidade e diálogo com os interagentes.

As buscas são realizadas por meio de filtros (Figura 12) que são marcados pelo interagente em caixas de opções ou caixas de listagens. Não há possibilidade de salvar tais filtros para uso futuro nem opção de retorno para corrigir os filtros em caso de erro.

Figura 12 – Construção de filtros para consultas no Portal da Transparência.

Despesas - Pagamento
Atualização mensal

Use a pesquisa para acompanhar os recursos públicos transferidos pela União ao exterior, a estados e municípios brasileiros, ao Distrito Federal, a instituições privadas e aos cidadãos, bem como para conferir os gastos diretos do Poder Executivo Federal. A atualização dos dados é mensal.

Transferências de Recursos ⓘ
Exercício (Selecione) ▾

- por Estado/Município
- por Programa
- por Ação
- por Favorecido
(Selecione) ▾

consultar

Gastos Diretos do Governo ⓘ
Exercício (Selecione) ▾

- por Tipo de Despesa
- por Órgão Executor
- por Programa
- por Ação
- por Favorecido
(Selecione) ▾

consultar

Consultas Temáticas
Transferências de recursos ou gastos diretos do governo por temas:

- Bolsa Família
- Diárias Pagas
- Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF
(Selecione) ▾
- Transparência nos Estados e Municípios

Exercício (Selecione) ▾
[Outras consultas temáticas](#) consultar

Consultas por Função Orçamentária ⓘ
Área de ação e finalidade da execução de despesa do Governo Federal, por meio da soma dos gastos diretos e transferências de recursos:

- por Função (Área)
- por Subfunção (Finalidade)

Exercício (Selecione) ▾
consultar

Fonte: Portal da Transparência. (BRASIL, 2017d).

Com relação à interoperabilidade, o Portal da Transparência apresenta a mesma interface com o interagente para qualquer dispositivo, seja a tela de um computador, *notebook*, *tablet* ou telefone celular. Considerando que a interface foi desenhada para uso em telas de computadores, tal característica dificulta o uso em dispositivos menores, em especial celulares. A Figura 13 ilustra a apresentação do Portal da Transparência em um aparelho celular.

Figura 13 – Tela inicial do Portal da Transparência vista em um telefone celular.



Fonte: Portal da Transparência. (BRASIL, 2017d).

Outro aspecto a ser melhorado diz respeito à quase inexistência de possibilidade de compartilhamento de informações entre os interagentes. As consultas retornam dados pré-formatados não permitindo que o interagente as adapte às suas reais necessidades. Os resultados das pesquisas não podem ser compartilhados, por exemplo, em redes sociais ou exportados para arquivos em formatos abertos como arquivos de texto.

No que diz respeito à acessibilidade, o Portal da Transparência não atende aos critérios previstos no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Este Decreto estabeleceu, em seu

Artigo 47, um prazo máximo de dois anos para que fosse implementada “[...] a acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos da administração pública na rede mundial de computadores (internet), para o uso das pessoas portadoras de deficiência visual [...]” (BRASIL, 2004, sem paginação). Este dispositivo visa a garantir o pleno acesso às informações disponíveis na Internet e foi ratificado pela Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015c).

Ainda no tocante à acessibilidade, o Portal da Transparência atende parcialmente ¹³às orientações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico do Governo Brasileiro (eMAG). Trata-se de um guia elaborado pelo Departamento de Governo Eletrônico, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com base no documento internacional *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG) que foi desenvolvido pelo *World Wide Web Consortium* (W3C), principal entidade de padronização da rede mundial de computadores, com o objetivo tornar o conteúdo da Internet acessível para pessoas com deficiências.

De acordo com o eMAG (BRASIL, 2014), interagentes com deficiências vivenciam quatro possíveis situações quando usam computadores:

- **Acesso ao computador sem mouse:** no caso de pessoas com deficiência visual, dificuldade de controle dos movimentos, paralisia ou amputação de um membro superior;
- **Acesso ao computador sem teclado:** no caso de pessoas com amputações, grandes limitações de movimentos ou falta de força nos membros superiores;
- **Acesso ao computador sem monitor:** no caso de pessoas com cegueira;
- **Acesso ao computador sem áudio:** no caso de pessoas com deficiência auditiva. (BRASIL, 2014, p. 7-8)

Atualmente, as tecnologias assistivas permitem que a maioria das pessoas com algum tipo de deficiência utilizem computadores, no entanto, apenas essas tecnologias não são suficientes para assegurar o acesso à informação em uma página da *Web*. É preciso que a página

¹³ O Governo Federal brasileiro disponibiliza uma ferramenta de avaliação de acessibilidade de sítios na Internet. Trata-se do Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios (ASES), desenvolvido em parceria entre o Departamento de Governo Eletrônico (DGE) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). O ASES está disponível em <<http://asesweb.governoeletronico.gov.br/ases/>>.

Na página do ASES na Internet, o interagente pode inserir o endereço eletrônico de um sítio na Internet e a ferramenta realiza a avaliação automática da acessibilidade e informa um percentual de adequação aos critérios estabelecidos no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico do Governo Brasileiro (eMAG). Naturalmente, por se tratar de uma avaliação baseada em um *script* de computador, a avaliação não considera aspectos do eMAG que demandem uma avaliação humana.

De acordo com a avaliação do ASES, o Portal da Transparência do Governo Federal obteve um percentual de adequação de 86,84%. O Portal da Transparência do Governo do Estado de Santa Catarina, por sua vez, obteve um percentual de 65,27%, enquanto ao Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Florianópolis foi atribuído o percentual de 62,66%.

tenha sido desenvolvida com base em padrões *Web* (*Web Standards*) e recomendações de acessibilidade como as propostas pelo eMAG (BRASIL, 2014).

A análise com base nos critérios propostos por Tomaél *et al* (2008) indica a existência de problemas de usabilidade decorrentes da interface pouco intuitiva e ausência de elementos, tais como botões de retorno à tela anterior, que dificultam a navegação.

Tais constatações são reforçadas pelo resultado da análise com base nas dez heurísticas propostas por Nielsen (1995). De acordo com esses critérios, é possível avaliar a usabilidade do Portal da Transparência do Governo Federal, conforme Quadro 11:

Quadro 11 – Avaliação da usabilidade do Portal da Transparência do Governo Federal

Heurística	Atende	Não Atende	Observações
Visibilidade do status do sistema		X	Há indicação ao interagente de onde ele se encontra. Não há botão para retornar ao menu principal ou à página anterior.
Relação entre o sistema e o mundo real	X		O portal utiliza conceitos e termos familiares aos interagentes que possuem algum conhecimento de gestão ou contabilidade pública.
Controle e liberdade do interagente		X	As consultas são pré-definidas e seguem um fluxo sobre o qual o interagente não detém controle.
Consistência e padronização		X	O portal carece de padronização nas consultas que, ora são feitas por meio de botões e caixas de seleções, ora por meio de links para páginas pré-definidas.
Prevenção de erros	X		Há previsões específicas para situações de possíveis erros.
É mais fácil reconhecer do que ter que lembrar		X	A pouca padronização na interface dificulta a memorização dos “caminhos” que o interagente precisa seguir para chegar à informação que busca.
Flexibilidade e eficiência no uso		X	As consultas obedecem a uma lógica linear inflexível, não permitindo customizações.
Projeto estético e minimalista		X	Interface possui informações em demasia tais como menus nas duas laterais com grande quantidade de opções. O portal não possui uma versão compatível com dispositivos móveis (celulares ou tablets) sendo de difícil utilização em dispositivos com telas pequenas.
Ajudar o interagente a reconhecer, diagnosticar e corrigir erros	X		As mensagens de erro dão informações claras sobre o que o interagente deve fazer.
Ajuda e documentação	X		O portal possui uma boa quantidade de documentação, tais como perguntas frequentes, glossário, manual de navegação.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Nielsen (1995).

A avaliação do Portal da Transparência com base nas heurísticas propostas por Nielsen (1995) demonstra deficiências no atendimento de 60% dos critérios. Esse resultado confirma que se trata de uma fonte de informações que possui problemas de usabilidade que dificultam sua utilização.

Como recursos de ajuda ao interagente, o Portal da Transparência disponibiliza um índice de perguntas frequentes relacionadas a cada aba de consulta. Há perguntas e respostas relativas às despesas, receitas, convênios, empresas sancionadas ou punidas, servidores, imóveis funcionais, além de questões relacionadas ao controle social das despesas públicas e canais para se fazer reclamações, denúncias, sugestões ou elogios.

Para algumas perguntas, a seção de perguntas frequentes apresenta *hiperlinks* para arquivos .PDF contendo breves tutoriais que demonstram como fazer determinadas consultas. A Figura 14 exemplifica um desses tutoriais que ensina como usar os filtros de consulta avançada para consultar os pagamentos de despesas diárias do Governo Federal.

Figura 14 – Exemplo de página de tutorial disponibilizado na seção de perguntas frequentes.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

8.2 Consulta Avançada

Após clicar em 'Consulta Avançada' (FIGURA LXXIV) aparecerão os filtros oferecidos nessa modalidade de pesquisa:

- 1) Por fase da despesa (empenho, liquidação e pagamento).
- 2) Por período.
- 3) Por Órgão Superior, Órgão ou Entidade Vinculada e Unidade Gestora.
- 4) Por Elemento de Despesa.
- 5) Por Favorecido.

Dados, em formato de extrato tabulado, do dia anterior ao registro dos documentos, com a apresentação de todas as despesas que se encontram na fase "empenho" são apresentados.

Presidência da República
Controladoria-Geral da União - CGU

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
do Governo Federal

Detalhamento Diário das Despesas

Período de pesquisa: ACESSAR RESULTADOS CONHEÇA O DIA EM QUE A DESPESA FOI EMITIDA: EMPENHO, LIQUIDADA E PAGAMENTO. SAIBA MAIS

Consulta Avançada

Período: 10/06/2010 a 10/06/2010 Formato: dt/mm/aaaa

Fase da Despesa: Empenho Liquidação Pagamento

Órgão Superior: Todos (período de 1 dia ou favorecido específico)

Órgão / Entidade Vinculada: (Escolha o Órgão Superior)

Unidade Gestora: (Escolha o Órgão / Entidade Vinculada)

Elemento de Despesa: Todos

Favorecido: Fornecedor (CNPJ, CPF, UG, Gestor) ou outros (sem pontuação)

Consultar Limpar campos

Extrato das despesas do dia 10/06/2010:

Página 1 de 800 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800

Data	Fase	Documento	Espécie	Órgão Superior	Órgão / Entidade Vinculada	Unidade Gestora	Elemento de Despesa	Favorecido
10/06/2010	Empenho	180905001950	Original	MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	INSTITUTO NACIONAL DO SIGILO SOCIAL	CÓDIGO GERAL DE LICITAÇÃO E CONTRATOS	Outros Serviços de Terceiros	GRUP FUNDACAO DE SEGUR. SOCIAL

FIGURA LXXVII – Detalhamento Diário das Despesas – Consulta Avançada.

Nessa tela, as despesas são listadas por valor, do maior para o menor, com os seguintes campos de informações complementares: data de emissão do documento, fase da despesa e número do documento gerado no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal), bem como sua espécie (documento original, de cancelamento, de anulação ou de reforço).

Fonte: Portal da Transparência. (BRASIL, 2017d).

A versão do Manual Prático de Utilização do Portal da Transparência disponível na página do Portal é de janeiro de 2010. O Manual não apresenta conteúdo relacionado a algumas seções do Portal da Transparência criadas em anos posteriores como, por exemplo, consulta ao cadastro de empresas sancionadas, ao cadastro nacional de empresas punidas com base na lei anticorrupção, ao cadastro de entidades privadas sem fins lucrativos impedidas de contratar com a Administração Pública Federal, aos dados dos imóveis funcionais de propriedade da União etc.

As **Consultas Temáticas e Consultas por Função Orçamentária**, opções incluídas após a publicação do Manual, também não possuem documentação além das informações na própria tela inicial da consulta. Trata-se de consultas para as quais se espera que o interagente tenha um mínimo de entendimento sobre como funciona o sistema orçamentário brasileiro.

Apesar de contar com um glossário de termos técnicos¹⁴, o Portal da Transparência não tem por objetivo servir de fonte de consulta sobre os temas relacionados à contabilidade e finanças públicas. Então, em algumas situações, os interagentes deverão ter capacidade de buscar informações em outras fontes na Internet, tais como, os sítios da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal. Tal situação reforça a necessidade de competência em informação.

Apesar das deficiências mencionadas, é importante ressaltar que, no tocante a confiabilidade das informações disponíveis, o Portal da Transparência pode ser considerado como uma fonte digital satisfatória, pois contém dados atualizados diariamente por instituição vinculada diretamente ao Poder Executivo Federal por meio de acesso aos sistemas corporativos. Assim, mesmo com problemas de usabilidade apontados na avaliação com base nos critérios propostos por Nielsen (1995), é possível afirmar que o Portal da Transparência, como fonte digital, atende aos requisitos de qualidade e confiabilidade.

Baseado nos resultados das avaliações efetuadas no Portal da Transparência, é possível relacionar um conjunto de habilidades e conhecimentos que são necessários ao seu uso:

- a) habilidade no manuseio de computadores ou dispositivos móveis com vistas a possibilitar o acesso ao Portal;
- b) habilidade no uso de *softwares* de navegação na Internet, ambiente onde os dados do Portal são disponibilizados;
- c) conhecimentos elementares de matemática e, desejavelmente, estatística básica possibilitando a análise quantitativa e comparações dos dados;
- d) conhecimentos acerca do sistema orçamentário brasileiro que permita entender como se dá a execução das despesas públicas e dos estágios pelos quais estas se processam;
- e) conhecimentos básicos sobre as possíveis formas de transferências de recursos públicos federais para estados, município e entidades privadas;
- f) noções sobre o funcionamento dos principais programas de governo, tais como, objetivos, públicos-alvo e regras de funcionamento;

¹⁴ O glossário pode ser acessado por meio do link: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/glossario/>.

É importante destacar que os conhecimentos e habilidades acima relacionados são apenas parte do que se entende por competência em informação, pois ainda há que se considerar os aspectos atitudinais. Todavia, tais aspectos independem das características do Portal da Transparência avaliadas neste estudo, pois são inerentes ao interagente.

Os aspectos atitudinais dizem respeito ao interesse pessoal do interagente nos possíveis usos para as informações ali disponíveis. Tem a ver com a aplicação das informações em situações da vida cotidiana do interagente. Trata-se, sobretudo, do grau de desenvolvimento da dimensão política da CoInfo como fator determinante da participação ativa da pessoa na sociedade em que vive e do exercício da cidadania (VITORINO; PIANTOLA, 2011).

Consoante exposto na subseção 2.2.5 que abordou a importância das representações sociais no desenvolvimento da CoInfo, as atitudes e comportamentos dizem respeito à parte da competência que é construída socialmente com base na vivência cotidiana do interagente.

4.2 AVALIAÇÃO DA COINFO DE UMA TURMA DE ALUNOS DA QUINTA FASE DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA DA UDESC

Esta subseção apresenta os resultados da busca por indícios de competência em informação junto a uma turma de alunos da quinta fase do curso de Biblioteconomia da UDESC. A coleta de dados foi feita conforme descrito na subseção 3.2.3, em 19 de maio de 2017, quando se realizou uma oficina com vinte alunos daquela turma.

A primeira parte da oficina consistiu de uma apresentação do Portal da Transparência e de noções básicas sobre o sistema orçamentário brasileiro, formas de transferências de recursos do Governo Federal para estados e municípios, e noções de funcionamento de alguns programas de governo. Essas informações foram apresentadas com objetivo de dar condições mínimas para que os alunos entendessem o problema a ser solucionado na segunda parte.

O segundo momento da oficina resultou no preenchimento de vinte formulários contendo as respostas dos alunos para um problema que envolvia a busca por informações no Portal da Transparência. Os alunos deveriam produzir um relatório identificando as cinco maiores fontes de receitas provenientes do Governo Federal para a execução de políticas públicas, no ano de 2016, destinadas aos municípios catarinenses de Abelardo Luz e Orleans.

A solução para o problema apresentado poderia ser entregue em uma tabela proposta como modelo, ou de outra forma a critério do aluno. Em seguida, os alunos deveriam fazer comparações baseadas nos resultados das suas pesquisas. A Tabela 1 apresenta, à guisa de

exemplo, uma possível forma de apresentação dos resultados esperados para a pesquisa realizada pelos alunos:

Tabela 1 – Resultados esperados do problema proposto aos alunos

ABELARDO LUZ			ORLEANS		
Pop. 17,1 mil			Pop. 21,4 mil		
Ação Governamental	Valor Recebido (R\$)	%	Ação Governamental	Valor Recebido (R\$)	%
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	11.747.173,64	56,63	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	11.747.173,64	62,48
Programa Bolsa Família	3.140.240,00	15,14	Piso de Atenção Básica (PAB) Variável - Programa Saúde da Família (PSF)	2.740.695,00	14,58
Piso de Atenção Básica (PAB) Fixo - Programa Saúde da Família (PSF)	2.431.545,30	11,72	Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC)	1.651.418,86	8,78
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	2.333.512,82	11,25	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	1.525.323,19	8,11
Cota-parte dos Estados e DF do salário-educação	1.091.222,49	5,26	Programa Bolsa Família	1.136.780,00	6,05
Total	20.743.694,25	100,00	Total	18.801.390,69	100,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Portal da Transparência (BRASIL, 2017d).

As análises dos dados coletados por meio da oficina com os alunos consistiram na identificação de elementos que demonstrassem as sete categorias propostas por Bruce (2003) e foram divididas em duas etapas.

A primeira, realizada por meio de auto avaliação, buscou identificar indícios de que os alunos possuem competência relacionadas às duas primeiras categorias da CoInfo definidas por Bruce (2003): as categorias de concepções baseadas nas **tecnologias da informação** e nas **fontes de informação**.

A segunda etapa corresponde às partes II à V do instrumento de coleta de dados e utilizou, para análise dos dados coletados, o método denominado análise de conteúdo proposto por Bardin (2016). Nesta etapa se buscou indícios de competências relacionadas às demais categorias de concepções da CoInfo definidas por Bruce (2003).

4.2.1 Evidências de competências relacionadas às categorias 1 e 2

Para avaliar as competências em informação relativas às concepções baseadas nas tecnologias da informação e nas fontes de informação, solicitou-se que os alunos fizessem uma autoavaliação dos aspectos relacionados à experiência de uso do Portal da Transparência, conforme o Quadro 12:

Quadro 12 – Questões para autoavaliação relacionadas às categorias 1 e 2

Categorias Coinfo	Item	Questão proposta
1 - Tecnologia da Informação	1	Possuo habilidade no uso de ferramentas de tecnologia da informação (computadores, Internet, softwares etc.) para acessar as informações.
	2	Consigo navegar no ambiente do Portal da Transparência.
2 - Fontes de Informação	3	Sou capaz de avaliar a precisão, objetividade, clareza, consistência, alcance e integridade das informações disponíveis.
	4	Sou capaz de avaliar a autoridade/credibilidade bem como a responsabilidade pelas informações disponíveis.
	5	Consigo identificar a origem das informações apresentadas no Portal da Transparência.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bruce (2003).

As questões propostas foram respondidas usando uma escala de pontuação variando de 1 a 5, conforme segue:

- 1- Discordo totalmente;
- 2- Concordo pouco;
- 3- Concordo parcialmente;
- 4- Concordo muito;
- 5- Concordo totalmente.

Dessa forma, foram atribuídos valores numéricos para cada nível de competência percebida pelos alunos. Tal valoração permitiu o uso de técnicas estatísticas descritivas para avaliar o grau de competência em informação nas duas primeiras concepções.

A Tabela 2 sintetiza os resultados obtidos nesta primeira etapa de avaliação da CoInfo:

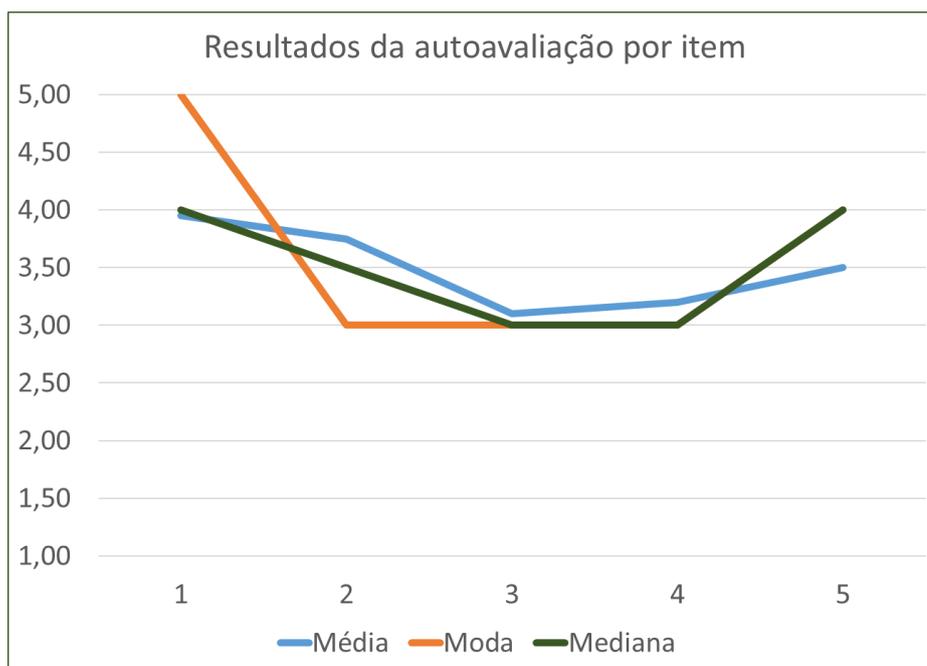
Tabela 2 – Resultados das autoavaliações relacionadas às categorias 1 e 2

Categorias Coinfo	Item	Questão proposta	Média	Moda	Mediana
1 - Tecnologia da Informação	1	Possuo habilidade no uso de ferramentas de tecnologia da informação (computadores, Internet, softwares etc.) para acessar as informações.	3,95	5,00	4,00
	2	Consigo navegar no ambiente do Portal da Transparência.	3,75	3,00	3,50
2 - Fontes de Informação	3	Sou capaz de avaliar a precisão, objetividade, clareza, consistência, alcance e integridade das informações disponíveis.	3,10	3,00	3,00
	4	Sou capaz de avaliar a autoridade/credibilidade bem como a responsabilidade pelas informações disponíveis.	3,20	3,00	3,00
	5	Consigo identificar a origem das informações apresentadas no Portal da Transparência.	3,50	4,00	4,00

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bruce (2003) e nos dados obtidos na pesquisa (2017).

A Figura 15 permite uma comparação visual dos resultados da autoavaliação dos alunos para as cinco questões propostas:

Figura 15 – Gráfico dos resultados das autoavaliações relacionadas às categorias 1 e 2



Fonte: Dados obtidos na pesquisa (2017).

Com base nos dados tabulados acima é possível inferir que a maioria dos alunos possui as habilidades necessárias ao uso de ferramentas de tecnologia da informação (item 1), tais como computadores, Internet, *softwares* etc. Tais habilidades foram efetivamente demonstradas durante a oficina realizada em sala de aula. Não foram relatadas dificuldades no uso dos computadores ou dos *softwares* necessários para acessar o Portal da Transparência e tabular os dados de modo a produzir informações.

A habilidade no uso de *softwares* e computadores pode ser explicada pelo fato de constar na matriz curricular do curso de Biblioteconomia da UDESC disciplinas destinadas ao desenvolvimento da competência digital. De fato, os alunos da quinta fase do curso já tiveram aulas da disciplina de tecnologias de informação e comunicação (TIC), nas três primeiras fases do curso em um total de 108 horas-aula. Dessa forma, verificou-se o impacto desse conhecimento prévio nos resultados da autoavaliação quanto a habilidade no uso de ferramentas de tecnologia da informação para acessar as informações.

Por sua vez, quando se questionou acerca da navegação no ambiente do Portal da Transparência (item 2), tal autonomia não foi sentida plenamente. A maioria concordou apenas parcialmente com o enunciado, ou seja, sentiram alguma dificuldade em navegar pelo Portal da Transparência.

A dificuldade, possivelmente, decorre dos problemas de acessibilidade e usabilidade relatados na subseção 4.1. De fato, o Portal da Transparência apresenta uma interface pouco intuitiva e bastante carregada de informações.

No mesmo sentido, os alunos se sentiram parcialmente capazes de avaliar o Portal da Transparência como fonte de informação. O destaque fica por conta do reconhecimento da origem das informações apresentadas pelo Portal (item 5), que a maioria dos alunos se considerou muito apto a identificar.

A maioria dos alunos também não se sentiu à vontade para avaliar aspectos relacionados a precisão, objetividade, clareza, consistência, alcance e integridade, bem como autoridade/credibilidade e responsabilidade pelas informações disponíveis (itens 3 e 4). De modo geral, os alunos concordaram parcialmente que possuem conhecimentos suficientes para fazerem tais avaliações.

É plausível inferir que a dificuldade em avaliar o Portal da Transparência como fonte de informação decorre do fato de que esta habilidade ainda estava em construção à época em que se realizou a oficina. De fato, a oficina para coleta de dados aconteceu **durante** a disciplina

de **fontes de informação**, quando os conteúdos da sua ementa ainda não haviam sido totalmente apresentados aos alunos.

Estas duas primeiras concepções da CoInfo estão associadas à dimensão técnica proposta por Vitorino e Piantola (2011) e representam um conjunto de habilidades e conhecimentos que são mais evidentes e podem ser desenvolvidos por meio dos modelos de CoInfo. Os conhecimentos e habilidades ligadas à dimensão técnica da CoInfo, no caso em estudo, foram evidenciados junto aos alunos, em boa medida, como resultado do processo de formação acadêmica em andamento. De fato, as disciplinas que compõem a grade curricular do curso são predominantemente técnicas. Cerca de 14% dos créditos do curso são dedicados às disciplinas de cunho geral como, por exemplo, Antropologia Cultural e Sociologia Geral, ministradas nas duas fases iniciais (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2012).

4.2.2 Evidências de competências relacionadas às categorias 3 a 7

A segunda etapa da avaliação dos indícios de competência em informação no uso do Portal da Transparência foi realizada por meio do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

Nesta etapa, buscou-se identificar, nas respostas dos alunos da quinta fase do curso de Biblioteconomia da Udesc, elementos que fornecessem indícios de que possuem competência relacionada às categorias 3 a 7 de Bruce (2003), conforme segue:

Categoria 3 – Concepção baseada na informação como um processo

Categoria 4 – Concepção baseada no controle da informação

Categoria 5 – Concepção baseada na construção do conhecimento

Categoria 6 – Concepção baseada na extensão do conhecimento

Categoria 7 – Concepção baseada na sabedoria

A identificação da competência se deu por meio da análise das respostas dos alunos às seguintes questões subjetivas propostas nas partes II à V do instrumento de coleta de dados:

II - Descreva, resumidamente, a sequência de passos que você seguiu para solucionar o problema proposto;

III - Apresentação da solução do problema proposto;

IV - Como você acha que o conhecimento gerado por você poderia ser utilizado pelas comunidades dos municípios?

V - De que outras maneiras as informações do Portal da Transparência poderiam ser utilizadas?

Cada uma das questões acima foi proposta de modo a provocar, nos alunos, respostas que pudessem evidenciar a competência a elas relacionadas. As questões II e III buscam evidências de competência associada às categorias 3, 4 e 5. Já as questões IV e V, se prestaram a avaliar as categorias 6 e 7.

Na etapa de **pré-análise**, realizou-se uma leitura inicial e digitalização das respostas dos alunos no *software* QDA Miner Lite. Foi possível identificar, de maneira preliminar, que os textos apresentavam enunciados que poderiam ser categorizados de acordo com as concepções da CoInfo definidas por Bruce.

Durante a etapa de **exploração do material**, foram definidas as categorias a serem codificadas. Basicamente, foram consideradas para efeito de codificação, as mesmas categorias de concepções da CoInfo defendidas por Bruce (2003). Algumas categorias foram desmembradas em subcategorias de modo a melhor explicitar as habilidades que as compõem.

As respostas dos alunos às questões do instrumento de coleta de dados foram analisadas de acordo com as categorias e subcategorias propostas. Essa técnica, conhecida por “análise categorial”, segundo Bardin (2016), é a mais antiga dentre as técnicas de análise de conteúdo e a mais utilizada na prática. Segundo a autora, a análise categorial:

[...] funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.

Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou *análise temática*, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos directos (significações manifestas) e simples. (BARDIN, 2016, p. 153)

Análise categorial ou temática, de acordo com Bardin (2016, p. 175), é:

[...] transversal, isto é, recorta o conjunto das entrevistas através de uma grelha de categorias projectada sobre os conteúdos. Não se têm em conta a dinâmica e a organização, mas a frequência dos temas extraídos do conjunto dos discursos, considerados como dados segmentáveis e comparáveis.

Dessa forma, a análise temática, além da identificação qualitativa dos temas em um discurso, permite uma análise quantitativa da frequência com que os temas ou categorias aparecem nas respostas dos alunos.

A Tabela 3 apresenta as categorias e subcategorias adotadas para fins de codificação e um resultado quantitativo baseado nos alunos que demonstraram, em suas respostas, indícios de competências relacionadas às categorias 3 a 7 de concepções da CoInfo.

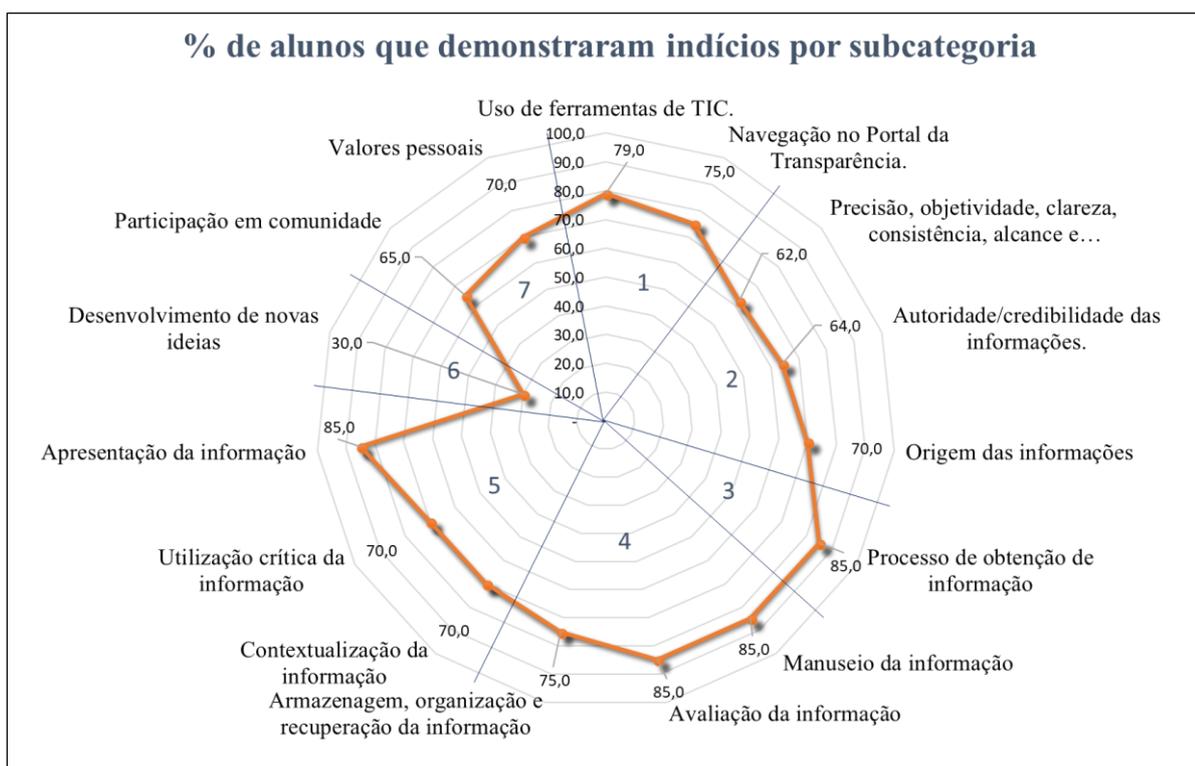
Tabela 3 – Quantidade de alunos que apresentaram indícios das competências relacionados às categorias 3 a 7

Categoria	Subcategoria	Alunos	%
3 - Informação como um processo	Processo de obtenção de informação	17	85,0
4 - Controle da informação	Manuseio da informação	17	85,0
	Avaliação da informação	17	85,0
	Armazenagem, organização e recuperação da informação	16	80,0
5 - Construção do conhecimento	Contextualização da informação	14	70,0
	Utilização crítica da informação	14	70,0
	Apresentação da informação	17	85,0
6 - Extensão do conhecimento	Desenvolvimento de novas ideias	6	30,0
7 - Sabedoria	Participação em comunidade	13	65,0
	Valores pessoais	14	70,0

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Bruce (2003) e nos resultados da pesquisa (2017).

A Figura 16 resume, em forma de gráfico de radar, os resultados dos percentuais de alunos que demonstraram indícios de competência para cada uma das subcategorias avaliadas agrupadas de acordo com as sete concepções da CoInfo propostas por Bruce (2003).

Figura 16 – Percentuais de alunos que demonstraram indícios por categoria/subcategoria da CoInfo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Detectou-se que as subcategorias relacionadas às concepções da CoInfo baseadas nas fontes de informação (Categoria 2), na extensão do conhecimento (Categoria 6) e na sabedoria (Categoria 7) foram menos identificadas no grupo de alunos participantes da pesquisa.

Consideradas as análises referentes à Categoria 2 feitas na subseção 4.2.1, passemos a analisar os indícios de competência em informação identificados na turma de alunos para as demais categorias com base nos dados da Tabela 3.

4.2.2.1 Categoria 3 - Informação como um processo

O processo de obtenção das informações no Portal da Transparência foi descrito pelos alunos com diferentes graus de detalhamento. O Aluno_02 descreveu o processo de forma bastante resumida da seguinte maneira:

Primeiramente, utilizei o Google para fazer esta pesquisa; digitei o endereço eletrônico www.transparencia.gov.br para entrar na página, depois selecionei o ano e também optei por Estado e Município.

Já o Aluno_07 foi o que detalhou melhor o processo de obtenção da informação:

Entrei no *site* Portal da Transparência, onde possui a aba despesas, cliquei em transferências de recursos, onde consultei por Estado/Município, as cidades propostas de Abelardo Luz e Orleans. Ao abrir cada *link* direcionando para as cidades, me deparei com várias ações governamentais e o total de cada despesa por ano. Averigui as cinco despesas primeiras de cada cidade e fiz um comparativo pelo total de habitantes e total de verbas destinadas a cada uma das categorias da saúde e educação de cada cidade.

Considerando que, ao final da atividade, a maioria dos alunos (85%) conseguiu apresentar os resultados de acordo com o modelo proposto, é possível afirmar que os alunos possuem a capacidade de estruturar um processo de obtenção de informação satisfatório, mesmo que não o tenham descrito detalhadamente em função do pouco tempo disponível para a atividade.

Assim, observou-se nos grupos de alunos indícios de que possuem habilidades associadas à concepção da CoInfo como um processo de identificação, recuperação e uso da informação. Esta concepção, a exemplo daquelas que foram objeto de autoavaliação, está relacionada com a dimensão técnica proposta por Vitorino e Piantola (2011).

Ser capaz de estruturar um processo de resolução de um problema informacional é uma das principais características do perfil do egresso do curso de Biblioteconomia. De acordo com os referenciais curriculares nacionais (BRASIL, 2010b), propostos pelo Ministério da Educação, essa capacidade está relacionada com o processo inerente ao próprio ciclo informacional cujo domínio é requerido do bibliotecário.

4.2.2.2 Categoria 4 - Controle da informação

A atividade proposta na oficina requeria que as informações obtidas por meio do Portal da Transparência fossem classificadas de modo a demonstrar as maiores transferências de recursos federais para os municípios de Abelardo Luz e Orleans, no ano de 2016. Os alunos deveriam, após obter os dados no Portal, manuseá-los de modo a facilitar comparações posteriores.

A maioria dos alunos (85%) demonstrou possuir essa habilidade e conseguiram preencher a tabela com as informações solicitadas no instrumento de coleta de dados. Dos 17 alunos que concluíram essa parte da atividade, apenas o Aluno_15 não classificou os dados em ordem decrescente o que reduziu o percentual de alunos que demonstraram habilidade de classificação da informação para 80%.

A concepção da CoInfo como controle da informação, como definida por Bruce (2003), a exemplo das categorias analisadas até aqui, guarda estreita relação com a dimensão técnica proposta por Vitorino e Piantola (2011). De igual sorte, tal concepção encontra previsão nos referenciais curriculares nacionais do Ministério da Educação para o curso de Biblioteconomia (BRASIL, 2010b), haja vista a ênfase dada a temas relacionados à recuperação, organização e apresentação da informação na formação dos futuros profissionais.

Especificamente com relação à turma que participou da pesquisa, verificou-se que a disciplina de Estatística foi ministrada na 2ª fase do curso sendo, portanto, de se esperar que os alunos da quinta fase possuísem as habilidades necessárias para organizar e apresentar dados de modo a possibilitar processos de tomada de decisão. Nesse sentido, os resultados confirmam a presença desta habilidade na maioria dos alunos.

4.2.2.3 Categoria 5 - Construção do conhecimento

A categoria **construção do conhecimento**, foi desdobrada em três subcategorias: contextualização da informação, utilização crítica da informação e apresentação da informação.

A análise das respostas às questões II e III do instrumento de coleta de dados, indicou que 70% dos alunos foram capazes de contextualizar, analisar e utilizar criticamente as informações obtidas a partir dos dados do Portal da Transparência.

O Aluno_12, por exemplo, conseguiu fazer uma análise comparativa bastante interessante da situação dos municípios de Orleans e Abelardo Luz:

Apesar de o município de Orleans ser um pouco maior que o município de Abelardo Luz, ele recebe quase três vezes menos recursos destinados ao bolsa família. Em comparação com a área da saúde, Orleans recebe mais recursos, porém quase metade destinada a educação se comparado a Abelardo Luz. Fazendo uma análise bem superficial, podemos dizer que o município de Abelardo Luz concentra maior quantidade de pessoas em situação de pobreza e investe mais em educação, já Orleans aparentemente precisa investir mais em saúde e apesar de ser um pouco maior, a situação financeira dos habitantes parece melhor.

O Aluno_12 apontou o fato de que, apesar de os dois municípios possuírem tamanhos de populações aproximados, Abelardo Luz recebeu cerca de três vezes o valor dos recursos financeiros destinados ao Município de Orleans, oriundos do Programa Bolsa Família. Contextualizando o uso desta informação, o Aluno_12 concluiu que o primeiro município “concentra maior quantidade de pessoas em situação de pobreza”. Trata-se de uma demonstração de que o aluno possui conhecimento acerca do Programa Bolsa Família e seu público-alvo.

O conhecimento acerca de programas de governo foi um dos requisitos identificados para o uso competente dos dados do Portal da Transparência.

Por fim, o Aluno_12 também infere que os habitantes de Orleans, em geral, possuem melhores condições financeiras. Tal suposição pode ser considerada válida pois, de acordo com os dados da Tabela 01, cerca de 15% do total de recursos recebidos para a execução dos cinco principais programas de governo pelo município de Abelardo Luz foi destinado ao Programa Bolsa Família, enquanto em Orleans esse percentual cai para 6%.

Com vistas a explicar a diferença entre os valores recebidos pelos municípios, o Aluno_04 complementou sua pesquisa buscando o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família de cada município:

Percebe-se que o município de Abelardo Luz recebe um valor maior do que Orleans, esse fato pode ser explica (sic), em Abelardo Luz, consiste uma maior quantidade de famílias participando do Bolsa Família, do que em Orleans. Abelardo Luz (129 famílias) e Orleans (51 famílias).

Pessoas competentes em informação são capazes de examinar e comparar informações de diferentes fontes considerando a confiabilidade dessas fontes (DUDZIAK, 2003). Essa habilidade foi identificada no Aluno_04, que percebeu que o município de Abelardo Luz possui um maior número de famílias em situação de extrema pobreza.

De forma parecida, o Aluno_08 aponta que os habitantes de Abelardo Luz são mais carentes da ajuda do Governo Federal,

[...] em Orleans há mais trabalho e as famílias conseguem suprir suas necessidades por meio deste, contudo gastam mais em saúde, provavelmente pelo fato de plantarem fumo, o que os adoce mais. Em Abelardo Luz a população é menor e são mais dependentes do Governo Federal do que em Orleans, talvez a economia do município não seja boa.

Destaque-se, na análise do Aluno_08, a capacidade de relacionar o dado de aplicação dos recursos da área da Saúde com informações que dispunha previamente acerca da produção de fumo no município de Orleans. O discente conclui que há possibilidade de o município ter uma maior aplicação de recursos na área da Saúde em decorrência dessa atividade econômica. De fato, Orleans apresenta o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) entre as cinco maiores fontes de recursos federais. Esse valor é destinado a custear despesas com procedimentos médicos de média e alta complexidade, tais como o tratamento de doenças ocupacionais frequentemente associadas ao trabalho na lavoura de tabaco¹⁵.

No que diz respeito a subcategoria **apresentação dos resultados**, mesmo que tenham se limitado a preencher o modelo de tabela proposto, cabe ressaltar que 85% dos alunos se demonstraram capazes apresentar os resultados de suas pesquisas de forma satisfatória.

A concepção de competência em informação como construção do conhecimento tem ênfase na utilização crítica da informação com finalidade de construir uma base pessoal de conhecimentos (BRUCE, 2003). Essa concepção está associada à dimensão estética e, mais fortemente, à dimensão política propostas por Vitorino e Piantola (2011) na medida em que a primeira pressupõe o emprego da intuição e criatividade tanto no uso da informação como de

¹⁵ De acordo com o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA), as famílias brasileiras que cultivam tabaco sofrem de overdose de nicotina causada pelo contato com as folhas de tabaco. A nicotina é absorvida pela pele durante a colheita e causa a “doença da folha verde” cujos sintomas são tremores, dor no corpo, dor de cabeça, náusea e vômitos. O efeito crônico do contato com a nicotina, a longo prazo, pode aumentar os riscos de os agricultores desenvolverem doenças relacionadas ao tabaco como o câncer (INCA, 2015). Pesquisa recente sobre a mortalidade por câncer nos municípios produtores de fumo no estado de Santa Catarina evidenciou que a média de todos os tipos de cânceres estudados é maior nos municípios produtores de tabaco, que a média do estado, do país e do mundo (PEREIRA, 2017).

seu processo de obtenção, enquanto a segunda permite um olhar crítico a partir das implicações sociais e do contexto político em que a informação é utilizada.

A pessoa competente em informação é capaz de “avaliar criticamente a informação segundo critérios de relevância, objetividade, pertinência, lógica, ética, incorporando as informações selecionadas ao seu próprio sistema de valores e conhecimentos” (DUDZIAK, 2003, p. 29). A construção do conhecimento, portanto, é um processo que se dá socialmente enquanto o aluno estabelece relações entre o que aprende e seu acervo pessoal de conhecimentos, sempre considerando a troca de experiências com os demais discentes no ambiente de sua comunidade acadêmica.

Com base nas respostas dos alunos, foi possível evidenciar esse pensamento crítico na apresentação dos resultados. No tocante à dimensão política, 70% dos alunos demonstraram boa contextualização da informação, fazendo relações com conhecimentos prévios e identificando aspectos econômicos e sociais referentes à alocação dos recursos aos programas de governo. Os indícios de desenvolvimento da dimensão política da competência em informação nesses alunos foram identificados por meio das observações acerca das possíveis diferenças de renda entre os habitantes dos dois municípios, das consequências da disponibilidade maior ou menor de recursos para a área de saúde ou educação e dos impactos de uma atividade econômica nos valores a serem gastos com a saúde dos trabalhadores.

4.2.2.4 Categoria 6 - Extensão do conhecimento

A concepção de competência em informação como extensão do conhecimento mantém a ênfase na utilização crítica da informação, mas, desta vez, com o objetivo de ampliar o conhecimento por meio do uso da intuição e criatividade (BRUCE, 2003). Essa categoria é a que guarda relação mais direta com a dimensão estética defendida por Vitorino e Piantola (2011). O conhecimento é estendido a partir da experiência pessoal, que possibilita novos pontos de vista desenvolvidos por meio da intuição e criatividade.

Diferentemente da categoria anterior, em que a dimensão política da CoInfo foi identificada em boa parte dos alunos, no tocante à dimensão estética, verificou-se que os alunos sentiram dificuldade em vislumbrar novos cenários de uso dos dados do Portal da Transparência além daquele já apontado no exercício proposto.

Questionados sobre outras possibilidades de uso do conhecimento gerado com base nos dados do Portal da Transparência pelas comunidades dos municípios, apenas seis alunos (30%) apresentaram alguma proposta.

O Aluno_02 propôs que os dados do Portal fossem associados a informações de bases de dados, Google Acadêmico ou sites especializados. O Aluno_04 e o Aluno_07 sugerem que os dados podem ser usados em pesquisas, para levantamentos de dados dos gastos com educação e saúde, elaboração de estudos em cursos de graduação, palestras e discussões com a sociedade.

Os alunos 08, 11 e 18 acreditam que os dados podem ser utilizados para tecer comparações entre os municípios com vistas a verificar quais municípios estão aplicando corretamente os recursos recebidos e proporcionando melhores condições de vida para sua população.

Importa destacar que o desempenho relatado não significa ausência de criatividade por parte dos alunos ou que esses não saibam usar a intuição. Conforme dito, a extensão do conhecimento acontece a partir das experiências pessoais e vivência em sociedade, assim, é plausível que a dificuldade decorra da pouca experiência prática relacionada ao controle de despesas públicas e exercício da cidadania.

4.2.2.5 Categoria 7 - Sabedoria

No que diz respeito à concepção da CoInfo como sabedoria, procurou-se identificar nas respostas dos alunos, indícios do uso sábio da informação em benefício dos outros. Tal abordagem implica a adoção de valores pessoais e juízos éticos em relação ao uso da informação. Assim, foram consideradas duas subcategorias: **participação em sociedade e valores pessoais**.

Na subcategoria **participação em sociedade**, foram registradas as manifestações de preocupação com o uso da informação em benefício das populações residentes nos municípios que receberam recursos públicos.

As palavras **comunidade, moradores, habitantes, população** ou **cidadãos** foram empregadas por 65% dos alunos para se referirem às pessoas que vivem nos municípios. O Aluno_08, por exemplo, registrou que “por meio dos dados levantados os habitantes poderiam fazer cobranças mais efetivas dos que compõem a prefeitura, garantindo que a verba seja utilizada de forma adequada atendendo as necessidades dos habitantes”. Em sua manifestação, o aluno demonstra preocupação com o uso da informação como fator de mobilização da

comunidade no sentido de cobrar das autoridades municipais o atendimento das necessidades das pessoas.

O mesmo entendimento foi registrado pelo Aluno_07, que considerou a importância de disseminar “informações que podem levar a reivindicações dos direitos de cidadãos, com intuito de melhorias no setor público”. Tal afirmação pode ser interpretada como um indicio de competência em informação. O Aluno_07 reconhece que a informação deve ser utilizada como instrumento para ação transformadora da realidade.

Os **valores pessoais** foram relacionados às manifestações de 70% dos alunos acerca de condutas que entendem eticamente justificáveis. Dentre as condutas relacionadas pelos alunos merecem destaque as seguintes:

- a) Compartilhar os conhecimentos sobre a aplicação dos recursos públicos;
- b) Questionar e cobrar dos gestores uma correta aplicação dos recursos pelos municípios;
- c) Reivindicar direitos;
- d) Verificar/Fiscalizar o uso dos recursos recebidos pelo município.

Diante do exposto, os alunos demonstram percepção da importância da disseminação e uso do conhecimento pela comunidade. Há manifestações de reconhecimento do papel do controle social dos gastos públicos e de como a sua prática pode garantir direitos e trazer melhorias para a comunidade.

A atitude questionadora faz parte de um conjunto de valores pessoais identificado em boa parte dos alunos da turma. Expressões como “cobrar cada centavo” (ALUNO_06), “fazer cobranças mais efetivas” (ALUNO_08), “averiguar a veracidade das informações” (ALUNO_14), dão indícios de que se trata de um valor que é compartilhado pela turma e revela alguma disposição para a prática do controle social dos gastos públicos.

Apesar de se revelar menos desenvolvida que as categorias associadas à dimensão técnica, a concepção da CoInfo como sabedoria pode ser identificada em um percentual significativo da turma (70%). É possível inferir que, mesmo sem grandes experiências de participação em atividades de controle social, os alunos compartilham representações sociais comuns acerca do uso das informações do Portal da Transparência com tal finalidade. Trata-se “de uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET, 2001, p. 22). Dessa forma, apesar de não fazer parte do escopo desta pesquisa, constatou-se que algumas atitudes dos alunos podem ser explicadas por meio das suas representações sociais.

4.2.3 As quatro dimensões da competência em informação

Considerando a correlação entre as dimensões da competência em informação segundo Vitorino e Piantola (2011) e as categorias de concepções propostas por Bruce (2003), discutida na subseção 2.2.4, foi possível associar as subcategorias avaliadas com as quatro dimensões da CoInfo.

Os resultados das nove subcategorias relacionadas às categorias 1 a 4 de Bruce (2003) correspondem à **dimensão técnica** proposta por Vitorino e Piantola (2011). De fato, essas subcategorias dizem respeito à conhecimentos e habilidades que podem ser consideradas dentro dessa dimensão.

As subcategorias **desenvolvimento de novas ideias** e **apresentação da informação** foram consideradas como parte da **dimensão estética** da CoInfo por representarem habilidades que demandam o uso da criatividade e liberdade para experimentar diferentes formas de comunicar o conhecimento.

Na **dimensão política**, por sua vez, foram relacionadas as capacidades de **contextualização** e **uso crítico** da informação, bem como a **participação em comunidade**. Trata-se de habilidades desenvolvidas socialmente que permitem aos alunos o exercício livre da cidadania por meio da habilidade de enxergar uma informação dentro do contexto em que ela é produzida, utilizando-a de forma crítica com vistas a modificação da realidade em que vive.

A **dimensão ética** foi relacionada com a subcategoria **valores pessoais** por se tratar de aspectos que modelam as atitudes dos alunos baseadas naquilo que eles consideram eticamente aceitável.

A Tabela 4 apresenta os resultados, em termos percentuais, dos alunos que demonstraram indícios de conhecimentos e habilidades (subcategorias) relacionadas às quatro dimensões da CoInfo.

Tabela 4 – Percentuais de alunos que apresentaram indícios dos conhecimentos e habilidades relacionados às quatro dimensões da CoInfo

DIMENSÕES (VITORINO; PIANTOLA, 2011)	CATEGORIAS (BRUCE, 2003)	SUBCATEGORIAS AVALIADAS	%
Técnica	1 - Tecnologia da Informação	Uso de ferramentas de TIC.	79,0

DIMENSÕES (VITORINO; PIANTOLA, 2011)	CATEGORIAS (BRUCE, 2003)	SUBCATEGORIAS AVALIADAS	%	
		Navegação no Portal da Transparência.	75,0	
	2 - Fontes de Informação	Precisão, objetividade, clareza, consistência, alcance e integridade das informações.	62,0	
		Autoridade/credibilidade das informações.	64,0	
		Origem das informações	70,0	
	3 - Informação como um processo	Processo de obtenção de informação	85,0	
	4 - Controle da informação	Manuseio da informação	85,0	
		Avaliação da informação	85,0	
		Armazenagem, organização e recuperação da informação	75,0	
	Estética	6 - Extensão do conhecimento	Desenvolvimento de novas ideias	30,0
		5 - Construção do conhecimento	Apresentação da informação	85,0
Contextualização da informação	70,0			
Utilização crítica da informação	70,0			
Política	7 - Sabedoria	Participação em comunidade	65,0	
		Valores pessoais	70,0	
Ética				

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da pesquisa, com base em Vitorino e Piantola (2011) e Bruce (2003).

A análise da Tabela 4 indica que a **dimensão técnica** foi a que apresentou os melhores resultados se comparados às demais dimensões. Nesta dimensão, apenas as habilidades relacionadas à avaliação de fontes de informação, correspondente à segunda categoria de Bruce, apresentaram percentuais iguais ou menores a 70%.

Conforme exposto na subseção 4.2.1, esta dificuldade pode se justificar pelo fato de os alunos ainda estarem construindo seus conhecimentos acerca desse tema, uma vez que a oficina foi realizada durante a fase em que esses cursavam a disciplina de fontes de informação. Além disso, os problemas de usabilidade diagnosticados no Portal da Transparência contribuíram para que fossem sentidas dificuldades relacionadas à avaliação da qualidade e autoridade das informações do Portal.

No tocante às demais dimensões (estética, política e ética) os resultados ficaram entre 30 e 70%. O baixo percentual de alunos que demonstraram capacidade de desenvolvimento de novas ideias para utilização do Portal da Transparência (30%), habilidade entendida como

pertencente à **dimensão estética**, pode ser atribuído a uma forma de pensar que prioriza aplicações voltadas para o meio acadêmico, conforme relatado na subseção 4.2.2.4.

Na **dimensão política**, verificou-se que os alunos demonstraram uma boa contextualização e uso crítico das informações obtidas a partir dos dados do Portal da Transparência, sendo capazes de vincular essas informações com seus conhecimentos prévios acerca dos municípios objetos de análise durante a oficina.

O resultado da subcategoria **participação em comunidade** indica que 65% dos alunos reconhecem a importância das informações do Portal da Transparência como instrumento de acompanhamento e cobrança por parte da comunidade. Esses alunos demonstraram algum entendimento de como deve ser a atuação dos cidadãos, individualmente ou em grupos, com vistas a cobrar dos gestores a correta aplicação dos recursos destinados aos municípios.

Com relação à **dimensão ética**, cabe destacar que 70% dos alunos fizeram menção a atitudes tais como, cobrar e fiscalizar a aplicação dos recursos, exigir prestação de contas, questionar eventuais desvios e reivindicar direitos. Percebe-se, com base nas respostas dos alunos, o repúdio à má aplicação de recursos pelos gestores públicos e ao desvio por meio da corrupção.

Cabe aqui uma comparação entre os resultados desta pesquisa e algumas conclusões da pesquisa de Lucca (2015) conduzida junto ao um grupo de idosos da Grande Florianópolis. Trata-se de um grupo social que, segundo a avaliação da pesquisadora, possui “a dimensão política aflorada” (LUCCA, 2015, p. 189). A autora considera que “a tecnologia auxilia no desenvolvimento da Competência Informacional, mas não é fator-chave” (LUCCA, 2015, p. 49) e registra que, para os idosos, o desenvolvimento da competência em informação é facilitado pelo convívio social. Os idosos que participaram da pesquisa de Lucca (2015) atuam na comunidade de alguma forma e acreditam que a sua contribuição à sociedade dá sentido à vida.

Assim, é possível inferir que o conhecimento e a experiência de vida em comunidade acumulados pelos idosos são fatores que os diferenciam dos alunos da graduação em Biblioteconomia do ponto de vista da dimensão política da CoInfo. Apesar de possuírem maior acervo de conhecimentos técnicos, os alunos possuem uma lacuna que ainda está sendo preenchida no tocante às atitudes e comportamentos.

4.3 PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Ao longo do ano de 2017, o Portal da Transparência do Governo Federal passou por uma reformulação. Para tanto, foi designada uma equipe de servidores da CGU para atuar no projeto de reestruturação do Portal.

Esta pesquisa teve, como um dos seus objetivos específicos, a coleta de subsídios para propor melhorias relativas à usabilidade do Portal da Transparência. As propostas foram submetidas à CGU, sendo encaminhadas ao coordenador projeto de reformulação do Portal da Transparência.

Em dezembro de 2017, após participação nos testes de usabilidade da nova versão do Portal, foram apresentadas as sugestões de melhorias com base nos critérios propostos por Tomaél *et al* (2008) e nas dez heurísticas defendidas por Nielsen (1995). O Quadro 13 relaciona as propostas, classificadas de acordo com Tomaél *et al* (2008):

Quadro 13 – Sugestões de melhorias com base na avaliação do Portal de Transparência do Governo Federal como fonte de informação na Internet

Parâmetros	Crítérios	Sugestões
Arquitetura da informação	Mídias	O portal deveria ser acessível nas diversas plataformas, em especial <i>tablets</i> e <i>smartphones</i> .
	Acessibilidade	O portal deve atender ao modelo de identidade digital padrão do governo federal. Devem ser inseridos os recursos de acessibilidade previstos no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015) e às orientações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico do Governo Brasileiro (eMAG). É importante que seja disponibilizado opção de acessibilidade em Libras para portadores de deficiência auditiva.
	Usabilidade	A interface poderia ser mais enxuta, evitando-se a profusão de abas, filtros e banners que direcionam para consultas pré-definidas.
	Organização	Reduzir o número de categorias de consultas para duas: receitas e despesas. Convênios, dados sobre salários de servidores, pagamentos de benefícios sociais podem ser incluídos como subtópicos da categoria Despesas. Essa alteração simplificaria a tela inicial do Portal.
	Navegação	A padronização dos símbolos usados para navegação no Portal, em obediência aos padrões estabelecidos pela Diretoria de Governo Eletrônico evitaria que os interagentes precisassem apreender significados diferentes daqueles já usuais nas páginas do Governo Federal.
	Rotulagem	O uso de ícones e imagens padronizadas poderia ser melhor explorado, reduzindo o volume de informação textual do Portal.
	Busca	Incluir um mecanismo de buscas por palavras-chave ou busca textual.

Parâmetros	Critérios	Sugestões
	Segurança	Não se aplica, uma vez que as informações são públicas e não há necessidade de autorizações para acesso ou restrições de acesso.
	Interoperabilidade	Padronizar as interfaces de consultas para receitas e despesas evitando que informações similares necessitem de procedimentos de buscas diferentes.
Aspectos Intrínsecos	Precisão	Não se aplica, uma vez que as informações são obtidas automaticamente e não estão sujeitas à manipulação prévia.
	Facilidade de compreensão	Ao se deparar com um termo técnico, o interagente deveria poder clicar sobre o termo caso desejasse ser direcionado ao glossário. As definições, no glossário, devem ser claras e concisas usando linguagem cidadã.
	Objetividade	Não se aplica. Os dados são coletados de maneira imparcial, de forma automática e sem intervenção humana.
	Consistência e relevância	Não se aplica. As informações são coerentes com os objetivos do Portal e atendem ao requisito de utilidade.
	Atualização	A interface poderia apresentar a data e hora de atualização das bases de dados utilizadas pelo Portal.
	Integridade	Não se aplica. As informações são completas e suficientes para resolver os problemas a que se propõem, a saber, identificar a aplicação dos recursos públicos federais.
	Alcance	Não se aplica. As informações são abrangentes e detalhadas.
Credibilidade	Autoridade e Confiabilidade	Ao final de cada resultado de consulta poderia ser informado o órgão do Governo Federal responsável pelos dados apresentado.
	Responsabilidade	O Portal identifica a CGU como responsável pela coleta dos dados ali publicados. Seria útil informar, ao final do resultado de uma consulta, o órgão de onde se originaram os dados exibidos.
Contextuais	Conveniência	Não se aplica. As informações estão prontamente disponíveis e atualizadas diariamente.
	Estabilidade	Não se aplica. O sistema apresenta disponibilidade sem interrupções.
	Adequação	Os dados são suficientes para atender as necessidades informacionais previstas. A linguagem utilizada poderia ser adaptada para permitir o entendimento por parte dos interagentes que não possuem conhecimentos técnicos na área de gestão ou contabilidade pública.
	Facilidade de Manuseio	Em todas as telas deve haver uma opção clara, como um botão, para retornar a telas anteriores. Deve haver informação ao interagente sobre onde ele se encontra.
Representação	Formato	Os elementos apresentados nas diversas páginas deveriam ser padronizados, evitando que o interagente encontre elementos com comportamentos diferentes.
	Adequação da representação do assunto	Os termos utilizados devem obedecer ao vocabulário controlado do Governo Federal.
	Clareza da definição e precisão de domínios	Deve haver portabilidade entre plataformas. O Portal deve ser legível em dispositivos móveis (celulares e <i>tablets</i>) e ambiente <i>web</i> .
	Representação concisa e consistente	Não se aplica. Os tipos de documentos exibidos seguem a determinação legal.
Aspectos de compartilhamento	Arquitetura de participação	O Portal da Transparência poderia se integrar a outros serviços do Governo Eletrônico, como o e-OUV, para os casos de denúncias e reclamações, ou o e-SIC, para eventuais pedidos de informações adicionais. Os interagentes deveriam ter a possibilidade de compartilhar os resultados de suas consultas com outros interagentes, por meio de <i>e-mail</i> , mensagens, ou publicações em redes sociais.

Parâmetros	Crítérios	Sugestões
	Produtor e consumidor	Propõe-se a inclusão de funcionalidade que permita que o interagente registre comentários ou imagens relacionadas aos resultados de suas buscas. Por exemplo, um interagente poderia inserir imagens de uma obra inacabada para a qual ele viu que houve pagamentos recentes.
	Folksonomia (<i>Tagging</i>)	Sugere-se a criação de funcionalidade que permita ao interagente salvar suas pesquisas, mantendo um histórico que possa ser recuperado a qualquer momento. Poderia haver um mecanismo de busca nem atribuição de etiquetas (indexação colaborativa) feitas pelos interagentes.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Tomaél *et al* (2008).

A nova versão do Portal da Transparência foi lançada em 28 de junho de 2018 e incorporou várias das sugestões acima. Não foram realizadas avaliações do novo Portal, considerando que os resultados da pesquisa foram apurados com base na análise da versão anterior, inclusive a oficina conduzida com os alunos.

Foi possível verificar, também, a implementação de melhorias na nova versão do Portal como, por exemplo, aderência às recomendações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico do Governo Brasileiro (eMAG), padronização das telas de consultas, indicação de onde o interagente se encontra, inclusão de mecanismo de busca textual, melhor uso de imagens e ícones, funcionamento em diferentes dispositivos, tais como, aparelhos celulares, *tablets* e computadores, e *interface* de navegação mais simples. A figura 17 ilustra a tela inicial do novo Portal da Transparência do Governo Federal.

Figura 17 – Tela inicial do novo Portal da Transparência do Governo Federal

BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

Ir para o conteúdo Ir para o menu Ir para a busca Ir para o rodapé

ACESSIBILIDADE ALTO CONTRASTE MAPA DO SITE

Portal da Transparência

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Busque no Portal da Transparência

Todos Busque por órgão, cidade, CNPJ, servidor...

ORÇAMENTO DA DESPESA EM 2018 **R\$ 3,44 TRILHÕES**

TOTAL DE PAGAMENTOS REALIZADOS EM 2018 **R\$ 1,14 TRILHÃO**

CONHEÇA O PANORAMA DO GOVERNO FEDERAL

Áreas de atuação (Funções)

Faça a consulta pelas dez funções de governo com maior volume financeiro

- Encargos especiais
- Previdência social
- Educação
- Saúde
- Trabalho
- Defesa Nacional
- Assistência Social
- Administração
- Agricultura
- Transporte

Localidade

Estado e Município

IR PARA O PAINEL DE LOCALIDADES

Receitas e despesas

- Orçamento anual
- Receitas públicas
- Despesas públicas
- Recursos transferidos
- Gastos com cartão de pagamento

Políticas públicas

- Áreas de atuação (Funções)
- Programas de governo
- Benefícios ao cidadão
- Programas e ações orçamentários
- Emendas parlamentares

Órgãos e Servidores

- Órgãos
- Servidores públicos
- Viagens a serviço
- Imóveis funcionais
- Servidores sancionados

Contratos e convênios

- Licitações
- Contratos
- Convênios e outros acordos
- Sanções

Pessoas físicas e jurídicas

Saiba mais sobre o relacionamento de pessoas físicas e jurídicas com o Governo Federal

- Consulte pessoa física
- Consulte pessoa jurídica

Fonte: Portal da Transparência. (BRASIL, 2018).

4.4 TUTORIAIS PARA BUSCA DE INFORMAÇÕES SOBRE DESPESAS PÚBLICAS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Considerando-se os objetivos desta pesquisa, foi produzida uma série de tutoriais em vídeo contendo informações básicas que possibilitam a um estudante da educação superior realizar consultas relacionadas aos repasses de recursos federais para municípios catarinenses.

O conteúdo dos vídeos foi definido a partir da experiência em sala de aula com os alunos que participaram da pesquisa. Buscou-se, dessa forma, além de documentar o processo de identificação e recuperação das informações necessárias à solução do problema proposto na oficina realizada com os alunos da quinta fase, apresentar os principais conceitos relacionados ao controle social das despesas públicas.

A série de vídeos, composta por episódios com 3 a 6 minutos de duração, apresenta os seguintes assuntos:

- a) Noções sobre a elaboração da Lei Orçamentária Anual;
- b) Diferenças entre controle institucional e controle social da execução orçamentária;
- c) Lei de acesso à informação;
- d) O uso do Portal da Transparência do Governo Federal, demonstrando como obter as seguintes informações:
 - i. volume de recursos destinados para um determinado município pelo Governo Federal;
 - ii. ações de governo em que os recursos deveriam ter sido aplicados.
- e) Tipos de transferências do Governo Federal para estados, municípios e Distrito Federal;
- f) Convênios e contrato de repasse;
- g) Uso do Portal da Transparência do Governo Federal para identificar os convênios e contratos de repasse celebrados com municípios;
- h) Como verificar se os recursos públicos foram aplicados corretamente;
- i) Como denunciar irregularidades.

Os vídeos mencionados enfatizam conhecimentos e habilidades necessárias ao exercício do controle social das despesas públicas (que independem da interface utilizada pelo Portal), uma vez que o Portal da Transparência estava em processo de reformulação durante a realização desta pesquisa.

Assim, os vídeos abordam os temas apresentando elementos comuns a todos os portais de transparência. Essa forma de apresentação do tutorial permite que o interagente aplique o conhecimento à navegação, localização e recuperação de dados em diversos tipos de portais independentemente das características de sua interface.

De modo a permitir a utilização dos vídeos por interagentes que não possuem educação superior, buscou-se empregar linguagem simples e com um mínimo de termos técnicos. Espera-se, com isto, que esses vídeos alcancem um maior número de pessoas.

O Apêndice D apresenta os roteiros de todos os tutoriais em vídeo com os respectivos endereços de acesso na Internet, no canal do autor no YouTube¹⁶.

¹⁶ Os tutoriais em vídeo, mantidos no canal do autor no YouTube, podem ser acessados por meio do endereço: https://www.youtube.com/channel/UCTMyDO5cUQ8lkmNY1Z3dE6A?view_as=subscriber

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há 44 anos, Paul Zurkowsky publicou o seu relatório de pesquisa, encomendado pelo Governo Norte-americano, alertando para a importância da competência em informação em um cenário mundial dominado por novas tecnologias de informação e comunicação. Foi o ponto de partida para que os países desenvolvidos formassem programas de desenvolvimento da CoInfo com vistas a preparar as pessoas para navegarem com autonomia nessa nova realidade.

Nosso país, apesar de registrar uma intensa e crescente produção acadêmica sobre o tema, não possui iniciativas governamentais concretas para o desenvolvimento da competência em informação. Mesmo no que diz respeito às metas de desenvolvimento do milênio, capitaneadas pela ONU, o Governo Federal Brasileiro se demonstra alheio aos esforços mundiais para o desenvolvimento da CoInfo.

Recentemente, Paul Zurkowsky voltou a frisar o papel central da CoInfo destacando sua relevância na defesa da democracia. O idealizador da expressão *information literacy* ressaltou a sua importância na formação de cidadãos participativos e conscientes de suas responsabilidades nas comunidades em que vivem. E esse foi o pano de fundo desta pesquisa: a importância central da competência em informação para o exercício da cidadania em uma sociedade que faz uso intensivo das TIC.

Esta pesquisa teve por objetivo geral avaliar a competência em informação necessária para que uma turma de alunos do ensino superior conseguisse executar tarefas que envolvessem o uso do Portal da Transparência do Governo Federal. A delimitação do escopo da pesquisa permitiu que fossem comparados os conhecimentos e habilidades requeridos pelo Portal da Transparência (objetivo específico **b**) com aqueles demonstrados pelos alunos (objetivo específico **c**), por meio de diferentes formas de coleta de evidências. Inicialmente, foi realizada a avaliação do Portal como fonte de informação na Internet (objetivo específico **a**) e, em seguida, foi conduzida uma oficina com os alunos, em que foram registrados os indícios de CoInfo.

Foram identificados, além dos conhecimentos e habilidades necessárias ao seu uso, diversas oportunidades de melhoria do Portal da Transparência do Governo Federal. Constatou-se que são fatores limitantes ao uso efetivo do Portal os aspectos relacionados a sua usabilidade, clareza de linguagem, estrutura e apresentação. Com base nessa avaliação, foram encaminhadas propostas de melhorias à área da CGU responsável pela manutenção do Portal da Transparência (objetivo específico **d**) que foram levadas em consideração durante a reestruturação do novo

Portal da Transparência, lançado em 28 de junho de 2018. Em função dos limites de prazos para cumprimento do cronograma da pesquisa, não foi possível realizar uma avaliação do novo Portal da Transparência. Todavia, verificou-se que algumas das propostas de melhorias apresentadas foram acatadas e incorporadas ao novo Portal como, por exemplo, uma maior aderência às recomendações do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico do Governo Brasileiro (eMAG), melhor padronização das telas de consulta, indicação clara de onde o interagente se encontra, inclusão de mecanismo de busca textual e melhor uso de imagens e ícones.

A análise dos dados obtidos por meio da oficina realizada com os alunos demonstrou que se trata de um público-alvo que recebeu, ao longo do curso de graduação, boa parte dos conhecimentos e habilidades necessárias ao uso do Portal da Transparência do Governo Federal. De fato, dentre os conteúdos ministrados na graduação em Biblioteconomia, há ênfase no uso da informática, estatística e uma disciplina dedicada a análise e avaliação de fontes de informação na Internet. Todos esses conhecimentos prévios permitiram que os alunos demonstrassem significativa competência em informação, sobretudo em sua **dimensão técnica**.

A presença mais marcante de aspectos da CoInfo relacionados à dimensão técnica pode ser explicada pela ênfase dada ao conhecimento técnico, que representa 85% dos créditos das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso. Nesse mesmo sentido, verifica-se que os modelos e padrões de desenvolvimento da CoInfo discutidos nesta pesquisa reforçam os seus aspectos técnicos. Estes aspectos são mais facilmente avaliáveis que aqueles relacionados aos comportamentos e atitudes, que são determinantes nas dimensões estética, ética e política.

O domínio da tecnologia não é fator determinante para o desenvolvimento da competência em informação. Tal constatação é especialmente válida no contexto informacional do controle social, no qual as vivências e as interações sociais cotidianas são mais relevantes na construção da CoInfo, sobretudo nas dimensões estética, ética e política.

Os resultados da pesquisa demonstram que há, nos alunos da 5ª fase de Biblioteconomia, uma certa lacuna a ser preenchida no tocante às concepções da CoInfo propostas por Bruce relacionadas à extensão do conhecimento e à sabedoria. Estas categorias da CoInfo estão associadas às **dimensões estética, ética e política** definidas por Vitorino e Piantola. No entanto, é importante destacar que, apesar de menos evidente que a dimensão técnica, essas dimensões foram identificadas, significando que há um processo de construção em andamento. De fato, 65% dos alunos reconhecem a importância do uso social da informação obtida por meio do Portal da Transparência, e 70% manifestaram possíveis formas de participação como pessoas interessadas no controle social das despesas públicas.

Cabe frisar que as conclusões desta pesquisa não podem ser generalizadas para todos os alunos do ensino superior. Trata-se de uma apuração válida apenas para o grupo de alunos objeto deste estudo, no âmbito do uso do Portal da Transparência. Os resultados alcançados, portanto, apesar de consistentes e obtidos por meio de métodos compatíveis com a natureza da pesquisa, devem ser considerados à luz desse recorte.

Não foram analisados outros atores que participam do controle social das despesas públicas como, por exemplo, conselheiros, servidores públicos, membros de organizações sociais, procuradores e promotores públicos, idosos, portadores de necessidades especiais, pais de alunos ou estudantes de outros níveis de ensino.

Como produto desta pesquisa, foi elaborada uma série de tutoriais em vídeo abordando assuntos essenciais para o controle social das despesas públicas (objetivo específico e). Os vídeos apresentam conceitos básicos e demonstram, passo a passo, o uso do Portal da Transparência para busca de informações relacionadas à transferência de recursos financeiros do Governo Federal para estados e municípios. Os vídeos foram disponibilizados na Internet por meio de um canal no YouTube e os seus roteiros podem ser encontrados no Apêndice D.

Diante do exposto, considera-se que a presente pesquisa alcançou os objetivos propostos. Entretanto, além das respostas às questões que direcionaram este trabalho, surgiram diversos outros questionamentos a serem aprofundados por meio de pesquisas futuras. A relevância da CoInfo para o exercício da cidadania e para o controle social da gestão pública é um território vasto a ser explorado pelos pesquisadores.

Dentre as muitas questões que merecem aprofundamento, a partir da pesquisa, podem ser elencadas as seguintes relacionadas ao controle social das despesas públicas:

- a) Qual seria o resultado da aplicação do mesmo método de avaliação da CoInfo, relacionada ao exercício do controle social da despesa pública, em outros grupos de atores sociais?
- b) Como se dá o desenvolvimento das dimensões ética, estética e política nesses grupos?
- c) Como seria um modelo de desenvolvimento da CoInfo que equilibrasse as quatro dimensões propostas por Vitorino e Piantola (2011) ou as sete concepções de Bruce (2003)?
- d) Que ações e metas deveriam fazer parte de um programa de governo para o desenvolvimento da CoInfo? Que pastas ministeriais deveriam ser envolvidas?

Por fim, cabe ressaltar o papel da competência em informação como fator de inclusão social. O desenvolvimento da CoInfo em alunos do ensino superior possibilita a inserção desse público nos contextos cultural, político e econômico, permitindo o amadurecimento da autonomia e dando condições para o aprendizado ao longo da vida. Trata-se de viabilizar o crescimento integral do ser humano, expandindo as fronteiras de sua base de conhecimentos e instrumentalizando o cidadão para intervir de maneira transformadora na realidade com vistas à construção de uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Fernanda Maria Melo; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Modelos e experiências de competência em informação em contexto universitário. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 19, n. 41, p. 83-104, set./dez., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p83>>. Acesso em: 12 mai. 2018.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Digital Literacy, Libraries, and Public Policy: Report of the Office for Information Technology Policy's Digital Literacy Task Force**. Washington, DC, Jan. 2013. Disponível em: <http://www.districtdispatch.org/wp-content/uploads/2013/01/2012_OITP_digilitreport_1_22_13.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2017.
- ANDRADE, M.E.A.; RIBEIRO, C.A. **Governança Informacional e políticas públicas de informação: pressupostos teóricos e inter-relações**. 2012. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/283>>. Acesso em: 28 fev. 2017.
- ANTONINIS, Manos; MONTOYA, Silvia. **A Global Framework to Measure Digital Literacy**. UNESCO: 2018. Disponível em: <<http://uis.unesco.org/en/blog/global-framework-measure-digital-literacy>>. Acesso em: 30 abr. 2018.
- ARAÚJO, Richard M. de; ARAÚJO, Maria Arlete Duarte; ALLOUFA, Jomária Mata Lima; LOPES, Alba Oliveira Barbosa Lopes. Governo Eletrônico: um estudo sobre as possibilidades de participação do cidadão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 73-90, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/viewFile/15133/9266>>. Acesso em: 29 jul. 2017.
- ARAÚJO JR., R. H. de; CORMIER, P. M. J.; TARAPANOFF, K. Sociedade da Informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.3, p.91-100, set./dez. 2000. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a09v29n3.pdf>. Acesso em: 22 set. 2018.
- ARROYO, Ma. Lourdes Tiscareño; CORTÉS-VERA, José de Jesús. Competencias informacionales de estudiantes universitarios: una responsabilidad compartida. Una revisión de la literatura en países latinoamericanos de habla hispana. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Vol.37(2), 2014, p.117-126. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rib/v37n2/v37n2a1.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2017.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL)/AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Framework for Information Literacy for Higher Education**. Chicago: ALA, 2016. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/standards/ilframework>>. Acesso em: 26 set 2016.
- ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES (ACRL)/AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION (ALA). **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Chicago: ALA, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/sites/ala.org.acrl/files/content/standards/standards.pdf>>. Acesso em: 26 set 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAWDEN, David. Information and digital literacies: a review of concepts. **Journal of Documentation**, v. 57, n. 2, p. 218-259, 2001. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/journals.htm?articleid=864156>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

BAWDEN, David. Origins and Concepts of Digital Literacy. In: LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Digital Literacies: Concepts, Policies and Practices**. New York: Peter Lang Publishing, Inc., 2008.

BELLUZZO, R.C.B.; KOBAYASHI, M. do C.; FERES, G.G. *Information literacy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na sociedade do conhecimento*. **Educação Temática Digital**, Campinas, v.6, n.1, p.88-99, dez. 2004. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1004/1019>>. Acesso em: 03.03.2016.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O desenvolvimento da competência em informação com apoio de mapas conceituais sob o enfoque das tecnologias digitais interativas. In: **I Simpósio Internacional sobre Novas Competências em Tecnologias Digitais Interativas na Educação**. Unicamp, jun. 2007. Disponível em: <http://lantec.fae.unicamp.br/lantec/pt/tvdi_portugues/regina.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2017.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. O estado da arte da competência em informação (CoInfo) no Brasil: das reflexões iniciais à apresentação e descrição de indicadores de análise. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 13, n. especial, p. 47-76, jan./jul. 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/648>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

BELSHAW, Douglas A. J. **What is digital literacy?** A Pragmatic investigation. 2011. 274 f. Tese (doutorado em educação). Department of Education at Durham University, Durham, Reino Unido. Disponível em: <<http://etheses.dur.ac.uk/3446/>>. Acesso em 24 abr. 2018.

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. O controle primário da gestão pública. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n.º 2647, 30.09.2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/17502>>. Acesso em: 01.03. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/const/constituicao-federal.asp>>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor a Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/Mare/Planodiretor/Planodiretor.Pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de novembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 07 jul. 2017.

BRASIL. Lei Complementar no 101, de 04 de maio de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 mai. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Decreto no 5.296, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Presidência da República, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BRASIL. Lei Complementar no 131, de 27 de maio de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mai. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Manual Prático do Portal da Transparência**. Brasília: 2010a. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/Estatisticas_visitacao/novembro-2017.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura**. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria do Ensino Superior, 2010b.

BRASIL. Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 nov. 2011, Sessão 1, p. 1-4. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 25 set. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 466, 2012. **Diretrizes e Normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos**. Brasília, 13 jun. 2013. Seção 1 p. 59.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **eMAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - Brasília: MP, SLTI, 2014. Disponível em: <<https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/eMAGv31.pdf>>. Acesso em: 22 jun.2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Histórico do Programa de Governo Eletrônico Brasileiro**. 2015a. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/sobre-o-programa/historico>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília: 2015b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

BRASIL. Lei no 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 7 jul. 2015. 2015c. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016-19**. Brasília: MP, 2016. Disponível em: <<https://www.governoeletronico.gov.br/egd/documentos>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Portal Brasileiro de Dados Abertos**. Brasília: 2017a. Disponível em: <<http://dados.gov.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Portal de Serviços do Governo Federal**. Brasília: 2017b. Disponível em: <<https://www.servicos.gov.br>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Portal de Compras do Governo Federal**. Brasília: 2017c. Disponível em: <<https://www.comprasgovernamentais.gov.br>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Sobre o Portal**. Brasília: 2017d. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sobre/Estatisticas_visitacao/novembro-2017.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)**. Brasília: 2017e. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRASIL. Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. **Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV)**. Brasília: 2017f. Disponível em: <<https://sistema.ouvidorias.gov.br>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração burocrática à gerencial. **Revista do Serviço Público**, v. 47, n. 1, 1996. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

BRUCE, Christine Susan. Workplace experiences of information literacy. **International Journal of Information Management**. v. 19, p. 33-47. 1999. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0268401298000450?via%3Dihub>>. Acesso em 22 jul. 2017.

BRUCE, Christine Susan. Information Literacy as a Catalyst for Educational Change. A Background Paper. Anais: **Lifelong Learning: Whose responsibility and what is your contribution?**, the 3rd International Lifelong Learning Conference, pp. 8-19, Yeppoon, Queensland. 2004. Disponível em: <https://eprints.qut.edu.au/4977/1/4977_1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BRUCE, Christine Susan. Las siete caras de la alfabetización en información en la enseñanza superior. In: **Anales de Documentación**, v. 6. Espanha: Universidad de Murcia, 2003. pp. 289-294. Disponível em: <<http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/3761/3661>>. Acesso em: 04 mar. 2017.

BUCHANAN, Shelly; HARLAN, Mary Ann; BRUCE, Christine; EDWARDS, Sylvia. Inquiry Based Learning Models, Information Literacy, and Student Engagement: A literature review. **School Libraries Worldwide**. v. 22, n. 2, jun. 2016. Disponível em: <<https://eprints.qut.edu.au/102823/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CALAZANS, Angélica Toffano Seidel. Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. 192, pp. 39-62.

CAMPELLO, Bernadete. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**: Nova Série, São Paulo, v.2, n.2, p.63-77, dez. 2006. ISSN: 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/18/6>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 32, n. 3, fev. 2003. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/986>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

CARNEIRO, Alexandre de Freitas (Organizador); LARA, Elines de Ávila; MARINELLO, Lucieli Nascimento. A transparência na Gestão pública: Um estudo de sua aplicabilidade no Município de Vilhena. **Ensaio de Gestão Pública**. São Paulo: Academia Editorial, 2010. Disponível em: <http://www.letraviva.net/arquivos/Ensaio_de_Gestao_Publica.pdf>. Acesso em: 02.03.2016.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. v. 3. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CONEGLIAN, A.L.O.; SANTOS, C.A.; CASARIN, H. de C.S. Competência em Informação e sua avaliação. **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. pp.255-275.

CORRÊA, Elisa C. D.; LUCAS, Elaine R. de O.; FORMIGHIERI, Viviane. **A Competência em Informação na graduação em Biblioteconomia**: possibilidades teóricas e práticas de sua aplicação nas disciplinas de Fontes de Informação e Serviço de Referência. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 16, n. 2, p. 501-521, mai./ago. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rdbci.v16i2.8649760>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

CORRÊA, Elisa. C. D. Usuário, não! Interagente: proposta de um novo termo para um novo tempo. **Encontros Bibli**: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 19, n.41, p. 23-40, set./dez., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2014v19n41p23/28292>>. Acesso em: 04 fev 2016.

DE BONA. Rodrigo da Silva. Sociedade e Estado: Quem Controla Quem? Diferentes abordagens do controle social e a evolução das relações Sociedade-Estado. **Revista da CGU**, Brasília, 8(13): 404-423, jul/dez. 2016. Disponível em:

<https://ojs.cgu.gov.br/index.php/Revista_da_CGU/article/view/17>. Acesso em: 06 jun. 2018.

DIAS, Solange Thomé Gonçalves. **Representações sociais de alunos acerca do que é ser estudante em uma universidade pública federal**. Orientadora: Profa. Dra. Daniela Barros da Silva Freire Andrade. 2013. 309 f. Tese (doutorado). Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Os faróis da sociedade da informação: uma análise crítica sobre a atuação da competência em informação no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 41-53, maio-ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/1704/2109>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. **Information Literacy**: princípios filosofia e prática. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1016/1071>>. Acesso em: 11 set. 2016.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS – FEBAB. Declaração de Maceió sobre competência em informação. In: **XXIV Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, Maceió: AL. ago. 2011. Disponível em: <<http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Declaracao%20de%20Maceio%20sobre%20Competencia%20em%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS – FEBAB; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. Manifesto de Florianópolis sobre competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. In: **II Seminário Competência em Informação: Cenários e Tendências**, Florianópolis: SC. jul. 2013. Disponível em: <http://febab.org.br/manifesto_florianopolis_portugues.pdf>. Acesso em: 24 set. 2016.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GILSTER, Paul. **Digital literacy**. New York: Wiley, 1997.

HATSCHBACH, Maria Helena de Lima. **Information Literacy**: aspectos conceituais e iniciativas em ambiente digital para o estudante de nível superior. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/ECO-MCT/IBICT-Brasília, 2003. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/722/1/mariahelena2002.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2016.

HJØRLAND, B. Domain Analysis in Information Science. Eleven Approaches – tradicional as well as innovative. In: **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462, 2002. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/0022-0418.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 46, n. 6, p.400-425, 1995. Disponível em:

<https://www.academia.edu/1304539/Toward_a_new_horizon_in_information_science_domain-analysis>. Acesso em: 04 set. 2016.

HORTON JR, Forrest Woody. **Overview of information literacy resources worldwide**. Paris: UNESCO. 2013. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002196/219667e.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

HOYER, Jennifer. (2011). Information is social: Information literacy in context. **Reference Services Review**, v. 39, n. 1, p. 10-23. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/00907321111108088>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA (INCA). **Famílias brasileiras que cultivam tabaco sofrem de overdose de nicotina**. Rio de Janeiro: 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2rEvmQv>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

INTERNACIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **Declaração de Alexandria sobre Competência Informacional e aprendizado ao longo da vida**. 2005. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

JODELET, Denise. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001.

KUHLTHAU, Carol C.; MANIOTES, Leslie K.; CASPARI, Ann K. **Guided inquiry: learning in the 21st century school**. Westport, USA: Libraries Unlimited, 2007. 189 p.

KUHLTHAU, Carol Collier. **Information skills for an information society: a review of research**. Monografia. Syracuse University, New York, 1987. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED297740.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LARSON, Ron, FARBER, Betsy. **Estatística aplicada**. 4ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LEMOS, Suely F. C.; COSTA, Solange G.; LIMA, Rita C. P. Representações Sociais: Aplicabilidade nos estudos sobre a educação de jovens e adultos. In: **Educação, Sociedade & Culturas**. Porto, Portugal: Universidade do Porto, 2013, nº 39, p. 43-61. Disponível em: <http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/04.SuelyLemos_etal.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2017.

LITTLEJOHN, A.; BEETHAM, H.; MCGILL, L. Learning at the digital frontier: a review of digital literacies in theory and practice. **Journal of Computer Assisted Learning**. Glasgow, UK: Blackwell Publishing Ltd, 2012, v. 28, n. 6, p. 547-556. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/36375509/Littlejohn_Beetham_McGill-JCAL2012.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2017.

LLOYD, Annemaree; LIPU, Suzanne; KENNAN, Mary Ann. On becoming citizens: examining social inclusion from an information perspective. **Australian Academic and**

Research Libraries. v. 41, n. 1, p. 42-43, mar/2010. Disponível em:

<<https://www.researchgate.net/publication/271946821>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

LUCCA, Djuli Machado de. **A dimensão política da competência informacional:** um estudo a partir das necessidades informacionais de idosos. Elizete Vieira Vitorino (orientadora). Florianópolis, SC, 2015. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/158842>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

MARTIN, Allan; GRUDZIECKI, Jan. DigEuLit: Concepts and Tools for Digital Literacy Development. **Innovation in Teaching and Learning in Information and Computer Sciences**, v.5, n.4, p. 249-267. 2006. Disponível em:

<<https://doi.org/10.11120/ital.2006.05040249>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

MATA, Marta Leandro da. **Inserção da Competência Informacional nos currículos dos cursos de Biblioteconomia no Brasil e de Informação e Documentação na Espanha.** Helen de Castro Silva Casarin (orientadora). Marília, SP, 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110393>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

MENDONÇA, Ana Valéria Machado. O uso da análise do discurso do sujeito coletivo em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2007. 192, pp. 149-170.

MEYER, Jan H. F., LAND, Ray. Threshold concepts and troublesome knowledge (2): Epistemological considerations and a conceptual framework for teaching and learning. In: **Higher Education**, v. 49, n.º 3, p. 373-388, abr. 2005. Disponível em:

<<http://link.springer.com/article/10.1007/s10734-004-6779-5>>. Acesso em: 27 set. 2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais:** Investigações em psicologia social. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.

NIELSEN, Jakob. 10 Usability Heuristics for User Interface Design. In: **Nielsen Norman Group.** 1995. Disponível em: <<http://www.nngroup.com/articles/ten-usability-heuristics/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

NIELSEN, Jakob. Usability 101: Introduction to Usability. In: **Nielsen Norman Group.** 2012. Disponível em: <<https://www.nngroup.com/articles/usability-101-introduction-to-usability/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

NIELSEN, Jakob. **Usability Engineering.** Chestnut Hill, MA, USA: Academic Press, Inc., 1993.

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. **Recommendation of the Council on Digital Government Strategies.** 2014. Disponível em

<<http://www.oecd.org/gov/digital-government/Recommendation-digital-government-strategies.pdf>>. Acesso em 29 jul. 2017.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em:

<<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

ONU. **Sustainable Development Goals**: 17 goals to transform our world. [2015]. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/>> . Acesso em: 30 abr. 2018.

PAES, Eneida Bastos. A construção da lei de acesso à informação pública no Brasil: Desafios na implementação de seus princípios. **Revista do Serviço Público – RSP**, Brasília: ENAP, v. 62, n. 4, p. 407-424, out./dez. 2011. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/80>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

PAES, Eneida Bastos. Os desafios da implementação da nova Lei de Acesso à Informação – Lei n.º 12.527/2011. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília: Senado Federal, ano 49, n. 193, p. 227-244, jan./mar. 2012. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496570/000940661.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

PEDROSA, Renato H. L. A universidade e a inclusão social. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 13-16, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v16n1/01.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

PEREIRA, Eduardo Albino. **Mortalidade por câncer nos municípios produtores de fumo em Santa Catarina**. Trabalho de conclusão de curso de Enfermagem. UDESC. Chapecó, 2017. Disponível em: <<https://apps.cofen.gov.br/cbconf/sistemainscricoes/arquivosTrabalhos/I78845.E16.T16630.D11AP.pdf>>. Acesso em 26 mar. 2018.

PRADO, Carmen Varela. Adquisición de competencias en información mediante e-Learning: una responsabilidad compartida entre docencia y biblioteca. **Ibersid**: Revista de sistemas de información y documentación. Zaragoza (España), v. 3, 2009, p. 303-312. Disponível em: <<http://www.iversid.eu/ojs/index.php/iversid/article/viewFile/3757/3518>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

RIOS, Terezinha A. **Compreender e ensinar**: por uma docência de melhor qualidade. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ROCHA, José Cláudio. A participação popular na gestão pública no Brasil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 16, n. 2886, 27 maio 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/19205>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

SALDANHA, Gustavo Silva. Tradições epistemológicas nos estudos de organização dos saberes: uma leitura histórico-epistêmica a partir da filosofia da linguagem. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro. v. 6, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://liinc.revista.ibict.br/index.php/liinc/article/view/372/254>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

SANTOS, Camila Araújo dos; CASARIN, Helen de Castro Silva. Habilidades informacionais abordadas em instrumentos de avaliação de Competência Informacional. **Informação & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 135-144, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/114939>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

SCHOMMER, Paula Chies; MORAES, Rubens Lima. Observatórios sociais como promotores de controle social e *accountability*: reflexões a partir da experiência do Observatório Social de Itajaí. **GESTÃO.Org - Revista Eletrônica de Gestão**

Organizacional, v. 8, no. 3, p. 298-326, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21657>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

SCONUL. **The SCONUL Seven Pillars of Information Literacy: Core Model for Higher Education**. 2011. Disponível em: <<http://www.sconul.ac.uk/sites/default/files/documents/coremodel.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas na administração pública. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, mar/abr., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n2/v43n2a04.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

SERAFIM, L.A.; FREIRE, G.H.de A. Ação de responsabilidade social para competências em informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.3, p.155-173, jul./set. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v17n3/a11v17n3.pdf>>. Acesso em: 02.03.2016.

SHAPIRO, J.; HUGHES, S. Information literacy as a liberal art. Enlightenment proposals for a new curriculum. **Educom Review**, v. 31, n.2, 1996. Disponível em: <<https://net.educause.edu/apps/er/review/reviewarticles/31231.html>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

STRECK, Danilo Romeu; ADAMS, Telmo. Lugares da participação e formação da cidadania. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, jan-jun. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/24/1588>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

SUNDIN, Olof. Negotiations on information- seeking expertise: A study of web- based tutorials for information literacy. **Journal of Documentation**. v. 64, n. 1, p. 24-44, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/00220410810844141>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

TAMILCHELVI, P.N.; SENTHILNATHAN, S. Information Literacy for Lifelong Learning. **Conflux Journal of Education**, Volume 1, Issue 2, Jul/2013. p.27-30. Disponível em: <http://www.academia.edu/7117989/INFORMATION_LITERACY_FOR_LIFELONG_LEARNING>. Acesso em: 03.03.2016.

TOMAÉL, Maria Inês; ALCARÁ, Adriana Rosecler; SILVA, Teresinha Elisabeth. Fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. In. TOMAÉL, Maria Inês (org.). **Fontes de informação na Internet**. Londrina: EDUEL. 2008.

TREIN, J. M.; VITORINO, E. V. A evolução da temática competência informacional no Brasil: um estudo bibliográfico de 2006 a 2013. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 190-210, jun./dez. 2015. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/416>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

UNESP/UNB/IBICT. Carta de Marília sobre competência em informação e as populações vulneráveis e minorias. **III Seminário Competência em Informação: Cenários e Tendências**, Marília: SP. set. 2014. Disponível em: <http://www.ofaj.com.br/textos_conteudo.php?cod=546>. Acesso em: 24 set. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **The Prague Declaration: Towards an Information Literate Society**. Praga: República Tcheca, 2003. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/PragueDeclaration.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2016.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Digital Literacy in Education**. Moscow: UNESCO, 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002144/214485e.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC). **Matriz curricular do Curso de Biblioteconomia**. 2012. Disponível em: <<http://www.faed.udesc.br/?id=969>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

VIEGAS, Weverson da Silva. O direito à informação como pressuposto para a participação popular no estatuto da cidade. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Campos dos Goytacazes: Faculdade de Direito de Campos, ano V, n.º 5, p. 671-683, 2004. Disponível em: <<http://fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista04e05/Discente/09.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2017.

VITORINO, Elizete Vieira. Competência informacional do profissional da informação bibliotecário: construção social da realidade. **Encontros Bibli: Revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, núm. 24, 2007, p. 59-71. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=14702406>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela; Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p. 130-141, set./dez., 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela; Dimensões da Competência Informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 1, p. 99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

VIVAS, Gloria Patricia Marciales; CHACÓN, Jorge Winston Barbosa; PEÑA, Harold Castañeda. Desarrollo de competencias informacionales en contextos universitarios: enfoques, modelos y estrategias de intervención. **Investigación Bibliotecológica: Archivonomía, Bibliotecológica e Información**. México, v. 29, n. 65, jan-abr. 2015, p.39-72. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/ibi/article/view/54449/48436>>. Acesso em: 2 abr. 2017.

WANG, Li; BRUCE, Christine; HUGHES, Hilary. Sociocultural theories and their application in information literacy research and education. **Australian Academic & Research Libraries**. Austrália, v. 42, n. 4. 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/00048623.2011.10722242>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

WERSIG, Gernot. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing e Management**, v. 29, n. 2, 1993. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/030645739390006Y>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZURKOWSKY, P. G. **Information Literacy and The New Era of Enlightenment**. In: 10th ILAC Conference. 2014. Apresentação em vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8DXnUvseNTs&feature=youtu.be>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

ZURKOWSKY, P. G. **The Information Service Environment, Relationship and Priorities. Related Paper n.º 5**. National Commission on Libraries and Information Science, Washington. 1974. Disponível em: <<http://files.eric.ed.gov/fulltext/ED100391.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

APÊNDICE A – PLANEJAMENTO DA OFICINA COM OS ALUNOS

A atividade será realizada sob forma de oficina com os alunos da 5ª fase do curso de Biblioteconomia, sob supervisão da Prof. Dra. Elisa Delfini Corrêa.

Recursos Necessários:

- Laboratório de informática com computadores e acesso à Internet
- Quadro branco com canetas
- Projetor

Roteiro da Oficina:

1. Apresentação do pesquisador, da atividade, dos objetivos e do roteiro da oficina (3 min)
2. Introdução ao controle da despesa pública – apresentação com slides (10 min)
3. Apresentação do Portal da Transparência – funcionalidades básicas do Portal da Transparência (20 min)
4. Apresentação do Problema a ser solucionado pelos alunos (3 min)

PROBLEMA PROPOSTO

Você trabalha em um serviço de referência e recebe uma demanda para, a partir dos dados públicos disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal, produzir um relatório apresentando as informações sobre as transferências de recursos federais para os municípios de ORLEANS e ABELARDO LUZ, no ano de 2016.

Na apresentação, você deve expor, comparativamente, as cinco maiores ações de governo, em termos financeiros, para as quais foram transferidos recursos aos dois municípios. A tabela a seguir pode servir como modelo, mas outras formas de apresentação podem ser utilizadas para mostrar os resultados:

ABELARDO LUZ Pop. 17,1 mil		ORLEANS Pop. 21,4 mil	
Ação Governamental	Valor Recebido (R\$)	Ação Governamental	Valor Recebido (R\$)

Faça uma breve análise comparando os valores recebidos para aplicação nos programas da área de Saúde e Educação com as transferências de recursos para pagamentos do Programa Bolsa Família pelos dois municípios.

Que informações podem ser obtidas a partir dos dados? Consegue indicar alguma implicação social decorrente da distribuição de recursos para cada município?

SOLUÇÃO ESPERADA

Os dados do Portal da Transparência do Governo Federal podem ser apresentados na forma da tabela proposta, mas espera-se que o aluno competente em informação se sinta à vontade para utilizar gráficos, infográficos, pictogramas ou outras formas:

ABELARDO LUZ Pop. 17,1 mil		ORLEANS Pop. 21,4 mil	
Ação Governamental	Valor Recebido (R\$)	Ação Governamental	Valor Recebido (R\$)
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	11.747.173,64	Fundo de Participação dos Municípios (FPM)	11.747.173,64
Bolsa Família	3.140.240,00	Saúde da Família	2.740.695,00
Saúde da Família	2.431.545,30	Teto MAC (Saúde)	1.651.418,86
Fundeb (Educação)	2.333.512,81	Fundeb (Educação)	1.525.323,19
Cota Salário Educação	1.091.222,49	Bolsa Família	1.136.780,00
TOTAL	20.743.694,24	TOTAL	18.801.390,69

Espera-se que os alunos consigam identificar algumas das informações abaixo, que podem ser obtidas a partir da análise dos dados acima:

- a) Os dois municípios receberam exatamente o mesmo valor do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) = R\$11.747.173,64.
- b) O FPM é a maior fonte de recursos dos dois municípios.
- c) Abelardo Luz, com uma população menor que Orleans, recebeu 2,7 vezes mais ajuda para o Programa Bolsa Família que Orleans.
- d) Abelardo Luz recebeu mais dinheiro para o Programa Bolsa Família que para o Programa Saúde da Família ou para a Educação Básica (FUNDEB).

Abelardo Luz possuía 4.219 alunos na educação básica de acordo com o Censo Escolar de 2015.

Orleans possuía 4.640 alunos na educação básica de acordo com o Censo Escolar de 2015.

5. Atividade em duplas: Os alunos deverão resolver o problema e apresentar as suas soluções (30 min)
6. Atividade individual: Preenchimento dos questionários de pesquisa pelos alunos (30 min)
7. Encerramento.

APÊNDICE B – MODELO DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Parte I – Para cada item da autoavaliação abaixo, marque apenas a opção que melhor reflete a sua habilidade no uso do Portal da Transparência.

Faça uma autoavaliação dos seguintes aspectos relacionados à experiência no uso do Portal da Transparência	Discordo Totalmente	Concordo Pouco	Concordo Parcialmente	Concordo Muito	Concordo Plenamente
	1	2	3	4	5
Possuo habilidade no uso de ferramentas de tecnologia da informação (computadores, Internet, softwares etc.) para acessar as informações.					
Consigo navegar no ambiente do Portal da Transparência.					
Sou capaz de avaliar a precisão, objetividade, clareza, consistência, alcance e integridade das informações disponíveis.					
Sou capaz de avaliar a autoridade/credibilidade bem como a responsabilidade pelas informações disponíveis.					
Consigo identificar a origem das informações apresentadas no Portal da Transparência.					

Parte II – Descreva, resumidamente, a sequência de passos que você seguiu para solucionar o problema proposto.

Parte III – Apresentação da solução do problema proposto.
Parte IV – Como você acha que o conhecimento gerado por você poderia ser utilizado pelas comunidades dos municípios? (Máximo DOIS parágrafos)
Parte V – De que outras maneiras as informações do Portal da Transparência poderiam ser utilizadas? (Máximo DOIS parágrafos)

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa acadêmica de mestrado intitulada **Competência em Informação para o uso do Portal da Transparência do Governo Federal: Requisito para o controle social da gestão pública**, que fará avaliação, tendo como objetivo identificar o conjunto de conhecimentos, habilidade e atitudes que formam a competência em informação que, juntamente às competências digitais, são necessárias ao uso do Portal da Transparência do Governo Federal para solução de problemas informacionais relacionados ao controle das despesas públicas.

Serão previamente marcados a data e horário para avaliação, utilizando questionário. Estas medidas serão realizadas no Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED)/UDESC. Também será realizada uma oficina onde será apresentado o Portal da Transparência do Governo Federal e aspectos relacionados ao controle social da despesa pública. Não é obrigatória a participação na oficina, nem responder a todas as perguntas do questionário. As atividades a serem desenvolvidas durante a pesquisa são opcionais e não serão consideradas para fins de avaliação pelos professores da disciplina na qual serão realizadas. Nenhum tipo de constrangimento será imposto pelos professores em decorrência de eventual relação de poder em sala de aula.

O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todo o material necessário para a realização da pesquisa será fornecido pelo pesquisador responsável. Em caso de dano, durante a pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver meramente aqueles inerentes a todas as atividades relacionadas à atividade estudantil, uma vez que será conduzida durante o horário da disciplina de Fontes de Informação, no ambiente de sala de aula, e sob a supervisão das professoras da disciplina.

A sua identidade será preservada pois cada indivíduo será identificado apenas por um número.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão, como benefício direto, que o participante da pesquisa receberá orientações sobre o uso do Portal da Transparência do Governo Federal como fonte de informações que o ajudarão a exercer melhor o papel de cidadão no controle social. Como benefício à comunidade em geral, a pesquisa servirá para: a) identificar as competências em informação necessárias ao uso do Portal da Transparência; b) apontar possíveis melhorias no Portal da Transparência como fonte de informação na Internet e no que diz respeito à sua usabilidade; c) identificar eventuais deficiências de competência em informação a serem trabalhadas junto aos alunos do curso de graduação em Biblioteconomia da UDESC.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores: Orlando Vieira de Castro Junior (estudante de mestrado), Elisa Cristina Delfini Corrêa e Daniella Câmara Pizarro (professoras da disciplina “Fontes de Informação”).

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não-identificação do seu nome.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o sujeito participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: ORLANDO VIEIRA DE CASTRO JUNIOR

NÚMERO DO TELEFONE: (48) 99646-7423

ENDEREÇO: Rua Duarte Schutel, 215, apto. 401-A, Centro, Florianópolis-SC

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UDESC

Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC -88035-901

Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cepsh.reitoria@udesc.br / cepsh.udesc@gmail.com

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN, Unidade II – Brasília – DF- CEP: 70750-521

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso _____

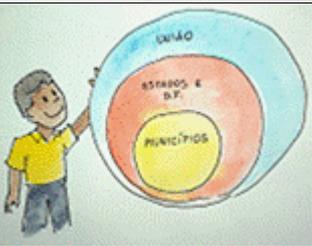
Assinatura _____ Local: Florianópolis/SC Data: 19 / 05 / 2017.

APÊNDICE D – ROTEIROS DOS TUTORIAIS EM VÍDEOS

VÍDEO 01 – De olho no dinheiro público: O que é o orçamento público?

O vídeo está disponível em: https://youtu.be/vGcbkCj_3L8

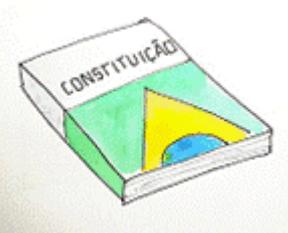
Nº	Imagem	Texto
01		Slide de abertura DE OLHO NO DINHEIRO PÚBLICO O que é Orçamento Público?
02		Olá! Já olhou a sua volta e parou pra pensar de onde veio o dinheiro para pavimentar a rua onde você mora? E para manter aquela escola pública ou posto de saúde no seu bairro?
03		Isso mesmo! O dinheiro vem dos impostos que todos nós pagamos e que o governo deve usar para atender às necessidades de nossa comunidade.
04		Mas o que podemos fazer para garantir que esse dinheiro vai ser aplicado naquilo que realmente precisamos? Como saber para onde está indo o dinheiro dos nossos impostos? Como posso acompanhar e controlar a aplicação desses recursos em minha comunidade? Onde eu consigo me informar sobre o que é feito com o dinheiro dos meus impostos?
05		Nessa série de vídeos, nós vamos conversar sobre esses e outros temas importantes. Mas antes, é preciso que você entenda como funciona o Sistema Orçamentário Brasileiro
06		Vivemos em um país enorme e nossa população tem as mais diversas necessidades: saúde, educação...
07		... estradas, moradia.

Nº	Imagem	Texto
08		<p>Para poder financiar todas essas necessidades, o governo arrecada os impostos e taxas. São as receitas.</p>
09		<p>Assim como acontece em nossa casa, nem sempre as receitas são suficientes para satisfazer todas as necessidades. Então é preciso fazer um planejamento. Escolhemos as despesas mais importantes e deixamos outras, menos urgentes, para depois.</p>
10		<p>Em nosso país, esse planejamento é feito anualmente: chama-se orçamento anual.</p>
11		<p>O orçamento anual é proposto pelo presidente da República e discutido no Congresso Nacional que, depois de chegar a um consenso, publica aprova a Lei Orçamentária Anual.</p>
12		<p>A Lei Orçamentária Anual, ou LOA, é o documento que detalha onde será aplicada toda a receita que o Governo Federal estima que vai arrecadar no ano.</p>
13		<p>Além do Governo Federal, os estados e os municípios também elaboram seus próprios orçamentos.</p>
14		<p>Agora que você entendeu como é feito o planejamento dos gastos do governo, que tal saber como é feito o acompanhamento e controle do orçamento público?</p>
15		<p>Mas isso é assunto para o próximo vídeo. Até lá!</p>

Nº	Imagem	Texto
16	<p style="text-align: center;">Créditos</p> <p>Texto e Ilustrações - Orlando Castro Junior Narração - Orlando Castro Junior Edição - Orlando Castro Junior Este vídeo foi produzido como resultado da pesquisa de mestrado em Gestão de Unidades de Informação do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob orientação da Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa.</p> 	<p>Créditos: Texto, Ilustrações e Narração: Orlando Vieira de Castro Junior.</p> <p>Primeiro vídeo da série de tutoriais sobre o uso do Portal da Transparência como ferramenta de controle social das despesas públicas.</p> <p>Esta série de vídeos foi produzida como resultado de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) sob orientação da Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa.</p>

VÍDEO 02 – De olho no dinheiro público: Como é feito o controle do orçamento público?

O vídeo está disponível em: <https://youtu.be/qJ6N42LsOps>

Nº	Imagem	Texto
01		<p>Slide de abertura DE OLHO NO DINHEIRO PÚBLICO Como é feito o controle do Orçamento Público?</p>
02		<p>Olá! Neste segundo vídeo, vamos falar sobre o controle do orçamento público. Depois de negociado, aprovado e publicado, o orçamento precisa ter sua execução acompanhada.</p>
03		<p>A Constituição Federal de 1988 prevê a existência de duas formas de controle institucional, ou seja, aquele feito por órgãos públicos: O Controle Externo e o Controle Interno</p>
04		<p>O controle externo é feito pelo Congresso Nacional com ajuda do Tribunal de Contas da União (TCU). Nos estados, o controle externo é exercido pelas assembleias legislativas por meio dos tribunais de contas dos estados. Nos municípios, esse controle é feito pelas câmaras de vereadores.</p>

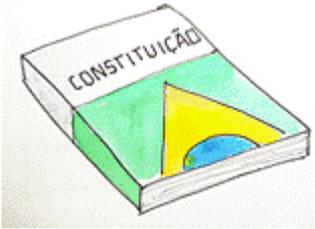
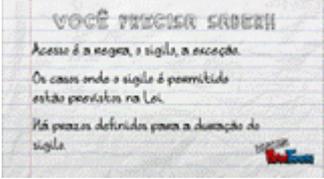
Nº	Imagem	Texto
05		<p>O controle interno é feito pelos próprios poderes Executivo, Legislativo e Judiciário por meio de seus sistemas de controles internos.</p>
06		<p>No Poder Executivo Federal, o órgão responsável pelo controle interno é a Controladoria-Geral da União (CGU).</p>
07		<p>Estados e municípios também possuem seus próprios órgãos de controles internos. São as controladorias estaduais e municipais.</p>
08		<p>A nossa Constituição Federal, é também conhecida como Constituição Cidadã porque prevê a participação do cidadão controlando as mais diversas etapas da gestão pública. Esse tipo de controle é chamado de Controle Social. E é aqui que nós precisamos nos envolver.</p>
09		<p>Há diversas maneiras de participar no controle social:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Por meio dos conselhos de políticas públicas como o conselho de alimentação escolar, conselho de saúde, conselho de assistência social ou o conselho do Fundeb.
10		<ul style="list-style-type: none"> b) Pelo voto durante as eleições c) Manifestações públicas; d) Movimentos sociais;
11		<ul style="list-style-type: none"> e) Por meio das redes sociais; f) Acompanhando e fiscalizando a execução das despesas públicas.

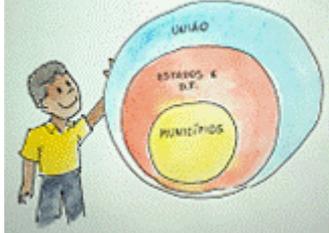
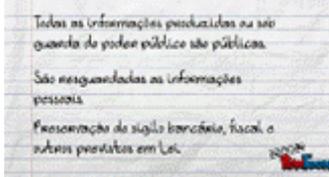
Nº	Imagem	Texto
12		Mas para participar, é fundamental que você esteja bem informado. E para isso, o Estado brasileiro deve assegurar o seu direito à Informação.
13		Mas isso é assunto para o nosso próximo encontro. Conversaremos sobre o direito de acesso à informação. Fique de olho!
14		Créditos: Texto, Ilustrações e Narração: Orlando Vieira de Castro Junior. Segundo vídeo da série de tutoriais sobre o uso do Portal da Transparência como ferramenta de controle social das despesas públicas. Esta série de vídeos foi produzida como resultado de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) sob orientação da Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa.

VÍDEO 03 – De olho no dinheiro público: Seu direito de acesso à informação

O vídeo está disponível em: <https://youtu.be/MB-2i5qypr0>

Nº	Imagem	Texto
01		Slide de abertura DE OLHO NO DINHEIRO PÚBLICO Seu direito de acesso à informação
02		Olá! O primeiro passo para exercer o controle social é a INFORMAÇÃO.
03		O ACESSO À INFORMAÇÃO é um dos direitos humanos fundamentais garantidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em seu artigo 19, a Declaração dos Direitos Humanos diz que: “Todos têm direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de expressar opiniões sem interferência e de buscar, receber e

Nº	Imagem	Texto
		transmitir informações e ideias por quaisquer meios e sem limitações de fronteiras”.
04		<p>O Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, de 1988, garante o mesmo direito:</p> <p>“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.</p>
05		<p>Durante muito tempo, prevaleceu no Brasil a cultura do sigilo. As informações públicas eram mantidas nos órgãos públicos inacessíveis ao cidadão comum. Apesar da Constituição prever o direito de acesso à informação, somente 23 anos depois, em 2011, foi publicada uma lei regulamentando esse direito.</p>
06	 	<p>A Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, também conhecida como LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, regulamenta o seu direito constitucional de acesso à informação pública. A Lei entrou em vigor em 16 de maio de 2012, completou em 2018, 6 anos de vigência, e tem sido um instrumento poderoso a serviço do cidadão substituindo, ainda que aos poucos, a cultura do sigilo que antes prevalecia, pela cultura do acesso à informação.</p>
07		<p>Algumas coisas importantes que todo cidadão precisa saber sobre essa Lei:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Acesso é a regra, o sigilo, a exceção. Os casos em que as informações são sigilosas são previstos na Lei e há prazos para que essas informações permaneçam sob sigilo.
08		<ol style="list-style-type: none"> 2. A Lei se aplica a todos os órgãos e entidades da Administração Pública de todos os poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Nº	Imagem	Texto
09		<p>3. No Poder Executivo, a Lei se aplica aos governos federal, estaduais e municipais.</p>
10		<p>4. A Lei se aplica a entidades privadas sem fins lucrativos, como organizações sociais e ou fundações, que recebam recursos públicos. Recebeu recursos públicos, está sujeita à Lei de Acesso à Informação.</p>
11		<p>5. Todas as informações produzidas ou sob guarda do poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as informações pessoais e as hipóteses de sigilo legalmente estabelecidas.</p>
12		<p>6. O cidadão não precisa dizer por que ou para que deseja a informação. 7. A informação deve ser fornecida, sem custo. A não ser que se trate de pedido que demande custo de cópias ou reprodução de material.</p>
13		<p>8. As informações de interesse geral devem ser disponibilizadas, por meio da Internet, independente de solicitação. A isso chamamos de Transparência Ativa.</p>
14		<p>9. A informação deve ser fornecida ao solicitante em um prazo máximo de 20 dias. 10. A Lei prevê a responsabilização de agentes públicos ou militares que a descumpram.</p>
15		<p>11. Entidades privadas que recebam recursos públicos também podem ser responsabilizadas se deixarem de cumprir a Lei de Acesso à Informação podendo ser penalizadas com advertência, multa, rescisão de contratos ou proibição de participar de novas licitações e contratos.</p>
16		<p>Com o poder da informação ao nosso lado podemos mudar para melhor as condições de vida em nossas cidades e de nossa gente. É nosso papel de cidadão exercer o controle social da gestão pública. Do que é feito com o dinheiro dos nossos impostos. Evitando, assim, que esse suado</p>

Nº	Imagem	Texto
		dinheiro seja desperdiçado ou desviado por meio da corrupção.
17		No próximo vídeo vamos falar sobre uma importante fonte de informação: O Portal da Transparência do Governo Federal. Até lá!
18		Créditos: Texto, Ilustrações e Narração: Orlando Vieira de Castro Junior. Terceiro vídeo da série de tutoriais sobre o uso do Portal da Transparência como ferramenta de controle social das despesas públicas. Esta série de vídeos foi produzida como resultado de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) sob orientação da Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa.

VÍDEO 04 – De olho no dinheiro público: O Portal da Transparência do Governo Federal

O vídeo está disponível em: <https://youtu.be/XXntEcptyU4>

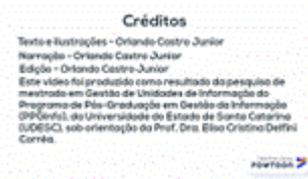
Nº	Imagem	Texto
01		Slide de abertura DE OLHO NO DINHEIRO PÚBLICO O Portal da Transparência do Governo Federal
02		Olá! Você já teve curiosidade de saber quanto o Governo Federal mandou em dinheiro para o seu município? E o que deveria ter sido feito com esse dinheiro?
03		Pois bem... essas informações estão disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal. Vamos conhecer?
04		Vídeo sobre a interface do Portal da Transparência

Nº	Imagem	Texto
05		<p>Créditos: Texto, Ilustrações e Narração: Orlando Vieira de Castro Junior.</p> <p>Quarto vídeo da série de tutoriais sobre o uso do Portal da Transparência como ferramenta de controle social das despesas públicas.</p> <p>Esta série de vídeos foi produzida como resultado de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) sob orientação da Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa.</p>

VÍDEO 05 – De olho no dinheiro público: Consultando as transferências para um município

O vídeo está disponível em: https://youtu.be/2wML4W_8ZQU

Nº	Imagem	Texto
01		<p>Slide de abertura DE OLHO NO DINHEIRO PÚBLICO Consultando as transferências para um município.</p>
02		<p>Olá! Continuando nosso tutorial sobre o uso do Portal da Transparência do Governo Federal, vamos demonstrar uma das consultas mais simples, mas importante, para que tenhamos a informação sobre o que foi destinado ao nosso município.</p>
03		<p>Neste exemplo, vamos buscar informações sobre quanto foi destinado ao município catarinense de Abelardo Luz, no ano de 2017. Vamos examinar para que programas de governo foram destinados estes recursos.</p>
04		<p>Vídeo demonstrando o passo a passo no Portal da Transparência.</p>

Nº	Imagem	Texto
05		No próximo vídeo vamos falar sobre outra forma de transferência de recursos para os estados e municípios: os convênios. Até lá!
06		Créditos: Texto, Ilustrações e Narração: Orlando Vieira de Castro Junior. Quinto vídeo da série de tutoriais sobre o uso do Portal da Transparência como ferramenta de controle social das despesas públicas. Esta série de vídeos foi produzida como resultado de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) sob orientação da Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa.

VÍDEO 06 – De olho no dinheiro público: Convênios e Contratos de Repasse

O vídeo está disponível em: <https://youtu.be/h-Kg83EhI08>

Nº	Imagem	Texto
01		Slide de abertura DE OLHO NO DINHEIRO PÚBLICO Convênios e Contratos de Repasse.
02		Você viu que o Portal da Transparência disponibiliza os valores repassados para os estados e municípios para execução dos programas de governo.
03		Alguns desses recursos são repassados por meio de transferências diretas, ou seja, o dinheiro é transferido do Governo Federal diretamente para contas bancárias dos estados e municípios vinculadas a determinados programas de governo.
04		Por exemplo, os recursos da Saúde são depositados em uma conta do Fundo Estadual ou Municipal de Saúde.

Nº	Imagem	Texto
05	 <p>Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb</p>	Recursos para a educação básica são transferidos para a conta corrente do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.
06	 <p>Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE</p>	O dinheiro da merenda escolar vai para a conta do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
07	 <p>Fundo de Assistência Social</p>	Os recursos para a assistência social são depositados na conta do fundo estadual ou municipal de assistência social.
08	 <p>Transferência Direta Transferência Fundo a Fundo</p>	Esse tipo de transferência do Governo Federal para estados, municípios e Distrito Federal é chamada de transferência obrigatória, direta ou transferência fundo a fundo. Normalmente são transferências impostas por Lei.
09		Mas há situações em que estados e municípios possuem alguma necessidade especial ou projeto que precisa de auxílio financeiro do Governo Federal para ser realizado. Pode ser uma rodovia, uma creche, um hospital, um sistema de tratamento de esgotos etc.
10	 <p>TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA</p>	Nestes casos, havendo disponibilidade no orçamento da União, é possível firmar um tipo especial de contrato com estados e município para transferir recursos para essas finalidades. Este tipo de instrumento é conhecido como transferência voluntária . Isso porque não é uma transferência obrigatória e, para acontecer, depende da pactuação entre Governo Federal e o estado ou município interessado.
11	 <p>Transferências Voluntárias Convênios Contratos de Repasse</p>	As transferências voluntárias podem ser realizadas por meio de convênios ou contratos de repasse . Esse tipo de transferência é regulamentado pelo Decreto Federal n.º 6.170, de 25 de julho de 2007, e pela Portaria Interministerial n.º 424, de 20 de dezembro de 2016.
12	 <p>CONVÊNIO</p> <p>é um acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos. Envolvem os Orçamentos da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projetos, atividades, serviços, aquisição de bens ou execução de interesse recíprocos, em regime de mútua cooperação</p>	Mas qual a diferença entre convênio e contrato de repasse? Vamos lá. De acordo com o Decreto 6.170: Convênio é um acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros do Orçamentos da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de

Nº	Imagem	Texto
		outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
13	 <p>CONTRATO DE REPASSE</p> <p>a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União.</p>	O Contrato de Repasse , por sua vez, a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União. Esse agente financeiro normalmente é Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil.
14	 <p>Portal da Transparência</p>	Por meio do Portal da Transparência, você pode consultar quais convênios ou contratos de repasse foram feitos para transferir dinheiro para o seu município.
15	 <p>DE OLHO NO DINHEIRO PÚBLICO</p> <p>Até o próximo vídeo!!</p>	No próximo vídeo vamos aprender a fazer essa consulta. Até lá!
16	 <p>Créditos</p> <p>Texto e Ilustrações - Orlando Castro Junior Narração - Orlando Castro Junior Edição - Orlando Castro Junior Este vídeo foi produzido como resultado da pesquisa de mestrado em Gestão de Unidades de Informação do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob orientação da Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa.</p>	<p>Créditos:</p> <p>Texto, Ilustrações e Narração: Orlando Vieira de Castro Junior.</p> <p>Sexto vídeo da série de tutoriais sobre o uso do Portal da Transparência como ferramenta de controle social das despesas públicas.</p> <p>Esta série de vídeos foi produzida como resultado de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) sob orientação da Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa.</p>

VÍDEO 07 – De olho no dinheiro público: Consulta de transferências voluntárias

O vídeo está disponível em: <https://youtu.be/h-Kg83Eh108>

Nº	Imagem	Texto
01		<p>Slide de abertura DE OLHO NO DINHEIRO PÚBLICO Consulta a Convênios e Contratos de Repasse.</p>
02		<p>Olá! Por meio do Portal da Transparência, você pode consultar quais convênios ou contratos de repasse foram feitos para transferir dinheiro para o seu município.</p>
03		<p>Para ver a relação dos convênios e outros acordos firmados com o Governo Federal pelo seu município, a partir da tela principal do Portal da Transparência, selecione “Convênios e outros acordos”, digite o nome do seu município e clique na lupa.</p>
04		<p>Será exibida uma lista com todos os convênios, contratos de repasse ou outros acordos firmados com o a União para execução de projetos no município. Pode ser aquisição de ambulâncias, obras de pavimentação, equipamentos para o posto de saúde etc.</p>
05		<p>Quando você clicar sobre o número do convênio, o Portal da Transparência vai apresentar informações sobre o convênio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A situação • As datas de início e final da execução do projeto • O valor do convênio • Quanto em dinheiro já foi liberado para o município executar o objeto do convênio
06		<p>Ao lado dessas informações, tem um quadro onde você pode informar se o objeto do convênio foi entregue e se o valor do objeto é compatível com o valor transferido pelo Governo Federal para o município. Você pode usar esse espaço para denunciar o mau uso do dinheiro público.</p>
07		<p>Os dados das liberações dos recursos e informações sobre a execução do objeto também podem ser consultados nessa mesma página.</p>
08		<p>Agora que você sabe onde encontrar essas informações, que tal dar uma olhadinha no Portal da Transparência e ver o que foi transferido para o seu município?</p>

Nº	Imagem	Texto
15		Até o próximo vídeo!
16	<p data-bbox="343 470 630 616"> Créditos Texto e Ilustrações - Orlando Castro Junior Narração - Orlando Castro Junior Edição - Orlando Castro Junior Este vídeo foi produzido como resultado da pesquisa de mestrado em Gestão de Unidades de Informação do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), sob orientação da Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa. </p> 	<p data-bbox="670 459 1372 571"> Créditos: Texto, Ilustrações e Narração: Orlando Vieira de Castro Junior. </p> <p data-bbox="670 604 1372 716"> Sexto vídeo da série de tutoriais sobre o uso do Portal da Transparência como ferramenta de controle social das despesas públicas. </p> <p data-bbox="670 716 1372 929"> Esta série de vídeos foi produzida como resultado de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação (PPGInfo) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) sob orientação da Prof. Dra. Elisa Cristina Delfini Corrêa. </p>